

eling
UPg

Revista eletrónica de Linguística
dos estudantes da Universidade
do Porto
*A students' e-journal of
Linguistics from the University of
Porto*

Revista de Linguística

Volume VIII | n.º 1 | Ano 2019

Diretores:

António Leal
Purificação Silvano

Editores Juniores:

Carlos Silva
Joana Ferreira
Joana Vieira
Mariana Ribeiro

Secretariado Editorial:

Andreia Pinho
Beatriz Martins
Catarina Meireles
Edna Boliqueime
Eloísa Bastos
Laura Figueiredo
Maria Luís Queirós
Matilde Marques
Miguel Correia
Raquel Araújo
Renata Rodrigues
Rute Rebouças
Violeta Magalhães
Vitor Pereira

Comissão Científica:

Alexandra Pinto
Ana Maria Brito
Ângela Carvalho
António Leal
Celda Morgado
Clara Amorim
Elena Zagar Galvão
Fátima Oliveira
Fátima Silva
Idalina Ferreira
Isabel Margarida Duarte
Joana Guimarães
João Veloso
Luís Filipe Cunha
Maria da Graça Pinto
Purificação Silvano
Rogelio Ponce de León Romeo
Sónia Valente Rodrigues
Thomas Husgen

FICHA TÉCNICA

eling^{UP}

Revista Eletrónica dos estudantes de Linguística da Universidade do Porto

Vol. 8 | n.º 1 | 2019

Periodicidade: Bianual

Capa: Raquel Araújo

Os artigos publicados estão sujeitos a “peer review”.

A Revista está registada na OJS.

<http://ojs.letras.up.pt/index.php/elingUP>

ÍNDICE

Nota dos Editores	5
Entrevista à Professora Doutora Inês Duarte	8
Artigos	
O <i>não</i> será assim tão negativo?	23
Beatriz Martins, Eloísa Bastos, José Oliveira, Juliana Mascarenhas e Renata Rodrigues	
Eu acho que é atenuação, não é?	39
Violeta Magalhães	
Sequências consonânticas problemáticas do português	54
Mariana Ribeiro	
“Fazer saber” na imprensa ytuaana	76
Luiz H. Valle-Nunes	
Os fenómenos de plágio e de conluio em textos realizados por estudantes do 9.º ano de escolaridade	90
Joana Ferreira	
<i>Mas</i> em artigos de opinião: valores e relações retóricas	108
Beatriz Fachada	
Recensão	
Carvalho, J. B. 2013. Why there is no backness. Munich: Lincom.	123
Carlos Silva	

Nota dos Editores

É com muito prazer que, num espírito de continuidade e partilha, trazemos ao público o primeiro volume de 2019 da revista *elingUP*.

Neste volume, os artigos publicados dividem-se por vários temas e subdomínios dentro do campo das ciências da linguagem, merecendo-nos uma saudação especial a presença de uma entrevista, uma recensão e seis artigos.

A entrevistada é a Professora Doutora Inês Duarte, professora catedrática jubilada da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, que muito tem contribuído para o conhecimento sobre a sintaxe da língua portuguesa. Muito lhe agradecemos a simpatia e a disponibilidade para responder às perguntas que lhe colocamos.

O primeiro artigo, “*Não*: Será Assim Tão Negativo? A negação na expressão de uma opinião positiva ou negativa”, de Martins *et al.*, discute o papel da negação na expressão do valor positivo ou negativo de uma opinião, procurando determinar a frequência da negação sintática, a posição ocupada pela palavra negativa na frase e os elementos linguísticos modificados pelos operadores negativos.

O artigo “O Discurso de Homens e de Mulheres: marcas linguísticas sob uma perspectiva de género”, de Violeta Amélia Magalhães, tem como objetivo verificar em que quantidade e como é que mecanismos desse tipo surgem no discurso produzido por homens e por mulheres, procurando aferir eventuais discrepâncias de género presentes no discurso e particularmente no uso da língua portuguesa.

O terceiro artigo, de Mariana Ribeiro, intitula-se “Sequências Consonânticas Problemáticas do Português: intuições nativas acerca das fronteiras silábicas dentro de sequências consonânticas marcadas do português” e pretende verificar se os falantes nativos consideram a possibilidade de uma Hipótese de Núcleo Vazio regido pela primeira consoante quando realizam a divisão silábica de sequências consonânticas do tipo Obstruinte \emptyset Obstruinte, Obstruinte \emptyset Nasal e Nasal \emptyset Nasal.

O quarto artigo, “*Fazer Saber* na Imprensa Ytuana: as declarações em jornais republicanos do estado de São Paulo”, de Luiz Henrique Valle-Nunes, analisa ocorrências de verbos declarativos em jornais republicanos publicados na cidade de Itu, entre 1870 e 1950, para detetar a realização de declarações bem realizadas. Inclui-se neste objetivo mapear indutivamente as formas realizadas para determinar a existência de algum padrão já estabelecido, partindo dos verbos *participar*, *fazer saber* e *declarar*.

O artigo “Os Fenómenos de *Plágio* e de *Conluio* em Textos Realizados por Estudantes do 9.º ano de Escolaridade”, de Joana da Silva Ferreira, insere-se no âmbito dos estudos da linguística forense e analisa 6 textos realizados por seis estudantes do 9.º ano de escolaridade que apresentam vários indícios de que plagiaram ou se envolveram num trabalho conjunto com outros estudantes para a redação dos textos.

O último artigo deste volume “*Mas* em Artigos de Opinião: valores e relações retóricas”, de Beatriz Fachada, procura identificar os diferentes valores que o conector *mas* pode adquirir em artigos de opinião e identificar as relações retóricas que o *mas* desencadeia neste género textual.

Por fim, a recensão, de Carlos Sousa e Silva, faz uma análise crítica do artigo de Joaquim Brandão de Carvalho (2013), que propõe a exclusão dos primitivos [coronal] e [dorsal], importados de Clements (1985), argumentando que as consoantes velares, tal como as coronais, são subespecificadas quanto ao ponto de articulação num nível abstrato, como prova tanto a tipologia como a diacronia das línguas, expondo a proposta teórica apresentada pelo investigador e oferecendo algumas sugestões para o desenvolvimento desta proposta, de forma a dar-lhe consistência.

Como se pode observar pela breve descrição do seu conteúdo, a multiplicidade de temas tratados nos diversos artigos incluídos neste volume demonstra a variedade e o dinamismo da investigação feita pelos estudantes das ciências da linguagem, facto que, por si só, deve deixar-nos a todos orgulhosos pelos futuros linguistas da Universidade do Porto.

Por último, fazemos voto para que os artigos das edições futuras desta revista tragam mais uma vez esta diversidade de temas e subdomínios da Linguística.

Joana Ferreira e Carlos Silva

Entrevista à Professora Doutora Inês Duarte

Inês Duarte é Professora Catedrática do Departamento de Linguística Geral e Românica da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Investigadora do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, do qual foi diretora entre fevereiro de 2010 e março de 2013. Como áreas de investigação, Inês Duarte tem vindo a desenvolver trabalho em sintaxe comparada, linguística portuguesa e linguística educacional, tendo também como outras áreas de interesse a aquisição da sintaxe e a teoria da gramática.

Licenciada em 1974 em Filologia Românica pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Inês Duarte conclui o doutoramento, na mesma faculdade, em 1987 com uma dissertação sobre o tema da topicalização em português - *A Construção de Topicalização na Gramática do Português: Regência, Ligação e Condições sobre Movimento*. É autora de dois capítulos da mais recente *Gramática do Português* editada pela Fundação Calouste Gulbenkian, tendo feito parte também da equipa editorial da anterior *Gramática da Língua Portuguesa* publicada pela Editorial Caminho.

A entrevista que se segue foi realizada no dia 29 de março de 2019 no Centro de Linguística da Universidade do Porto. Os temas de conversa foram, sobretudo, aspetos relacionados com a sintaxe, por ser essa a área de especialidade da Professora Inês Duarte. Contudo, tivemos também oportunidade de abordar outros assuntos relacionados com a vertente educacional da linguística, bem como aspetos da própria história da linguística e o seu papel enquanto ciência. Pelo tempo disponibilizado e pela generosidade na resposta às perguntas colocadas, deixamos um enorme agradecimento à Professora Inês Duarte e convidamos todos os leitores a conhecer (melhor) as palavras de uma das mais reconhecidas linguistas portuguesas.



Bom dia. Queremos, antes de mais, agradecer ter aceite o nosso convite. É um prazer enorme estarmos perante uma linguista de renome.

Muito obrigada. É um prazer muito grande voltar ao Porto. Como, provavelmente, sabem eu fui umas das fundadoras do CLUP. Era muito jovem, tinha pouco mais do que a vossa idade e foi uma daquelas aventuras que acabou bem. Posteriormente, fui para Lisboa e decidi que a minha vida teria que ser por lá. Mas guardo sempre uma recordação muito boa desta passagem que durou três ou quatro anos pela Universidade do Porto, numa altura em que estava, praticamente, tudo a começar na Faculdade de Letras e, sobretudo, na linguística. Esta área começou em '74, '75 e eu vim para cá em janeiro de '76 com as professoras Ana Maria Brito e Fátima Oliveira. Portanto, foi uma grande aventura. Para além disso, foi uma aprendizagem muito grande e eu penso que uma parte da minha vida na Faculdade de Letras de Lisboa teve uma marca mais positiva exatamente pela experiência que eu já tinha tido na Universidade do Porto. É um aspeto muito importante não nos limitarmos a um sítio apenas.

No início da sua carreira, trabalhou com Óscar Lopes, que era um linguista com um interesse especial pela semântica. Por isso, como começou o seu interesse pela sintaxe?

Começou muito antes na licenciatura. Eu pertenci ao primeiro curso que estudou gramática generativa em Portugal e éramos um grupo dos melhores alunos: Eduardo Paiva Raposo, Isabel Faria, Ana Maria Brito, Gabriela Matos. Com eles, uma pessoa mais velha, que depois desapareceu, José António Meireles. Nós fizemos *Linguística Portuguesa II*, que foi a primeira introdução à gramática generativa que houve em Portugal. Esta foi a origem do meu interesse pela gramática generativa, numa altura em que não se falava de semântica. Nos primeiros tempos da gramática generativa e, por razões compreensíveis, algumas questões semânticas estavam completamente arredadas do projeto. Este projeto tinha como principal objetivo encontrar algoritmos que dessem conta daquilo que era uma língua natural: verificar as sequências que eram ou não possíveis, entre outros. A semântica estava um pouco afastada, porque na altura pensava-se nesta área como semântica lexical. Este tipo de semântica mantém uma relação muito estreita com a cultura e a sociedade. Além disso, é verdade que não tínhamos ferramentas para formalizar as teorias. Em '56, '57, quando Chomsky começou com este projeto, na realidade, ele trabalhava basicamente em duas áreas, a sintaxe e a fonologia. Por isso, a minha formação baseia-se em sintaxe, embora tenha feito também alguns seminários de fonologia estrutural. A linguística estrutural já nos tinha permitido fazer uma fonologia interessante, isto é, dar conta do que são os sistemas

fonológicos das línguas. No entanto, ainda não havia isto para a sintaxe. É, exatamente, com a Gramática Generativa que isso começa e é, de facto, aliciante, quando se é conquistado por isso aos 20 anos. O meu contacto com o professor Óscar Lopes enriqueceu-me extraordinariamente, porque me levou a pensar em questões semânticas em que eu nunca tinha pensado. Naquela altura, ele era, provavelmente, a pessoa que sabia mais e que lia mais de Gramática Generativa em Portugal. Era uma pessoa que estava completamente a par do que se passava, só que o interesse dele se baseou na lógica e na matemática, porque talvez não lhe tenham permitido fazer outra coisa. Agora, o que ele deixou em todas as pessoas que colaboraram com ele, e em mim, em particular, para além de um contacto com questões de semântica – em que continuei interessada – foi, sobretudo, aquilo que é a perspetiva de um investigador, de um cientista. Não é alguém que descreve as coisas, que comenta as coisas, que faz um discurso crítico, não é. É alguém que faz perguntas, são as chamadas perguntas de investigação, procura e usa metodologias consagradas, procura os instrumentos teóricos de que precisa para formular as suas hipóteses, verifica se são ou não infirmadas pelos dados e avança a partir daí. Ou confirma essas hipóteses ou, no caso de as infirmar, volta ao princípio com novas hipóteses – e isso ele ensinou-nos a todos nós. Talvez algumas pessoas tenham aprendido isso para a vida, outras não. Eu, felizmente, acho que aprendi para a vida.

A senhora professora também tem trabalhado na área da aquisição da sintaxe. Na sua opinião, que contributos é que este tipo de trabalho pode trazer para os estudos em linguística teórica e aplicada?

Desde os finais dos anos '60 que é muito claro, por exemplo, no pensamento de Chomsky, que é necessário que a linguística, como todas as ciências, ultrapasse o nível da adequação descritiva, para encontrar um conjunto de princípios, de axiomas, a partir dos quais conseguimos derivar comportamentos dos falantes. Mas não devemos apenas encontrar generalizações descritivas, mas conseguir, a partir desse conjunto de princípios, fazer predições que nos levem a procurar novos dados e a formular novos problemas. E, para Chomsky, isso é muito claro e aparece num livro que se chama “Knowledge of language”, traduzido para português por Anabela Gonçalves e Ana Teresa Alves sob a minha orientação. Como estava a referir, para ele é muito claro que atingir a adequação explicativa envolve sabermos como é que, de uma faculdade da linguagem universal, chegamos ao conhecimento adulto de uma língua particular, que é a da sociedade em que estamos inseridos. Estamos, obviamente, a simplificar as coisas. Sabemos – e cada vez mais é verdade – que as sociedades não são monolíngues. Ao estudarmos aquisição, conseguimos perceber como é que vai evoluindo essa faculdade da linguagem com que todos nós nascemos e, hoje

em dia, dizer isto já não é nenhum postulado filosófico. Sabemos quais são as áreas do cérebro que estão interconectadas para darem conta de vários aspetos do processamento da linguagem. A faculdade da linguagem é uma capacidade biológica, o que nós, linguistas, estamos a fazer é dar conta de subsistemas mentais cujo “hardware” é neurobiológico. Claro que, aos linguistas, compete estudar a maneira como uma “coisa” que ainda não sabemos caracterizar completamente, mas que tem que ser suficientemente restritiva, consegue evoluir, interagindo com os dados que recebe dos pais, dos pares e da escola e evolui até chegarmos a um determinado conhecimento que depois é relativamente estável. Portanto, o primeiro problema para que procuramos encontrar resposta é esse, tem que ver como nós, na realidade, conseguimos, da faculdade da linguagem, chegar a um sistema tão espetacular, que é algo que nos faz estar aqui a falar e entendermo-nos. Podia ser no Japão, um japonês podia estar a fazer a mesma coisa com outros falantes de japonês. E se o japonês tivesse sido transplantado para Lisboa com um mês de idade e tivesse vivido aqui, era o português que adquiriria. Depois podemos aplicar o conhecimento científico sobre o processo de aquisição, por exemplo, a situações clínicas. Procurando responder a questões como “o que é que acontece quando, em vez de seguir o caminho normal, o processo de desenvolvimento linguístico segue um caminho que não é típico?”, podemos observar crianças com SLI (um certo tipo de atraso que só afeta a linguagem, não afeta a inteligência no geral, nem outras capacidades) ou com patologias do espectro autista. E, quando nós estudamos comportamentos dessas populações, começamos a perceber o que está afetado do ponto de vista do conhecimento linguístico: por exemplo, relativamente à sintaxe, problemas com núcleos funcionais altos na hierarquia da frase ou com movimento sintático em contextos de intervenção. Este conhecimento permite desenhar processos de terapia que minimizem estes problemas ou que acelerem a sua resolução. Mas o que já sabemos sobre aquisição e desenvolvimento deve também ser mobilizado no contexto educativo. No caso dos comportamentos típicos, o estudo da aquisição devia permitir-nos planear um programa ou um currículo que fosse compatível com aquilo que é a capacidade que as crianças têm de processar e produzir enunciados na sua língua materna. Por exemplo, existem muitos estudos que mostram que, na resolução de problemas matemáticos ao nível do quarto ano de escolaridade, se a instrução do problema for dada com uma frase ativa, há mais crianças a acertarem do que se for dada na passiva com o verbo *ser*. E se for dada com uma passiva pronominal, do tipo “encheu-se um tanque com”, ainda há menos casos de acerto. Esta informação devia ser dada a todos os professores de matemática, para perceberem, na formação de professores, a importância que isto tem. E um menino no quinto ano de

escolaridade tem mais dificuldade em processar passivas do que ativas, sendo as passivas de *-se* ainda mais complicadas. É crucial transmitir este tipo de informação aos professores e aos planeadores que definem o currículo. Há uma outra coisa que também é importante, que é o contrário da aquisição: é o estudo da perda linguística, que é o que acontece com os falantes de herança, que começam com uma língua materna falada em casa e depois entram no contexto da escola e da sociedade de acolhimento e vão perdendo a língua materna. Aqui no Norte, há uma pessoa que trabalha sobre isso, que é a nossa melhor especialista nessa área: Cristina Flores, da Universidade do Minho.

A Senhora Professora teve a oportunidade de, dado o período em que iniciou o seu percurso profissional, acompanhar o começo e a consolidação do generativismo. Terá provavelmente acompanhado de perto algumas das reformulações ao modelo teórico inicial dos anos 60. Nesse sentido, gostaria de saber como é que vê e avalia a sintaxe atual.

Essa é uma boa pergunta, é difícil e eu prometo que não demoro muito tempo. Tem sido uma aventura fascinante, pois tem acontecido aquilo que acontece em todas as áreas científicas: temos de nos manter em cima do acontecimento e ir acompanhando aquilo que vai acontecendo e isso é cada vez mais difícil porque, por um lado (e ainda bem!), há cada vez mais pessoas a trabalharem nesta área e, por outro lado, há cada vez mais línguas que estão a ser estudadas dentro da mesma grande perspetiva teórica, se quiserem, da família generativista. É claro que, ao longo deste tempo todo, há aquilo que se pode chamar *mainstream*. Todas as ciências têm uma *mainstream*, mas a própria *mainstream* generativista evoluiu ao longo do tempo. De uma maneira geral, até pelo menos ao ano 2000 ou, pelo menos, até metade dos anos 90, sempre com o Chomsky a marcar as grandes evoluções, os grandes saltos e a fazer as grandes sínteses depois. No fundo, tudo isto começa em 1955 com a tese de doutoramento dele [de Chomsky], que é muito pouco conhecida, aliás, só foi publicada mais tarde. Portanto, na realidade, o livro que lançou pela primeira vez o programa generativista foi o livro de 1957 de Chomsky, que foi publicado na Europa, na Mouton, intitulado *Estruturas Sintáticas*. A passagem das *Estruturas Sintáticas* para o modelo de 1965, que é o modelo dos *Aspects*, a chamada *Teoria Standard*, é já uma evolução absolutamente espantosa. Aparece aqui pela primeira vez o léxico com uma grande importância. Depois disso, é, na minha opinião, em 1981 que se faz a grande síntese e que é uma síntese lindíssima! Pela primeira vez, no mesmo quadro teórico, consegue-se abordar a gramática de uma língua, a aquisição de uma língua e a variação entre línguas. Isso é um avanço absolutamente espantoso. É o primeiro grande momento de unificação na linguística. A partir daí, como já

tinha acontecido antes, a família generativista começa a divergir e, neste momento, há muitas teorias a conviver, o que torna mais difícil fazer uma avaliação das melhores análises, pois os pressupostos em que elas se baseiam podem ser muito diferentes. Por exemplo, se vocês compararem a linha do Rizzi atual com o seu ponto de partida, ou se olharem para os pressupostos da nanosintaxe, reparam que há muitas perspetivas em competição dentro, como eu estava a dizer, da chamada família generativista, ou, se preferirem, do programa generativista.

Neste momento, acho que a *mainstream*, a que apresenta uma formulação mais restritiva da teoria, está do lado dos Estados Unidos. Ora, quanto mais restritiva for uma teoria, tanto melhor, visto que é mais fácil avaliar as suas hipóteses contra os dados empíricos e validá-las ou invalidá-las. Pelo contrário, em teorias pouco restritivas, a avaliação das hipóteses é muito mais difícil, porque a teoria põe ao serviço do investigador instrumentos de enorme poder descritivo. Mas pronto, o presente é desafiante! Não é tão seguro como nos anos 80, em que dispúnhamos de um modelo (o modelo dos *Princípios e Parâmetros*) espetacular! Mas há coisas que, de facto, esse modelo não permitia captar e, portanto, foi preciso acrescentar-lhe algo ou transformá-lo, o que é o caminho normal na investigação científica.

Na verdade, quando nós estamos dispostos a contribuir na medida das nossas possibilidades, isto é, quando se é verdadeiramente um investigador, tem-se a noção de que aquilo que sabemos e que estamos a dizer hoje e para o qual temos provas, amanhã pode ser desmentido. E continua a ser importante o que fizemos! Mas ainda bem se vierem outros que mostrem que isto não estava bem ou que há uma coisa melhor para dar conta do assunto. Eu acho que isso é a coisa mais importante e um programa, como o programa generativista, permite que nós façamos isso, ao passo que certas abordagens da linguagem humana, que são demasiado abertas e irrestritas, já não o permitem. Quando nós incluimos, por exemplo, questões sociais e culturais no estudo da língua, podemos fazer descrições, mas não são essas as verdadeiras perguntas de investigação que nos possam levar a uma conclusão consistente sobre o funcionamento da língua. Só conseguimos avançar se fizermos perguntas pequeninas e, normalmente, são essas perguntas pequeninas que dão origem a grandes respostas. Saber como é que a linguagem se relaciona com a sociedade não é uma pergunta de investigação, pois envolve tantas variáveis que não é possível encontrar uma resposta válida. Não estou com isto a dizer que não há perguntas que se devam fazer sobre a relação entre linguagem e sociedade! Há imensas! Por exemplo, será que a inserção social ou o *status* social de uma pessoa é uma variável determinante na opção por relativas resuntivas em português europeu?

Isto é uma pergunta a que se pode responder e temos aí uma correlação entre sociedade e linguagem, através de conceitos como o de desempenho linguístico. É, aliás ainda, uma pergunta muito grande porque, dentro de uma sociedade, podemos pensar no *status* em geral ou, por exemplo, apenas no que respeita ao nível de escolaridade. Isto são perguntas a que se consegue responder, dando contributos para essa tal magna questão que é a da relação entre a linguagem e a sociedade.

Eu acho que quem quer fazer linguística tem de perceber isto. Há um discurso sobre a linguagem que não é ciência. Que é legítimo, absolutamente legítimo, mas que não é ciência, no sentido em que não tem como base perguntas de investigação, isto é, perguntas a que se possa responder com provas, com provas replicáveis por outras pessoas. Ora, é isso que faz a ciência, não é?

Chegada a esta fase da sua vida profissional, com uma carreira dedicada à ciência em geral e à sintaxe em particular, o que é que considera mais importante no estudo desta área científica?

Bem... vou dar o exemplo da física. Hoje em dia, nenhum físico pode dizer que é newtoniano e que não acredita na teoria da relatividade, isto é, que é pré-einsteiniano. Toda a comunidade dos físicos sabe que há uma data de fenómenos que a física newtoniana não consegue captar e, portanto, hoje em dia ninguém faz carreira na física se disser “eu não acredito em nada da física do século XX, eu continuo newtoniano”. Isso é impossível numa ciência dura como a física.

O que eu acho que acontece nas ciências ditas moles, nas ciências sociais, é que há mais possibilidade de as pessoas optarem por uns modelos ou por outros, é algo, por enquanto, mais aceitável e que continua a acontecer.

Agora, quando nós olhamos para as grandes revistas e para as grandes coleções das grandes editoras, o que verificamos é que essas revistas são ou de semântica formal, ou de linguística formal ou de aquisição da linguagem em perspetivas amplamente generativistas. Podem ser ainda revistas de fonética - e essas levantam outra questão que, no fundo, se trata de uma relação muito direta com a física, com a psicologia e com os estudos perceptivos - ou de psicolinguística, numa perspetiva de interação entre as neurociências, a psicologia cognitiva e a linguística. Depois ainda aparece aquela etiqueta “linguística da cognição”, que corresponde às tais grandes perguntas: “onde é que a cultura e a sociedade influenciam a linguagem?”, por exemplo.

Uma outra área que tem sido trabalhada de várias maneiras é a da tipologia linguística, que realiza, no fundo, uma comparação entre línguas. Mas, mesmo aí, o trabalho mais

interessante, na minha perspetiva, é o que está a ser feito por pessoas que se situam, de uma maneira mais ou menos abrangente, dentro do programa generativista. Pessoas como Michel DeGraff, por exemplo, que trabalha no MIT sobre o crioulo do Haiti e cuja investigação é fundamental para se perceber como é que nasce um crioulo e o que são, afinal, as chamadas “línguas neocoloniais”, como o português em África e o inglês da Índia. Neste momento, há muita gente que, numa perspetiva generativista, está a olhar para essas questões como o resultado do contacto entre línguas e como produto desse mesmo contacto, isto é, a aquisição de uma língua que não é materna, uma língua segunda ou estrangeira.

Eu acho que, até agora, do ponto de vista daquilo que a gente tem aprendido sobre o que é a linguagem, o programa generativista, num sentido muito alargado, tem dado as melhores respostas. E, nesse programa, a centralidade é da sintaxe e é-o de uma maneira muito clara, de uma maneira que eu acho que é exatamente aquilo que faz sentido. Se o que caracteriza uma língua é, digamos assim, uma relação estável entre som e significado, o que é que faz a mediação? Por um lado, as propriedades das palavras e, por outro lado, o sistema que permite que elas se combinem umas com as outras. Ora, isso é a sintaxe! De uma maneira geral, a arquitetura é a sintaxe, é aquilo a que Chomsky chama, nos últimos trabalhos, “o sistema computacional da linguagem humana”. A sintaxe é a arquitetura de toda a língua, não só os alicerces, mas toda a planta. São perguntas como: “como é que eu vou juntar isto com aquilo para fazer a sala?”, “se tenho dois andares, como é que tenho que construir os alicerces?”, “se vou fazer um terraço lá em cima, o que é que preciso como cobertura?”. É isso, estão a ver, é um lego!

Tendo trabalhado com tantos e tão variados tópicos da sintaxe - como o sujeito nulo no português, as várias orações relativas, a questão do infinitivo flexionado, mas também o denso assunto da topicalização - que aspeto é atualmente o que lhe desperta maior interesse?

As últimas coisas em que eu tenho trabalhado – e vou continuar a trabalhar em algumas delas, em particular na última de que vou falar – foram questões de controlo e infinitivo flexionado. A aula¹ que eu vou dar hoje é uma aula que resulta exatamente do trabalho que foi desenvolvido num projeto dirigido pela Ana Lúcia Santos. Um projeto financiado pelo FCT, justamente sobre questões de controlo e infinitivo flexionado em

¹ No dia 29 de março de 2019, a Professora Inês Duarte deu uma aula sobre completivas infinitivas na unidade curricular *Temas de Sintaxe II* do Mestrado em Linguística da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Português Europeu, tanto na sintaxe adulta, como na aquisição, e que deu várias publicações. Já tinha trabalhado nisso antes, porque é uma área que, digamos assim, é aquele tópico a que eu volto sempre desde jovem. Já tinha trabalhado nos clíticos, é muito engraçado! O primeiro artigo publicado em sintaxe generativa em Portugal foi um trabalho meu de 1983 sobre os clíticos em português europeu e brasileiro, mais concretamente, a ordem dos clíticos. E a minha tese de doutoramento foi também a primeira tese de doutoramento em sintaxe generativa em Portugal, em 1987. Os clíticos são o tópico que mais me desafiou ao longo da minha vida profissional. A última vez que trabalhei sobre clíticos foi em 2013. Portanto, estão a ver, de 1983 a 2013, tenho voltado a este assunto e talvez vá continuar. Não sei se foi o tópico para o qual eu contribuí mais, mas acho que contribuí alguma coisa! Aquilo que não me interessa de todo e que eu nunca soube trabalhar, nem nunca me despertou interesse, foi o sintagma nominal ou o sintagma determinante. Admiro muito a professora Ana Maria Brito por ter trabalhado tanto nesse tópico. Tenho a maior dificuldade em lidar com a estrutura interna do sintagma nominal, portanto, isso é uma coisa a que tenho fugido. De resto, eu acho que me interessa tudo aquilo que é a nível frásico. Agora, tenho trabalhado num projeto novo em que vão participar os professores Ana Maria Brito e António Leal aqui do CLUP. É um projeto que nós ganhamos há pouco tempo e que começou agora, em outubro ou em novembro, chamado PALMA. É um projeto sobre as relações de posse e de localização em português europeu e em variedades africanas nativizadas ou em processo de nativização do português. Portanto, vamos olhar para o português de São Tomé, que está praticamente nativizado. Mais ou menos noventa e oito por cento (98%) dos são-tomenses têm o português como língua materna. Em Angola, mais de setenta por cento (70%) dos falantes têm o português como L1 e, em Moçambique, os dados do último censo apontam para um número superior a 50% de falantes com o português como L1 ou L2. Aquilo em que eu tenho trabalhado é em dativos de posse. Aliás, fiz um trabalho recentemente com a professora Fátima Oliveira sobre esse tema: dativos de posse e estruturas chamadas de “subida do possessivo” (“possessive raising”), que são estruturas engraçadíssimas. Agora, é comparar isso com as línguas bantu, com aquilo que se passa em Angola e Moçambique, como, eventualmente, resultado do contacto entre as línguas bantu e o português, tendo em conta que as línguas bantu faladas em Angola têm estruturas de posse bastante diferentes das línguas bantu faladas em Moçambique. Portanto, vou andar pela posse e pela localização durante mais três anos.

E já agora, qual é o constituinte sintático que mais a fascinou? Disse que o sintagma nominal era o que menos lhe despertava o interesse. Tem algum preferido?

Para as pessoas que trabalham em sintaxe, acho eu, a partir de uma certa altura, os seus grandes objetos de estudo são os núcleos funcionais. Consoante o tipo de fenómeno que estamos a trabalhar, privilegiamos um ou outro. Aquilo que eu acho mais importante é trabalhar minimamente os núcleos funcionais, como T e C, em função do fenómeno empírico com que se está a lidar.

Senhora Professora, há uma frase muito interessante do Paul Valéry que diz “A sintaxe é uma faculdade da alma”. O que é que pensa desta frase?

Se “alma” significar “mente”, então a linguagem humana é uma faculdade da alma, não é? Eu dizia isso muitas vezes aos meus alunos. Sócrates, se fosse vivo na segunda metade do século XX, era linguista. É claro que eu, hoje em dia, não seria capaz de dizer exatamente essa frase como Paul Valéry disse. Mas diria o que vários cientistas da cognição têm dito, que, no fundo, o que se passa é que o desempenho linguístico dos seres humanos é uma janela aberta sobre o funcionamento da nossa mente. E a sintaxe, acreditando que ela faz a mediação entre o som e o significado, é crucial para nos dar uma visão do que é a nossa mente e do que se passa nela.

Também foi diretora do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. Que balanço faz dessa experiência? Qual o papel que os centros de investigação em linguística devem ter na sociedade portuguesa?

Foi um grande desafio, porque o Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, tal como existe neste momento, resultou da fusão do antigo Centro de Linguística, que tinha sido o Centro dos Estudos Filológicos, com uma unidade que foi criada dentro da Faculdade de Letras e que envolvia as pessoas que não pertenciam ao Centro de Linguística antigo. Foi na altura em que eu fui vice-reitora que desafiei as pessoas envolvidas nas direções dessas duas unidades a juntarem-se e a fazerem um centro só e isso foi fundamental para todos nós. A experiência de direção do novo CLUL, pouco depois da fusão, não foi fácil! Não foi fácil por várias razões. Muitas delas tinham a ver com questões completamente independentes dos investigadores ou do trabalho que se fazia. Por exemplo: nós tínhamos duas sedes, metade dos investigadores trabalhava num sítio e a outra metade trabalhava no outro. A pessoa que geria os servidores não era a mesma de um lado e do outro. Foi preciso resolver problemas muito complicados, numa altura também muito complicada, em que se estava a

preparar a fusão das duas universidades, da Universidade Técnica e da antiga Universidade de Lisboa. Portanto, foi um tempo complicado, mas foi um tempo desafiante! E acho que conseguimos, mas não fui eu sozinha, longe de mim! Nós temos uma estrutura de direção de três pessoas, mas depois temos uma comissão coordenadora, que tem os diretores de cada um dos grupos. Aquilo que nós conseguimos durante esses três anos em que estive na direção foi conseguido exatamente pela comissão coordenadora, que se reunia mais regularmente, e pela comissão científica, que se reunia para tomar as grandes decisões. E eu acho que, quando saímos, deixámos o centro numa situação bastante mais forte do que aquela que tínhamos encontrado. Deixámos uma excelente comissão de acompanhamento, que levou muito a sério o trabalho, que nos apoiou a cem por cento: Anthony Kroch, Christiane Feldman, Nina Hyams, entre outros elementos igualmente importantes. Para mim foi fantástico, porque fiquei a conhecer o que se passava e qual a investigação que era feita pelos vários grupos. Só posso agradecer a todos aqueles com quem trabalhei nessa altura.

Relativamente à última parte da pergunta, nós devíamos ser mais visíveis do que somos. Já somos mais, mesmo assim, do que éramos, felizmente, mas devíamos ser mais visíveis, tanto na área da língua como da clínica, da terapia, das ciências da saúde. Mas isso consegue-se devagarinho. Consegue-se convencendo os colegas da psicologia cognitiva de que isso é importante, os colegas da medicina, os neurologistas, os psicólogos clínicos da área da psicologia e da psiquiatria. Convencendo-os de que a nossa contribuição é importante. Consegue-se, convencendo o pessoal da linguística computacional de que esta área precisa de linguistas, senão nunca mais ultrapassam aqueles oitenta e dois ou oitenta e cinco por cento de acerto nas coisas que fazem e, sobretudo, não conseguem compreender melhor aquilo que nós fazemos. Portanto, é isso que nós estamos tentando fazer e temos tentado fazer em Lisboa. Temos doutoramentos em conjunto com a psicologia, medicina e ciências. Temos doutoramentos em conjunto com Medicina, Letras e o Técnico. Queremos ligar também à tradução, que é uma área importantíssima, e nós temos, neste momento, o nosso mestrado em tradução, no qual há a possibilidade de os alunos fazerem estágio em empresas e em instituições. Estamos também ligados a uma grande empresa, na área da tradução, mas com uma forte componente computacional. Eu acho que é devagarinho que nós conseguimos. Mas também olhamos para áreas que estão a desaparecer: a área da crítica textual, por exemplo, que é o *update* daquilo que era, em grande medida, a filologia. É uma dimensão muito importante daquilo que era a filologia e que, neste momento, está a dar muito bons resultados em Letras, com a edição crítica de Fernando Pessoa, como sabem, mas também de escritores do século XIX, como Camilo. É feita com uma metodologia que,

na realidade, é uma metodologia nova. Ou seja, no fundo, é não prescindir daquilo em que nós éramos bons e que foi a matriz da linguística. Um outro exemplo: a dialetologia. Hoje em dia, há uma dialetologia com uma metodologia quantitativa importantíssima e há uma dialetologia que, no fundo, é dialetométrica, e de que eu não sei nada, mas que é possível fazer no programa generativista de uma forma muito interessante. No fundo, é um tipo de variação e, portanto, é não perder aquilo que era a nossa matriz inicial, mas, ao mesmo tempo, devagarinho, ir demonstrando que a nossa contribuição é muito importante numa série de outras áreas.

E como é que descreve a realidade da investigação em linguística atualmente em Portugal?

Não tem comparação com aquilo que acontecia quando eu era estudante. Quando eu era estudante, havia um Centro de Estudos Filológicos. Suponho que havia em Coimbra algumas pessoas que estavam a investigar, mas não sei se tinham um centro de investigação, nem imagino. O trabalho destinado para os linguistas era dar aulas ao ensino básico e secundário; muito poucos conseguiam um lugar nas faculdades. Hoje em dia, isto tudo mudou completamente. Nós temos linguistas a trabalhar em empresas de tradução, por exemplo, muitos deles formados por nós lá em Lisboa, mas muitos formados também por outras universidades. Temos excelentes linguistas portugueses que foram para o estrangeiro, tendo alguns ficado por lá. Temos redes internacionais em que estamos envolvidos e somos chamados como *reviewers* de grandes revistas linguísticas, de coleções internacionais de editoras de referência, concursos internacionais para universidades, entre muitos outros. Portanto, há muito lugar para os jovens linguistas hoje em dia. Há uma coisa que eu acho que os jovens linguistas devem fazer: não fiquem sempre no mesmo sítio, abram as cabeças! E abrir as cabeças é mudar de sítio pelo menos uma vez na vida. Tentem ir lá para fora, tentem ter bolsas para ir lá para fora! Mesmo que seja por curto espaço de tempo. Isso é uma aprendizagem que eu, infelizmente, não tive: aquilo que fiz foi já depois de estar formada e de ter o doutoramento. Mas isso é fundamental. Nós crescemos imenso quando ouvimos outras vozes, quando estamos noutros contextos. Isto é uma coisa que eu costumo dizer aos meus alunos, também na Faculdade de Letras: têm de sair e ter contacto com outras pessoas. Foram raríssimos os meus alunos de doutoramento que não tiveram coorientador fora da Faculdade de Letras, porque isso é fundamental. Foram um semestre para a universidade desse orientador, trabalharam com esse orientador. Isso dá uma perspetiva completamente diferente. E se há alguma coisa que eu possa sugerir aos jovens linguistas que façam é essa. Arrisquem! Procurem uma experiência fora daqui. Eu não gosto muito de usar esta palavra,

porque ela foi usada num contexto muito difícil da nossa vida nacional, para levar os nossos melhores jovens, mais qualificados a emigrarem, mas não é de emigração que eu estou a falar. É de formação. Arrisquem sair da vossa zona de conforto: é um mundo pequeno onde nós estamos habituados a viver. Arrisquem! Tenham todas as experiências que puderem, para que o vosso mundo fique maior, porque isso vai refletir-se em tudo. Na vossa qualidade profissional e na vossa experiência como seres humanos!

Ao longo da sua carreira, esteve sempre preocupada com o ensino do português nas escolas. Considera que deveria haver uma intervenção maior por parte dos linguistas na forma como o português é ensinado nas escolas? Neste momento, o que acha que pode ser melhorado neste campo?

Há vários problemas muito grandes relativamente ao ensino do português. Um deles é que não há continuidade de políticas. Quando esta existiu, foi quebrada no governo anterior e agora estão a tentar refazê-la de uma maneira que, se calhar, é apressada. Eu estive muito afastada disso nos últimos anos, porque preferi voltar para a linguística teórica a cem por cento, mas pertenci ao grupo na faculdade que fez a avaliação de manuais do secundário na área do português. Fiquei aterrada com a ignorância, relativamente a aspetos centrais da língua portuguesa, que emerge desses manuais, assim como com a simplificação dos exercícios que são propostos, uma vez que são propostas atividades completamente estupidificantes. Por exemplo, para um miúdo que está a fazer biologia, aquelas atividades do português que lhe são propostas são básicas, não há nada desafiante! Não são abordados certos aspetos que nós sabemos que são fundamentais e, no fundo, os alunos não são postos a pensar sobre como esses temas funcionam efetivamente, como aconteceria noutras disciplinas. E depois há asneiras de todo o tamanho – asneiras que revelam ignorância por parte de quem faz os manuais e pouca atenção dos revisores científicos. Nós demo-nos um bocado mal, porque tivemos algumas editoras muito desiludidas com os nossos pareceres, embora ache que, no fim, os manuais ficaram melhores. Agora, essa estupidificação das atividades só mostra que, na realidade, quem faz os manuais tem uma formação linguística fraquíssima e, portanto, não é capaz de construir atividades que sejam significativas e que tenham interesse. Por exemplo (eu acho que é muito fácil chegar lá desta maneira), quase todos os miúdos têm inglês, por isso, mostrem-lhes paradigmas do português e do inglês, mostrem-lhes diferenças na ordem de palavras em declarativas em contextos diferentes: porque será que nesta frase o sujeito está em posição pré-verbal e naquela está em posição pós-verbal? Será que tem que ver com o contexto? Então, se tem que ver com o contexto, qual será o valor que este tem nesta posição e naquela? Na realidade, eu acho que tem que

haver um acordo de regime sobre isto. Esse acordo tem de ter em conta que há uma ciência que nos ensina coisas interessantes sobre a linguagem e sobre as línguas, portanto, isso tem de ser passado aos alunos. Não é porque nós falamos Português que temos que assumir que as pessoas o sabem obrigatoriamente. Também respiramos todos, no entanto, os estudantes têm de aprender o funcionamento do sistema respiratório, todos comemos e deglutimos e eles também têm de aprender o funcionamento do sistema digestivo. Não percebo porque é que não é assim com a linguagem humana, que é tão importante e tão central. Por isso, é preciso um pacto de regime sobre o que é o português na escola, para não haver alterações de cada vez que muda a orientação política. É preciso que as pessoas se sentem à volta de uma mesa e que percebam o que é que a ciência já mostrou sobre a linguagem, a língua materna em particular, mas também as outras línguas. Porque é que nós não usamos esta coisa fantástica que temos, que é, desde muito cedo, haver uma língua estrangeira no ensino, para fazer comparações? É importantíssimo!

Ao longo dos anos, contribuiu para a formação de vários estudantes, tendo alguns deles seguido uma carreira relacionada com a linguística. Sente-se de alguma forma realizada com o papel que teve nestes percursos formativos?

Sim, acho que uma das melhores coisas que nós levamos quando acabamos uma carreira docente é exatamente ter a sensação de que contribuímos um pouco, pelo menos, para que outras pessoas possam levar mais longe aquilo que nós fizemos. Desse ponto de vista, eu fui uma privilegiada, porque a maior parte dos professores de sintaxe do Departamento de Linguística da Universidade de Lisboa foram meus alunos de doutoramento e alguns de mestrado, uma delas é professora catedrática neste momento, outra é professora associada. A minha primeira aluna de doutoramento foi a professora Perpétua Gonçalves, que é uma figura incontornável na investigação sobre o português em Moçambique. É a sensação de que aquilo que nós sabemos foi posto a render e, de alguma maneira, tocou e contribuiu para que outras pessoas possam ser linguistas e melhores linguistas do que eu fui. É um bocadinho “a cereja em cima do bolo” de qualquer professor. No caso de um professor do ensino superior, é ver que os seus estudantes, sobretudo os da formação avançada, conseguiram ir longíssimo. O que é importante é isso, é sentirmos que a geração seguinte ou as outras gerações hão de ir mais longe do que nós fomos e sentir que nós tivemos um bocadinho que ver com isso.

Que conselhos pode deixar a estudantes que queiram seguir uma carreira em linguística?

Aventurem-se! Parece duro ao princípio. É uma coisa completamente nova, porque vocês vêm do secundário sem ter a mínima ideia do que é verdadeiramente a linguística, porque normalmente vêm de um ensino em que a realidade do trabalho científico não existe. Vocês não têm disciplinas que vos obriguem a perceber o que é investigar no sentido científico. E depois, muitas vezes, chegam à faculdade e afastam-se, porque há uma outra forma de pensar as coisas, há uma terminologia que vocês não conhecem e muita da bibliografia é em inglês. Tudo isto afasta as pessoas. Sintam-se desafiados, porque vão aprender coisas com as quais podem construir conhecimento futuro, coisas que são uma novidade absoluta para vocês. Dá trabalho: uma tese de doutoramento em linguística é um trabalho muito duro. Mas vale a pena, porque nós, quando chegamos ao fim, percebemos que aprendemos imenso. Há momentos muito difíceis, em que nos sentimos bloqueados. No entanto, há também aquele momento em que, não sabendo como, se dá o clique e, de repente, descobrimos o que faltava. Isso é uma experiência maravilhosa. Quando fazemos discurso crítico ou interpretativo, temos outro tipo de prazer, que não o prazer da descoberta científica. A linguística dá-nos o prazer da descoberta científica, mesmo que não tenhamos sido nós a fazê-la. É poder vivenciar esse prazer quando lemos o que os outros escrevem e perceber que, um dia, podemos lá chegar também, se nos esforçarmos. Isso é uma coisa que todos os cientistas sentem, um momento de criatividade incrível. Por termos de seguir metodologias e protocolos rígidos, a criatividade entra de uma maneira ainda mais fulgurante. As pessoas podem pensar que os cientistas não têm criatividade, mas não! Se um cientista não tiver criatividade, não é cientista.

Acho que vale a pena ousarmos trilhar um caminho que é duro, mas que nos pode levar a esse prazer da descoberta científica. Sabemos que as descobertas científicas têm resultados práticos. Infelizmente, às vezes, são maus resultados, mas a ciência não é responsável por isso. Por outro lado, há muito bons resultados práticos: atualmente, estamos a ver isso na linguística clínica, no apoio à tradução, em certas áreas da linguística computacional e também em relação à educação. Não desistam, mantenham as vossas cabeças abertas e lutem pelo prazer da descoberta científica.

NÃO: SERÁ ASSIM TÃO NEGATIVO?

A NEGAÇÃO NA EXPRESSÃO DE UMA OPINIÃO POSITIVA OU NEGATIVA

Beatriz Martins²

up201709937@letras.up.pt

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (PORTUGAL)

Eloísa Bastos³

up201707717@letras.up.pt

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (PORTUGAL)

José Oliveira⁴

up201705998@letras.up.pt

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (PORTUGAL)

Juliana Mascarenhas⁵

up201700179@letras.up.pt

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (PORTUGAL)

Renata Rodrigues⁶

up201707163@letras.up.pt

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (PORTUGAL)

RESUMO. A análise de sentimento é um campo de estudo intrinsecamente ligado à negação, uma vez que esta é uma das ferramentas das línguas para produzir juízos de valor. Tendo isso em conta, desenvolvemos este estudo, no qual iremos analisar o papel da negação na expressão do valor positivo ou negativo de uma opinião. Nesse sentido, recolhemos um *corpus* composto por 10 textos de opinião da área da economia, do qual retirámos os segmentos que continham morfemas de negação a fim de os analisar. Nessa análise procurámos determinar a frequência da negação sintática, a posição ocupada pela palavra negativa na frase e os elementos linguísticos modificados pelos operadores negativos. Por fim, procurámos averiguar se a negação é mais frequentemente responsável pela transformação de uma opinião positiva em negativa ou vice-versa.

² 1.º ano da Licenciatura em Ciências da Linguagem, variante Linguística.

³ 1.º ano da Licenciatura em Ciências da Linguagem, variante Linguística.

⁴ 1.º ano da Licenciatura em Ciências da Linguagem, variante Linguística.

⁵ 1.º ano da Licenciatura em Ciências da Linguagem, variante Linguística.

⁶ 1.º ano da Licenciatura em Ciências da Linguagem, variante Linguística.

PALAVRAS-CHAVE. Análise de Sentimento, Textos de Opinião de Economia, Valoração, Negação.

ABSTRACT. The field of sentiment analysis is intrinsically linked to negation, due to the fact that the latter is one of the tools present in languages to produce judgements. Having this in mind, we set out to study the role of negation in the expression of positive or negative valuations in an opinion. For the purposes of this study, we compiled 10 opinion pieces from the field of Economics from which we took the sections of text that contained negative morphemes in order to analyse them. In this analysis, we tried to determine the frequency of syntactic negation, the position occupied by the negative word in the sentence, and the linguistic elements modified by the negative operators. Finally, we sought to ascertain whether denial is more often responsible for transforming a positive opinion into a negative one or vice versa.

KEYWORDS. Sentiment Analysis, Economics Opinion Pieces, Valuation, Negation.

1. Introdução

A análise de sentimento permite-nos, de forma automática e com base em informação previamente armazenada, avaliar o valor de uma opinião expressa, indicando se esta é negativa ou positiva. Este valor pode ser determinado por nomes, verbos, adjetivos, advérbios e, no caso que procuramos investigar, por operadores negativos. É razoável pensar que, ao serem utilizadas palavras como *não* e *nunca*, por exemplo, o valor de uma frase positiva se inverte para negativo pelo valor negativo intrínseco à própria palavra. No entanto, o valor de uma frase não é analisado com base numa única palavra, mas sim na forma como esta se combina com os restantes elementos da frase, se aparece em posição pré ou pós-verbal, se tem como escopo uma única palavra ou o predicado, ou se serve para coordenar informação, por exemplo.

Perante todas estas variáveis, decidimos realizar este estudo com o objetivo de verificar se o valor negativo intrínseco desses operadores afeta o seu escopo de forma maioritariamente negativa, independentemente de o seu escopo ser positivo ou negativo.

2. Enquadramento teórico

2.1. Análise de sentimento

A análise de sentimento é um processo do qual a Linguística é parte integrante. Consiste em recolher e armazenar informação suficiente de forma a que, quando um novo item textual é analisado por um programa informático, seja possível caracterizar uma expressão como positiva ou negativa com base na informação previamente existente (Taboada 2016).

Na área da Linguística e em outras áreas de estudos sociais, o estudo daquilo que apelidamos como “expressão da emoção” surge associado a diversos termos diferentes, ainda que todos ostentem o mesmo propósito: avaliar a maneira como os seres humanos expressam emoções, avaliações e subjetividade (sendo subjetividade a expressão linguística de crença, emoção, avaliação ou atitude) através da linguagem, segundo Taboada (2016). Tendo isto em conta, utilizaremos neste artigo a mesma designação que Taboada (2016: 3) utiliza no seu estudo: “... sentiment, the expression of subjectivity, as either positive or negative opinion”.

Este tipo de investigação tem-se tornado particularmente interessante para os estudos de Linguística Computacional, uma vez que, recorrendo a mecanismos digitais (como o sistema EvITA⁷), é possível determinar, em média, a opinião de um público. Por exemplo, caso uma empresa pretenda avaliar a opinião dos seus clientes sobre a sua satisfação em relação a determinado produto, a análise de sentimento revela-se fundamental por permitir, a partir dos resultados obtidos (positivos, negativos ou neutros), a possibilidade de a empresa tomar decisões, como alterações de serviços ou produtos de forma a satisfazer os seus clientes.

Relativamente às opiniões dadas nas redes sociais, as mesmas podem atingir centenas ou até milhares de comentários por dia, principalmente no caso das grandes marcas. Consequentemente, seria impraticável proceder a esta análise de forma manual.

Assim, a análise de sentimento proporciona uma resposta a esta necessidade através de programação que analisa automaticamente cada elemento textual de um comentário e o seu significado como um todo, permitindo saber se as opiniões são positivas, negativas ou neutras.

2.2. Negação

No quadro teórico da nossa investigação, tivemos em conta as propostas de Matos (2003) e Peres (2013). No entanto, decidimos basear a nossa análise na proposta de Peres, uma vez que em Matos (2003) é dada maior ênfase aos operadores *não*, *nem* e *sem*, não abordando de forma muito aprofundada os operadores *nada*, *nenhum* e *nunca*. Pelo contrário, Peres (2013) apresenta informação mais detalhada sobre todos os operadores negativos que decidimos analisar.

⁷ “EvITA” consiste num sistema operacional baseado em técnicas de *pattern-matching* usado para identificar eventos que expressam modalidade.

De acordo com Peres (2013: 461-462), a faculdade da linguagem permite, perante uma propriedade conhecida, verificar se determinada entidade possui ou não essa mesma propriedade. Peres (2013) refere o exemplo de um *cão castanho*; sabemos que esse cão tem a propriedade de ser castanho porque dispomos de informação para identificar o dito cão como parte do conjunto das entidades que têm a propriedade de serem cães e de serem castanhas, não fazendo parte de qualquer outro conjunto.

Nas línguas naturais é também feita esta inclusão ou exclusão em conjuntos com recurso a dois valores opostos: positivo e negativo. O valor negativo ou negação refere a não pertença a um conjunto ou a pertença a um outro conjunto, com propriedades diferentes. Assim, a negação, de uma forma geral, pode ser realizada de duas formas: negando a pertença a um conjunto (O cão *não* é castanho) ou afirmando a sua pertença a um outro conjunto com propriedades diferentes (O cão é branco). Sendo mais comum o uso de operadores negativos para determinar a não pertença a um conjunto, é possível delimitar quatro grandes tipos de negação:

- *Negação Sintática*: O valor negativo é obtido através da combinação de palavras negativas com outros elementos frásicos.
- *Negação Morfológica*: O valor negativo provém do uso de morfemas negativos, como *in-*, *des-* ou *a-*.
- *Negação Lexical*: O valor negativo é constituído por elementos do léxico que representam conceitos opostos, como *bom/mau* ou *aceitar/rejeitar*.
- *Negação Morfosintática*: Os operadores *não* ou *nem* são diretamente aplicados a uma unidade lexical formando expressões de iguais ou diferentes classes sintáticas.

Por conseguinte, decidimos circunscrever o nosso estudo apenas a um tipo de negação, a negação sintática, em virtude de esta ser utilizada mais frequentemente quando comparada às restantes. A negação sintática consiste na utilização de operadores negativos (*não*, *nem*, *nenhum*, *nunca*, etc.) que podem aparecer em diversas posições na frase e ter como escopo diversos constituintes frásicos.

Sempre que a inversão de valor negativo/positivo é motivada pela presença de um morfema de negação como os referidos na negação sintática e na negação morfológica, estamos perante a negação formal, proposta por Figueiredo (1986). Segundo este autor, a negação subdivide-se em negação formal e negação semântica (aqui não considerada por não estar diretamente relacionada com os operadores de negação). A negação formal pode operar ao nível da frase, sendo compatível com frases de qualquer tipo, ou ao nível do lexema, operando em categorias gramaticais como nomes ou adjetivos. A referência a esta proposta

revela-se importante, pois, apesar de não ser a base do nosso estudo, apresenta semelhanças com a proposta de Peres (2013): a negação formal ao nível da frase de Figueiredo (1986) corresponde ao que Peres (2013) denomina negação sintática, ao passo que a negação formal ao nível do lexema corresponde à negação morfológica.

Em Peres (2013) é também descrita a existência de quatro tipos de negação sintática, que apresentamos em seguida:

- (1) *Negação Oracional Comum*: Utiliza os operadores negativos *não* ou *nem*. Estes precedem imediatamente o verbo de uma oração ou um pronome clítico em próclise. Desta forma, tornam negativa apenas a oração que aparece no seu escopo (Peres 2013: 464).
- (2) *Negação Existencial Enumerativa*: Consiste em construções de concordância negativa. O operador negativo *nem* pode aparecer em posição pré ou pós-verbal. Em posição pré-verbal verifica-se uma dupla ocorrência do operador negativo coordenando os constituintes não oracionais. Em posição pós-verbal pode ou não existir dupla ocorrência do operador negativo (Peres 2013: 487).
- (3) *Negação Existencial de Classe*: Caracteriza-se pelo uso de expressões auto-negativas, como o quantificador *nenhum* (e suas variantes), os sintagmas nominais *ninguém* e *nada* e os sintagmas adverbiais *nunca*, *jamaís* e *nenhures*. Estes operadores não só exprimem um valor de operador negativo, como um valor de quantificação existencial, veiculando também o domínio de quantificação do quantificador (Peres 2013: 483).
- (4) *Negação do Sintagma Verbal*: Aplica os operadores negativos *não* ou *nem* a um sintagma verbal negando apenas este e não toda a oração (Peres 2013: 468).

A Negação do Sintagma Verbal, tal como proposta por Peres (2013: 463), não foi considerada ao longo da nossa pesquisa, devido às suas semelhanças relativamente à Negação Oracional Comum e à facilidade com que ambas podem ser utilizadas para caracterizar uma mesma oração. Assim, considerámos todas as orações deste tipo como Negação Oracional Comum.

O Quadro A sistematiza os tipos de negação que apresentámos anteriormente.

Quadro A. Tipos de negação analisados.

Tipo de Negação	Operadores negativos	Exemplos (Peres 2013: 464-487)
Negação Oracional Comum	<i>não, nem</i>	“Alguns estudantes <i>não</i> foram à festa” “A Ana <i>não</i> me disse se ia à festa”
Negação Existencial Enumerativa	<i>nem...nem</i>	“ <i>Nem</i> com açúcar <i>nem</i> sem açúcar eu gosto de café”

<p>Negação Existencial de Classe</p>	<p><i>nada, nenhum, jamais, nunca, ninguém, nenhures</i></p>	<p>“Nenhum problema ficará sem solução” “Nada me afastará dos meus objetivos” “Nunca fui à Ásia”.</p>
---	--	---

Dos operadores negativos supracitados no Quadro A seleccionámos os operadores *não, nunca, nada, nem* e *nenhuma* para a análise da negação nos textos de opinião da área de Economia.

3. O estudo

3.1. Constituição do corpus

Para a constituição do *corpus* recorreremos às versões digitais de cinco jornais portugueses da área de Economia (*Expresso, Jornal Negócios, Público, Jornal Económico* e *Dinheiro Vivo*), de onde recolhemos dez textos de opinião sobre o tema. Após a sua análise, destacámos os excertos que expressam a opinião do autor, a partir dos quais demos início ao nosso estudo.

3.2. Metodologia

Como já foi referido, seleccionámos, a partir de Peres (2013), os operadores negativos a considerar no nosso estudo. Para os mesmos, constituímos um dicionário de 6 valores, listados no Quadro B. É de referir que estes valores foram definidos tendo em conta as nossas intuições enquanto falantes nativos do português (4 falantes de português europeu e 1 falante de português do Brasil).

Quadro B. Dicionário de valores dos operadores negativos.

Operador	Valor
Não	-2
Nunca	-3
Nem	-1
Nada	-2
Nenhum	-2

Este dicionário funcionou como ponto de partida para a análise de toda a amostra. O passo seguinte foi caracterizar os dados, pelo que tivemos a necessidade de criar uma

grelha de análise do valor das frases com e sem os operadores negativos, a fim de perceber se estes têm ou não influência no valor de uma opinião.

Na secção 3.3., procedemos a uma análise mais detalhada dos dados.

3.3. Análise dos dados

Esta análise será dividida em dois pontos. No ponto 3.3.1. iremos proceder a uma análise geral, contabilizando os dados obtidos. Será estabelecida uma comparação entre o número de palavras presentes nos segmentos e textos de opinião e os operadores negativos analisados. De seguida, apresentaremos as inversões de valoração e a frequência de operadores negativos nos segmentos analisados.

Os resultados obtidos são sustentados por uma análise gramatical, como se poderá observar em 3.3.2., ponto em que serão considerados alguns exemplos específicos de inversões de valoração.

3.3.1. Análise quantitativa dos dados

Relativamente à frequência dos operadores negativos no nosso *corpus*, verificamos que existe uma grande disparidade entre o número de palavras presentes em cada texto e o número de operadores negativos utilizados nos segmentos que expressam a opinião do autor.

Quando passamos a uma comparação global entre o número total de palavras e o número total de operadores negativos presentes na totalidade dos textos do nosso *corpus* (ver gráfico 2), verificamos que, de um total de 6996 palavras, apenas 0,043% são operadores negativos relativos à negação sintática. Estes dados mostram que, face ao que esperávamos inicialmente, a negação sintática não se revela muito expressiva em textos de opinião económica. Dado que, como referimos anteriormente, a negação é uma importante ferramenta para expressar opinião e a negação sintática é o tipo de negação mais frequentemente utilizado, uma percentagem de 0,043% de ocorrências afigura-se-nos um número bastante reduzido.

Gráfico 1. Comparação entre número de palavras e operadores negativos analisados, por cada texto.

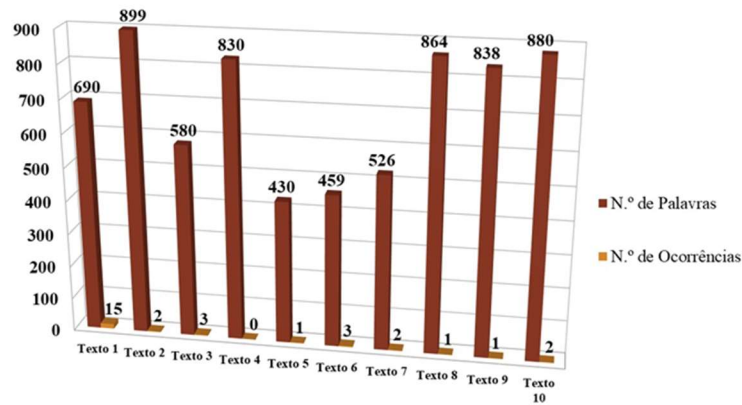
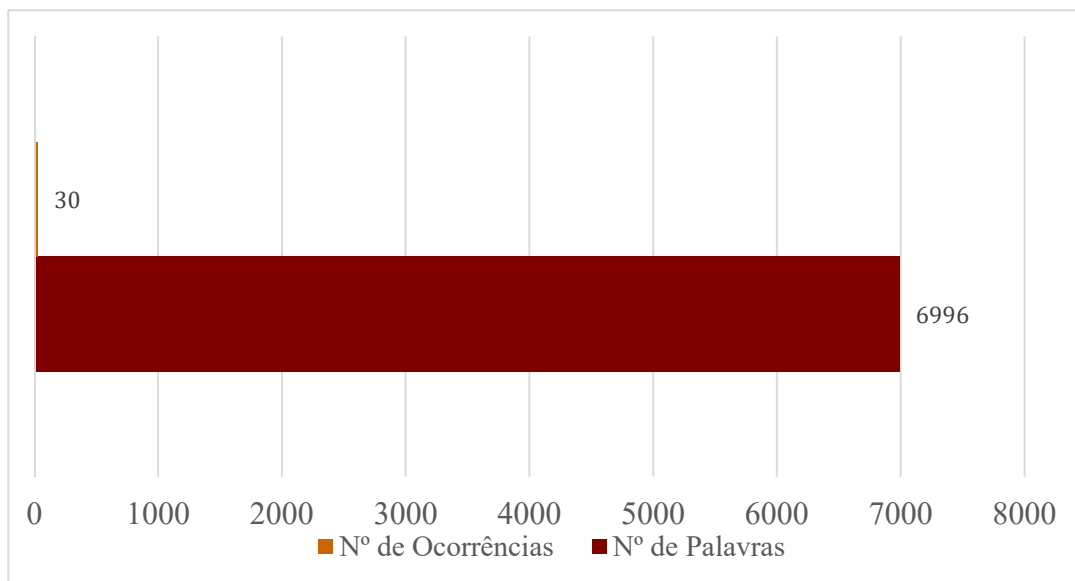
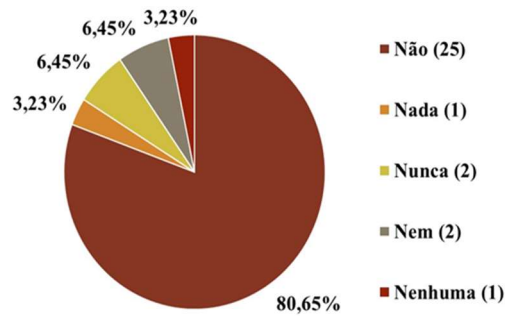


Gráfico 2. Comparação entre o número total de palavras e o número de operadores negativos analisados em termos globais.



De um total de 30 operadores negativos, *não* revela-se o operador predominante, com 25 ocorrências, o que corresponde a uma expressão de 80%, como mostra o Gráfico 3. Por sua vez, operadores como *nunca*, *nenhum*, *nada* e *nem* ocorrem entre uma a duas vezes. Um número tão significativo de ocorrências do operador *não* deve-se ao facto de o mesmo ser uma marca de Negação Oracional Comum (tipo de negação sintática mais produtiva, ver Quadro C). O mesmo não se passa com o operador *nem*, uma vez que este, apesar de também constituir uma representação da Negação Oracional Comum e de ser utilizado para enfatizar uma ideia negativa, também representa outros tipos de negação, como a Negação Existencial Enumerativa. Neste último caso, o operador *nem* assume uma função de coordenação de constituintes não oracionais, representando uma concordância entre os constituintes que por si são ligados.

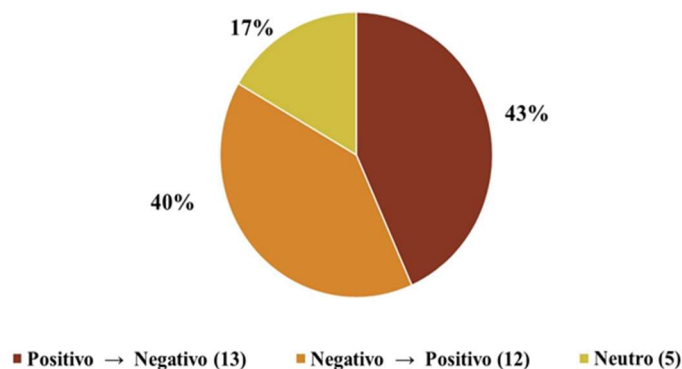
Gráfico 3. Ocorrências de Operadores Negativos.



No Gráfico 4, são analisadas as alterações de valor presentes em toda a amostra. Verificamos que, em 43,33% das ocorrências, o valor da oração que está no escopo do operador negativo é alterado de positivo para negativo, o que vai ao encontro da hipótese de que o valor intrínseco dos operadores negativos afeta o seu escopo de forma maioritariamente negativa.

Contudo, verificamos também que, ao contrário do que esperávamos, esta inversão de valor não representa uma maioria face às restantes. A inversão de valor de negativo para positivo ocorre em 40% das ocorrências, diferenciando-se em apenas uma ocorrência da inversão de positivo para negativo. Já em 16,67% das ocorrências, o que corresponde a cinco das trinta frases analisadas, o valor da oração não é alterado pelo uso do operador negativo. Nestes casos, a valoração da frase é dada por outros constituintes frásicos.

Gráfico 4. Inversões de valoração.



Após a verificação do número de ocorrências de cada operador negativo e de inversões de valoração em todo o *corpus*, analisámos também a relação entre estas inversões e cada tipo de negação independentemente do operador utilizado, como pode ser observado no Quadro C. Mais uma vez, é possível constatar que a Negação Oracional Comum é o tipo de negação mais produtiva, sendo ainda responsável por um maior número de inversões de

valor. Neste tipo de negação é mais produtiva a inversão de valor de negativo para positivo, o que mostra que a utilização dos operadores negativos *não* e *nem*, apesar de parecer, à primeira vista, carregar um valor negativo, é muitas vezes responsável por tornar a valoração de uma frase positiva.

Relativamente à Negação Existencial de Classe, a nossa amostra revela que a mesma é caracterizada principalmente por inversões do tipo Positivo→Negativo, podendo este tipo de ocorrências ser justificado pelo facto de os operadores negativos utilizados neste tipo de negação serem operadores auto-negativos.

Quadro C. Inversões de valor por tipo de negação.

Tipo de Negação	Inversão de valor e N.º de ocorrências
Negação Existencial de Classe	Positivo → Negativo (3) Neutro (1)
Negação Oracional Comum	Positivo → Negativo (10) Negativo → Positivo (12) Neutro (2)
Negação Existencial Enumerativa	Neutro (2)

O Quadro D ilustra o papel do operador negativo no valor da frase em vários exemplos do nosso *corpus*.

Quadro D. Valoração da expressão de opinião com e sem operador negativo.

Textos	Expressão de opinião	Valor da frase sem operador negativo	Valor da frase com operador negativo
Texto 1	(1) “ Não se pode em menos de dois anos (o primeiro orçamento da Geringonça entrou em vigor há pouco mais de ano e meio) <i>não</i> só recuperar rendimentos e baixar impostos, enquanto se mantém o défice em queda, a dívida controlada, e Bruxelas e os mercados um bocadinho menos agressivos e de repente fingir que o tempo anterior nunca existiu e temos de repor tudo o que então se perdeu.”	Positivo	Negativo
Texto 1	(2) “(...) face à inevitável derrapagem da execução do OE2016, quais iam ser as medidas de austeridade que aí viriam, que novos cortes ou aumento de impostos teria o Governo de inventar, e o seu ar incrédulo quando lhe disse	Negativo	Positivo

	que não via nenhuma ⁸ razão para derrapagens, e muito menos para mais austeridade.”		
Texto 1	(3) “Eu, por mim, dispenso que uma perturbação nos mercados se traduza em dificuldades de financiamento da República com o conseqüente álibi para empobrecerem a todos os trabalhadores em 3,8 mil milhões de euros, enquanto transferem 2,8 mil milhões para os de rendimentos de capital, criando toda uma nova classe de pobres, empregados ou desempregados. As forças que nos trouxeram essa realidade não desapareceram .”	Positivo	Negativo
Texto 1	(4) “Os professores merecem todo o nosso respeito. Mas os juizes, os militares, os diplomatas, os polícias, os médicos e os enfermeiros, para citar apenas alguns outros sectores, não merecem menos .”	Negativo	Positivo
Texto 1	(5) “Para além destes corpos há toda a sorte de funcionários das finanças, da segurança social, no apoio à agricultura, às exportações, às empresas, há auxiliares de educação, há gente que ainda ganha menos do que o mínimo para não estar em risco de pobreza. No Estado? Sim, no Estado. E não pode haver para uns e não haver para outros . E, para todos, não há .”	Positivo	Negativo
Texto 1	(6) “Para cisões estúpidas já basta a que se criou, com algum sucesso, entre trabalhadores do privado e do público – cujas sequelas perduram e não sei se não ⁹ serão permanentes .”	Negativo	Negativo
Texto 1	(7) “ Não vamos agora permitir que os egoísmos corporativos repliquem essas divisões entre os funcionários públicos .”	Negativo	Positivo
Texto 1	(8) “Dividir para reinar só resulta se quem vive do seu trabalho, qualquer que seja o empregador, qualquer que seja a profissão, deixar. E o meu repto é este: não deixem, não cedam à tentação .”	Negativo	Positivo
Texto 1	(9) “Por mim, não quero saber o que será ver ainda mais famílias, meus vizinhos, meus colegas, meus amigos, meus conhecidos verem-se sem poderem acudir aos seus.”	Negativo	Positivo
Texto 2	(10) “Estava errado naquela altura; mas talvez não esteja errado por muito mais tempo .”	Negativo	Positivo

⁸Não tem impacto no valor da frase.

⁹ cf. Nota 8.

Texto 2	(11) “A minha resposta é que as petrolíferas precisam de completar a jornada de análise das matérias-primas que eu comecei, mas que nunca terminei .”	Positivo	Negativo
Texto 3	(12) “O projeto europeu de uma Europa progressista e solidária tem que voltar a estar no centro do discurso político e, conseqüentemente, deve-se esmiuçar muito bem o que falhou e encontrar formas de assegurar que não torna a falhar .”	Negativo	Positivo
Texto 3	(13) “ Não¹⁰ nos dotarmos agora de mecanismos de reação eficazes e capazes é pura e simples estupidez.”	Negativo	Negativo
Texto 3	(14) “ Não¹¹ podemos voltar a ignorar as lições da história , fazê-lo pode revelar-se grave e condenar de forma irreversível um projeto de paz, de desenvolvimento e de verdadeira união entre os estados.”	Negativo	Negativo
Texto 5	(15) “Portugal não¹² deve agir em contraciclo nesta matéria , sob pena de se agravarem as debilidades da nossa economia, tão carente de tecnologias avançadas e empregos qualificados.”	Negativo	Negativo
Texto 6	(16) “Como resultado de boa sorte e de boas políticas monetárias, a inflação desapareceu mas isto não é nem¹³ inevitável nem¹⁴ expectável no futuro .”	Positivo	Negativo
Texto 7	(17) “ Não¹⁵ creio que este seja um problema eminentemente de moral individual.”	Negativo	Negativo
Texto 7	(18) “ Não podemos ficar à espera que os muito ricos decidam pagar mais impostos.”	Positivo	Negativo
Texto 8	(19) “Desconstruir cientificamente a aceção atual atribuída à noção de empreendedor e de empreendedorismo não é um mero exercício académico estimulante , trata-se de uma empreitada relevante que está longe de se esgotar em meros comentários de circunstância.”	Negativo	Positivo

¹⁰ Reforça o valor negativo da frase.

¹¹ cf. Nota 10.

¹² cf. Nota 10.

¹³ cf. Nota 8.

¹⁴ cf. Nota 8.

¹⁵ cf. Nota 8.

Texto 9	(20) “O que acontece é que o trabalho das mulheres é desvalorizado, <i>não</i> lhes permitindo progredir na carreira ou mesmo receber o mesmo pelo mesmo trabalho dos homens.”	Positivo	Negativo
Texto 10	(21) “ <i>Não</i> sabemos como vai ficar o sistema internacional, mas é certo que <i>nada</i> será como antes.”	Positivo	Negativo

3.3.2. Discussão dos dados

De seguida, apresentamos alguns exemplos que mostram que os tipos de negação analisados podem ocorrer tanto em inversões do tipo Positivo→Negativo, como do tipo Negativo→Positivo. Mostraremos também casos em que o operador não tem influência na valoração.

Os exemplos presentes no Quadro D não mencionados nesta secção correspondem todos a exemplos da Negação Oracional Comum.

a) *Inversão de valoração de positiva para negativa*

Nos exemplos (3), (13) e (20) verifica-se a ocorrência da Negação Oracional Comum em que o operador negativo *não* tem como escopo o predicado. No caso de (20), o mesmo opera sobre a oração “lhes permitindo progredir na carreira”. Em (3), sobre o verbo inacusativo “desapareceram”. Já em (13), o operador *não* tem como escopo o sintagma verbal, alterando o valor da oração “nos dotarmos agora de mecanismos de reação eficazes e capazes”. Neste último caso, o operador não interfere no valor negativo da frase, uma vez que este é dado pelo predicativo do sujeito.

Ainda relativamente ao exemplo (20), a oração que se encontra no escopo do operador não passa a ostentar uma valoração positiva quando este é omitido. No entanto, é importante mencionar que, quando consideramos a frase na sua totalidade, a contradição entre “desvalorizado” e a segunda oração leva a que esta seja interpretada ironicamente e que, por isso, adquira uma valoração negativa.

Os exemplos (11) e (21) representam a ocorrência da negação Existencial de Classe com os operadores negativos *nunca* e *nada*, respetivamente. No primeiro caso, o operador tem como escopo a forma verbal “terminei”, sendo a valoração negativa da frase o resultado da leitura composicional da mesma. Considera-se negativo o facto de a “jornada de análise das matérias-primas” ter sido começada, mas nunca terminada. No segundo caso, o operador tem como escopo a oração “será como antes”, alterando a valoração desta de positivo para negativo.

A partir destes exemplos demonstramos que tanto a Negação Oracional Comum como a Negação Existencial de Classe podem ser responsáveis pela alteração de valoração de positiva para negativa numa frase ou oração.

b) Inversão de valoração de negativa para positiva

Os exemplos (4) e (7) são também exemplos da Negação Oracional Comum. Porém, nestes casos, o operador negativo *não* é responsável por uma alteração de valoração de negativa para positiva. O exemplo (7) ilustra um caso em que o operador *não* altera toda a oração.

Já em (4), o operador altera o valor da oração “merecem menos”. De acordo com Peres (2013: 488), o operador *não* estabelece neste tipo de orações uma relação de inferioridade com o quantificador “menos”, medindo a entidade representada pelo constituinte nominal “respeito”; isto traduz-se numa valoração positiva, na medida em que se entende que os sujeitos “merecem todo o nosso respeito”.

No exemplo (8), uma vez que aparece no texto no seguimento de (6) e (7), consideramos que a expressão “dividir para reinar” é intrinsecamente negativa, dado que se trata de uma estratégia baseada na criação de cisões, as quais são por si negativas. Para além disso, a expressão “cedam à tentação” possui uma valoração bastante negativa, uma vez que ambas as palavras “ceder” e “tentação” apresentam uma conotação negativa.

Em (19), a “exercício académico estimulante” atribuímos a valoração de +3; todavia, devido ao adjetivo “mero”, a valoração dessa expressão torna-se negativa. A aplicação do operador negativo “não” altera a valoração final para positiva.

No caso de (2), em que é usado o operador negativo *nenhuma*, marca da Negação Existencial de Classe, o operador tem como escopo a oração “razão para derrapagens”. Existe, assim, apenas concordância negativa entre o operador *nenhuma* e o operador *não* em “não via nenhuma razão”. Por conseguinte, a inversão do valor da frase é determinada pelo operador *não*. É de referir que, apesar de existirem dois operadores negativos, isso não faz com que a valoração mude através do somatório de ambos.

À semelhança do que acontece nos exemplos (3), (11), (13), (20) e (21), também na inversão de negativo para positivo podem ser utilizadas a Negação Oracional Comum e a Negação Existencial de Classe.

c) O operador negativo não tem impacto na valoração

A análise do exemplo (16) mostra que existem circunstâncias em que o operador negativo não tem qualquer impacto na valoração.

Ao ser aplicado o operador *nem* numa sequência *nem...nem*, está a ser realizada a Negação Existencial Enumerativa, que verificámos ser responsável por construções de concordância negativa. No exemplo referido, o operador *nem* realiza a coordenação dos adjetivos “inevitável” e “expectável”.

4. Considerações finais

Com base na nossa investigação, chegámos à conclusão de que, ao contrário do que esperávamos, de um ponto de vista estritamente quantitativo e por comparação com o número total de palavras, o uso da negação sintática é pouco significativo no que diz respeito a textos de opinião económica.

Este terá sido o facto que mais dificultou a nossa análise e que tornou impossível validar de modo completo a hipótese proposta, a de que na presença de operadores negativos ocorreriam em maior número inversões de valor positivo para negativo. Consequentemente, não nos foi possível concluir que ocorrência da negação sintática se destaca quantitativamente dos restantes tipos de negação, havendo, pois, a necessidade de alargar o *corpus*, como propomos ainda nesta secção.

Todavia, foi possível chegar à conclusão de que o operador negativo *não* é o mais utilizado, sendo ainda responsável pelo maior número de inversões de valor. Tratando-se de uma marca da Negação Oracional Comum, concluímos que também este é o tipo de negação sintática mais produtiva.

Visando alcançar resultados mais precisos, teremos de alargar o nosso *corpus* não só a textos de opinião desta mesma área, mas também a textos de outras áreas, seguindo, pelo menos numa primeira fase, a mesma metodologia, a fim de comprovarmos de forma mais consistente os resultados obtidos.

REFERÊNCIAS

- Figueiredo, M. F. G. 1986. *Alguns aspectos da negação em português*. Tese de mestrado, Universidade do Porto.
- Matos, G. 2003. Aspectos sintáticos da negação. In Mateus, M.H.M.; Brito, A.; Duarte, I.; Faria, I; Frota, S.; Matos, G.; Oliveira, F.; Vigário, M.; Villalva, A. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, pp. 767-793.

- Peres, J. A. 2013. Negação. In Raposo, E. P.; Nascimento, M. B.; Mota, M. C.; Segura, L.; Mendes, A. (eds.). *Gramática do Português*, 1.^a ed., Vol. I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 461-498.
- Taboada, M. 2016. Sentiment analysis: An overview from linguistics. *Annual Review of Linguistics* 2 (1), pp. 325-347.

O DISCURSO DE HOMENS E DE MULHERES MARCAS LINGUÍSTICAS SOB UMA PERSPETIVA DE GÉNERO

Violeta Amélia Magalhães¹⁶

violetadmag@gmail.com

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (PORTUGAL)

RESUMO. Partindo de pressupostos teóricos fundacionais do estudo da atenuação e cortesia linguísticas, é objetivo deste trabalho verificar em que quantidade e como é que mecanismos desse tipo surgem no discurso produzido por homens e por mulheres. A análise quantitativa e qualitativa do fenómeno será edificada sobre três programas televisivos em que homens e mulheres são entrevistados separadamente. Serão analisados mecanismos que, ao procurar minimizar a força ilocutória de atos assertivos, retiram responsabilidade e firmeza ao discurso do próprio falante. Pretende-se com esta investigação aferir eventuais discrepâncias de género presentes no discurso e particularmente no uso da língua portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE. Interação, Atenuação, Cortesia, Homem, Mulher, Discurso.

ABSTRACT. Based on theoretical assumptions of the study of linguistic attenuation and politeness, it is our purpose to verify in what quantity and how such mechanisms arise in the speech produced by men and women. The analysis of the phenomenon will be done through observation of three television programs in which men and women are interviewed separately. The mechanisms analyzed will be those that minimize the illocutionary force of assertive acts and remove responsibility and firmness from the speech. The aim of this research is to show possible gender discrepancies present in speech and particularly in the use of Portuguese language.

KEYWORDS. Interaction, Attenuation, Politeness, Man, Woman, Speech.

1. Introdução

O campo de trabalho Linguagem e Género tem-se revelado bastante produtivo nas últimas décadas. Desde que o seu livro foi publicado em 1972, Robin Lakoff tem vindo a encontrar múltiplas contribuições para a sua causa: descobrir eventuais diferenças entre o discurso produzido por homens e o discurso produzido por mulheres.

¹⁶ Estudante do 3.º ano do curso de Licenciatura de Ciências da Linguagem, variante de Linguística.

Neste presente trabalho, procurar-se-á analisar o Português Europeu Contemporâneo produzido por homens e por mulheres, segundo as suas diferentes utilizações de mecanismos de atenuação, partindo da obra fundacional nesta área de estudos - *Language and Women's Place* (1972). No entanto, estabelecer uma mera aplicação dos pressupostos de Lakoff ao português seria redutor tendo em conta os avanços já conhecidos desde então. Assim sendo, a análise será estabelecida tendo também em conta a taxinomia de fenómenos de atenuação de Briz e Albelda (2013), sobretudo considerando o modo e frequência de ocorrência da partícula interrogativa *não é?* (*tag question*, nas palavras de Lakoff) e das construções introdutoras de opinião e com valor modal epistémico como *acho eu, creio eu, penso eu, parece-me*. Para obtenção do *corpus* linguístico necessário, foram, numa primeira fase, analisados dois programas televisivos, ambos com um formato mais ou menos semelhante ao de uma entrevista. Numa fase seguinte, foram acrescentados os resultados obtidos num terceiro programa televisivo, esse correspondendo ao modelo prototípico da entrevista.

As expectativas ou intuições que, aliás, suscitaram o interesse por este estudo são as de que conclusões muito próximas das que Robin Lakoff e outros linguistas tiraram para o inglês – que os mecanismos de atenuação, nomeadamente, a célebre *tag question*, são mais frequentes no discurso produzido por mulheres – se verifiquem também para a língua portuguesa, algo que procuraremos aferir preocupando-nos também em perceber o que distingue verdadeiramente o discurso produzido por um homem daquele produzido por uma mulher e, sobretudo, procurando perceber quão revelante em termos estatísticos poderá ser essa distinção quanto ao uso de atenuação. Para além disso, será que essa diferença corresponde a uma inquebrável associação entre atenuação linguística e sexo feminino ou haverá outros fatores sociais a considerar? Cientes de algumas limitações relativamente à extensão do próprio *corpus*, procuraremos de seguida apresentar algumas respostas.

2. Enquadramento teórico do tema

For me, some of the most interesting questions are raised by the study of words whose meaning implicitly involves fuzziness – words whose job is to make things fuzzier or less fuzzy. I will refer to such words as ‘hedges’.

(Lakoff 1973: 471)

O fenómeno de atenuação linguística constrói-se a partir de elementos linguísticos que lhe são anteriores. Alguns dos mecanismos através dos quais se pode minimizar a

responsabilidade do locutor na enunciação ou reduzir a força ilocutória da mesma são os modificadores morfológicos, algumas partículas interrogativas ou justificativas e as construções verbais ou modalizadoras. Em suma, aquilo a que Lakoff (1973) designa por *hedges*, isto é, expressões que evitam a total assertividade. Segundo o autor, estas expressões ou palavras implicam também *fuzziness*, isto é, ambiguidade de tipo pragmático. Quer isto dizer que estas palavras têm aquilo a que Bussman (1990: 824) chama de “pragmatische Unbestimmtheit” ou *indeterminação pragmática* e, portanto, podem variar de contexto para contexto independentemente da sua representação linguística interna. Uma expressão pode ser vaga, isto é, pode funcionar como um *hedge* quando, na sua estrutura linguística interna, contempla algumas características não especificadas, quando o seu total preenchimento semântico pode ser diferente consoante o uso pragmático. Esta noção de *hedges* como elementos linguísticos que servem de diferentes formas vários enunciados, podendo assumir diferentes interpretações em contextos diversos, poderá naturalmente ser relacionada com a Teoria dos Protótipos, segundo a qual as palavras “erlauben, “problematische Elemente” unseres Daseins (...) nur aufgrund perzeptueller und psychologischer Plausibilitäten an bestimmte kognitive Kategorien anzubinden” (Blank, 2001: 49). Assim, o uso de *hedges* revelar-se-á produtivo, pois permitirá aproximar mais, ou menos, aquilo que dizemos daquilo que queremos dizer já que, como não há um exemplar perfeito para cada coisa que queremos dizer, como “nós pressupomos a própria coisa na linguagem, para que a linguagem possa referir-se a qualquer coisa” (Agamben, 2013: 20), tudo o que nos resta enquanto falantes é aplicar mecanismos linguísticos que tornem o nosso discurso mais ou menos vago.

Porém, as razões que nos levam a querer tornar o nosso discurso mais ou menos vago são várias e diversas. Segundo Leech (1983) e outros teóricos da cortesia, toda a interação socio-verbal parte de um princípio que é o da preservação do carácter harmonioso da comunicação. Lakoff (1975) afirma, desde logo, que a utilização de *hedges* – a que daqui em diante apelidaremos de mecanismos de atenuação – serve os propósitos da cortesia linguística. Estes mecanismos são usados, de forma geral, por um falante que está completamente seguro daquilo que diz, mas mesmo assim pretende mostrar-se gentil – de forma a que o equilíbrio comunicacional seja mantido - e, no caso do sexo feminino, essa gentileza (*subtileza*, nas palavras da autora) está intrinsecamente associada à construção discursiva da imagem de uma maior fragilidade e submissão social. Segundo Lakoff, o discurso produzido por mulheres nos EUA dos anos setenta apresenta mais mecanismos de atenuação, não porque as mulheres estejam menos seguras daquilo que dizem, mas porque lhes é imposta socialmente essa insegurança.

Desde a publicação de *Language and Woman's Place* - que inquestionavelmente abriu espaço a uma vasta colaboração entre Linguagem e Estudos de Género – muita investigação tem sido feita. De facto, alguma dessa investigação acabou até por provar o contrário de algumas anteriores considerações e foram descobertos novos argumentos para o uso de atenuadores. Consideremos o trabalho de Coates (2013). Para a autora, a utilização destes mecanismos relaciona-se com uma vontade dos falantes em parecer mais interativos, com uma tentativa de integrar o outro e não soar *demasiado especialista* ou por outras palavras, uma tentativa de *suavizar assuntos sensíveis* (Coates 2013) e são apresentadas quatro funções principais para o uso de atenuadores:

1. Expressão de dúvida e/ou confiança.
2. Autoproteção do falante de forma a soar mais sensível ao outro e para o seu discurso ser mais bem aceite.
3. Procura pela palavra certa, normalmente associada a uma pausa na produção de discurso.
4. Evitar o estatuto de especialista, autoridade e diferença social.

Os atenuadores, nomeadamente, construções introdutoras de opinião, estão então, por um lado, relacionados com níveis de modalidade epistémica (cf. função 1 acima). Segundo Oliveira e Mendes (2013), a modalidade é uma forma de expressar atitudes e opiniões acerca do conteúdo proposicional de um enunciado, sendo que esta atitude pode ser mais ou menos assertiva e pode evidenciar maior disponibilidade à interação ou autoridade. A modalidade epistémica lida com graus de certeza ou probabilidade, estando relacionada com a crença do falante acerca daquilo que está a dizer (Murphy 2010). Também para Hyland (1998), a modalidade epistémica é um aspeto fundamental para a comunicação, pois constitui um mecanismo que “facilita a comunicação aberta”, dando flexibilidade ao discurso, permitindo ao falante adotar posições e exprimir pontos de vista de uma forma mais cortês (*ibidem*). Aliás, toda a classe geral dos *hedges* concede ao falante a possibilidade de redução do seu comprometimento para com a verdade do enunciado produzido, refletindo-se assim a sua prudência e cortesia interacionais daquele que emite o discurso.

O tema da cortesia linguística é, de facto, fundamental ao tratar mecanismos de interação socio-verbal, pois a preservação das faces de ambos, locutor e alocutário, é um cuidado primordial adjacente a qualquer comunicação. Neste trabalho, teremos particular atenção ao tipo de cortesia negativa, aquela que tenta, por ação dos atenuadores, *abrandar* (Orecchioni 2010) o carácter ameaçador de determinado enunciado. Retomando Coates

(2013: 48), os atenuadores são “a key-means to modulate what is said to take account of the complex needs of speakers as social beings”.

No que diz respeito à partícula interrogativa que iremos também analisar, ela é, segundo Spencer (1985: 9), difícil de classificar e interpretar. Pode funcionar tanto como atenuador ou *forceful tag* (*ibidem*). Em Lakoff (1975), as partículas interrogativas são descritas como “a midway between an outright statement and a yes-no-question, [being] less assertive than the former, but more confident than the latter”. A partícula interrogativa é, portanto, utilizada tanto quando o falante está a afirmar algo e revela alguma falta de confiança na verdade dessa afirmação ou quando procura a corroboração da sua opinião (*ibidem*). Por outro lado, as partículas interrogativas do tipo *não é?* concedem ao falante um certo grau de descomprometimento para com o enunciado, evitando-se assim um eventual conflito com o alocutário. Portanto, constituem também um mecanismo de cortesia: deixam a decisão em aberto, evitam a imposição de um ponto de vista particular que é a do falante e revelam-se estratégias produtivas para a manutenção da comunicação. Poderá acontecer também que as *tag questions* funcionem como um procedimento de validação ou mesmo um “ritual confirmativo” (Orecchioni 2010). Outras vezes, porém, este mecanismo ocorrerá como um captador fático que procura apenas “assegurar a escuta do destinatário” (*ibidem*), uma função também descrita por Briz e Albelda (2013) como “regulador fático-apelativo”.

Em suma, estes mecanismos linguísticos – construções introdutórias de opinião e partículas interrogativas – poderão ter várias funções interacionais, entre elas, a de atenuação, tornando o discurso mais cortês e menos impositivo para o alocutário, ainda que procurando também orientar o ato comunicativo no sentido desejado pelo falante. Considerados os parâmetros, verificaremos de seguida o comportamento destes mecanismos no discurso produzido por homens e por mulheres.

3. Procedimento metodológico e amostra utilizada

O método escolhido para procurar responder às questões colocadas na secção introdutória foi a análise de programas televisivos nos quais fosse possível encontrar discurso oral não excessivamente vigiado. Por ser um tipo de comunicação *in praesentia*, o discurso oral estabelece o mesmo tempo e lugar para o locutor e para o alocutário. Para além disso, é suficientemente espontâneo e imediato, oferecendo um espaço vasto o suficiente para a procura de mecanismos de atenuação. O tipo de interação a analisar não será, porém, a conversa, mas antes a entrevista. Segundo Kerbrat-Orecchioni (2010: 32), “o conjunto de papéis interacionais define o *contrato de comunicação*, ao qual estão submetidos os participantes

em um tipo determinado de interação”, que, neste caso, é *contratualmente* definida como assimétrica e inalterável, pois os papéis são *complementares* aos intervenientes (*ibidem*). Quanto ao registo – como variedade de uma língua em estreita relação com uma situação de uso e propósito comunicativo particulares (Biber e Conrad 2009) –, aquele que foi adotado nos programas selecionados, está, segundo a tipologia de Joos (1967), algures entre o registo formal e o *consultative*, visto que se verifica o emprego de tempos verbais como o condicional ou de conetores mais elaborados como *no sentido de* (em detrimento de *para*) mas, por outro lado, é consideravelmente permitida a interrupção e a troca entre indivíduos. Os registos de língua - apesar de constituírem um universal linguístico, na medida em que em todas as culturas se podem atestar diferentes usos da língua, consoante situações comunicacionais diferentes e objetivos comunicativos específicos - não são, contudo, em si mesmos universais, pois também não o são os contextos interacionais (Biber e Conrad 2009). Desta forma se poderão vir a entender melhor eventuais discrepâncias entre os resultados deste tipo de análise aplicada ao português e a outras línguas e outras culturas.

Numa primeira fase da investigação, foram escolhidos dois programas televisivos emitidos pela emissora rádio-televisiva nacional. O primeiro chama-se *Série Grandes Livros* e consiste num programa cultural que apresenta algumas das obras literárias mais importantes da cultura portuguesa através da intervenção de vários falantes e de um narrador que coloca a pergunta, à qual os intervenientes devem responder. O outro programa tem o nome de *Afinidades* e tem o formato de entrevista informal, perto do modelo de *talk show*. A opção inicial por estes dois programas prendeu-se com o facto de ambos apresentarem algumas semelhanças de tipo social relativamente aos entrevistados. Segundo Guidicini (1987), para discutir diferenças de género é necessário ter em consideração a posição social assumida pelo falante no discurso e o seu socioleto e, neste sentido, a nossa intenção era aferir a eventual diferença de género no uso da atenuação começando por uma classe social elevada, com níveis de escolaridade altos. Assim, procuraram-se programas em que as pessoas entrevistadas pertencessem, em geral, à mesma classe social e apresentassem, por isso, um correspondente socioleto. No entanto, o terceiro programa analisado, com o nome de *Grande Entrevista*, também emitido pelo canal nacional e que consiste numa série de episódios com uma entrevista com cerca de 1 hora conduzida pelo mesmo apresentador a diferentes

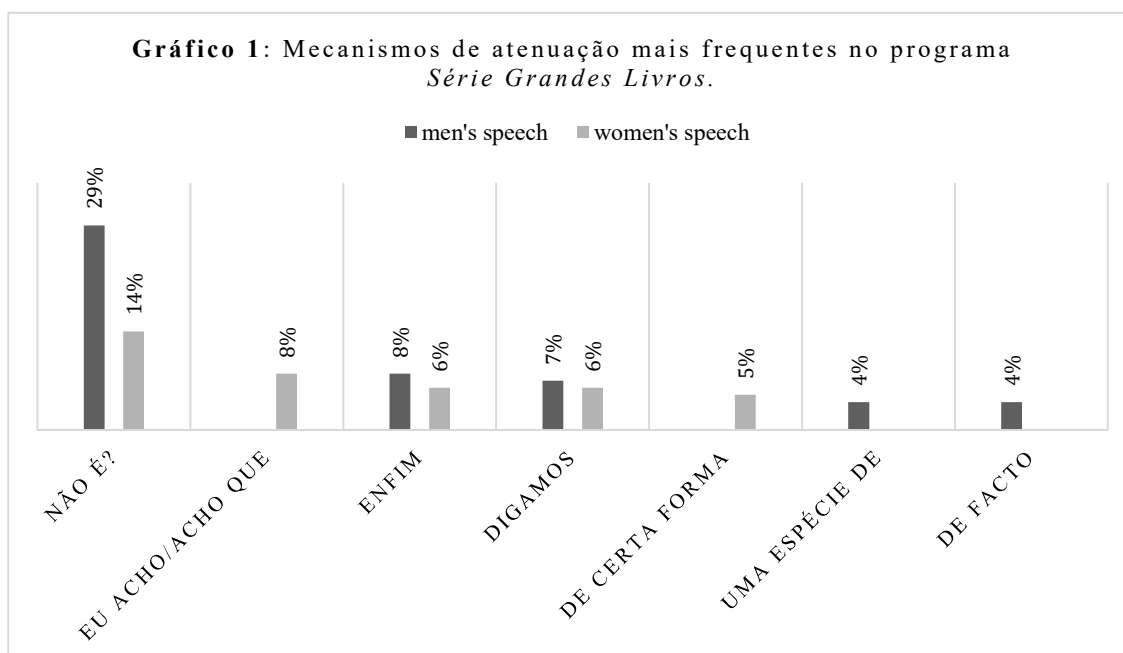
personalidades da cultura e vida portuguesa¹⁷, alarga o espectro social em análise, incluindo falantes com diferentes percursos e posições sociais.

Relativamente aos instrumentos de análise utilizados para aferir o grau de atenuação dos discursos, foi sobretudo tida em conta a taxinomia de fenómenos de atenuação de Briz e Albelda (2013). O foco manteve-se na produção de construções introdutoras de opinião do falante e portadoras de um certo grau epistémico como *acho eu/ eu acho que, creio que/ eu creio que, penso eu/ eu penso que, parece-me* e na produção da partícula interrogativa *não é?*. Os resultados obtidos foram compilados em diferentes gráficos que registam os padrões de frequência da ocorrência procedendo-se depois à análise desses mesmos gráficos.

4. Resultados

Começando pelo programa *Série Grandes Livros*, é importante referir que a disparidade ocorre, desde logo, a nível estrutural. Num total de 12 episódios, cada um com cerca de 50 minutos, a percentagem de ocorrência de discurso produzido por mulheres não é superior a 24%, contra os restantes 76% de presença de discurso masculino. Cientes desta condicionante, procedemos à análise do programa começando por fazer um levantamento das formas de atenuação mais utilizadas, seguindo-se uma contabilização da frequência de ocorrência das mesmas. Os resultados obtidos indicam que a partícula interrogativa *não é?* é a mais frequente em ambos os discursos feminino e masculino (gráfico 1). Porém, contrariamente ao que era expectável, segundo Lakoff (1972), o discurso produzido por homens revela uma maior presença dessa partícula em comparação com o discurso produzido por mulheres. Este resultado poderia indicar que, talvez, no uso da língua portuguesa não se viessem a verificar as hipóteses levantadas por Lakoff (1972). Contudo, após uma investigação mais extensiva, parece ser este programa a exceção, e não o contrário.

¹⁷ O programa *Grande Entrevista* continua a decorrer após a conclusão deste trabalho. Assim sendo, foram analisados apenas os episódios disponíveis até à data de início desta investigação, ignorando o restante *corpus* que foi estando posteriormente disponível.



Quanto à descrição linguística da partícula, ela parece, por um lado, cumprir a função de típico atenuador, retirando força à afirmação que é de resto, em alguns casos, duplamente atenuada por elementos que precedem o *não é?* (exemplos (1) e (4)). Por outro lado, todos estes exemplos evidenciam também a procura do falante pelo controlo da interação, função descrita por Briz e Albelda (2013), bem como, em alguns casos, um eventual efeito fático (Orecchioni 2010).

Discurso masculino:

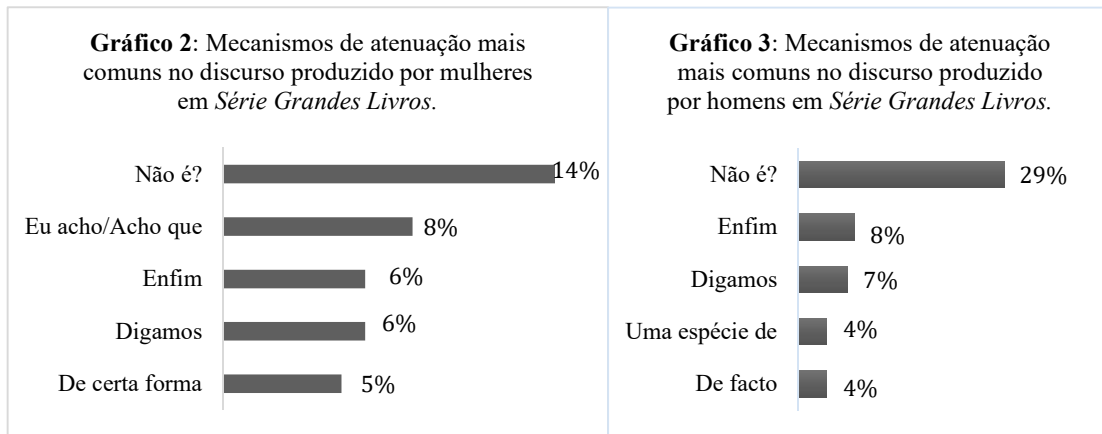
- (1) *É uma espécie de latifundiário parasita, não é?*
- (2) *Por algumas ideias que ele defendia, que eles consideravam heréticas, não é?*
- (3) *O Pessoa ganhou um peso cultural específico entre nós, não é?*

Discurso feminino:

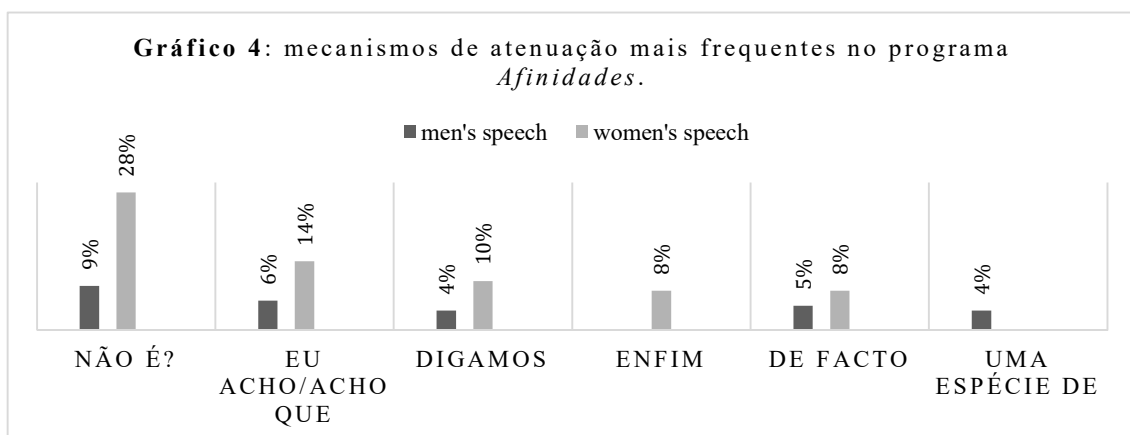
- (4) *A pessoa quase prefere o ódio, não é?*
- (5) *É evidente que ele está a brincar, não é?*
- (6) *O espaço de afirmação dele tinha outros caminhos, não é?*

Um outro aspeto a referir quanto aos resultados obtidos neste programa, é o facto de a segunda forma de atenuação mais utilizada ser bastante diferente no caso de homens ou mulheres (gráfico 2 e 3). No discurso produzido por mulheres, as expressões *acho eu/en acho que* são bastante frequentes, enquanto que no caso masculino a utilização destes mecanismos

é quase nula. Em relação à quinta expressão mais utilizada, não deixa de ser relevante notar como no caso do discurso feminino se trata de um modificador morfológico externo que reduz a extensão do que é dito, enquanto que no discurso masculino a forma que ocupa o mesmo lugar é a expressão *de facto* que, segundo Macário Lopes (2004), ocupa o lugar mais alto da modalidade epistémica, isto é, consiste num operador argumentativo que expressa certeza.



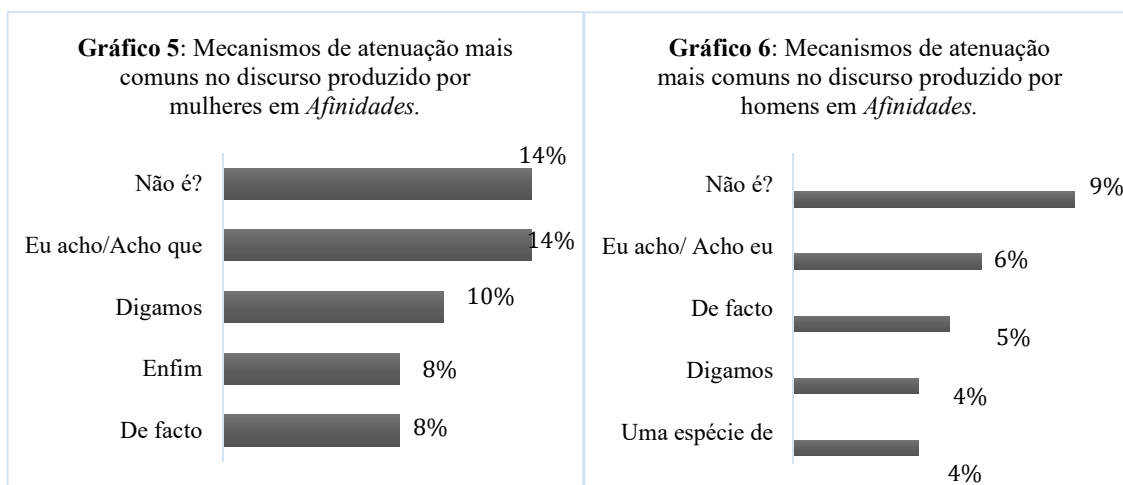
No programa *Afinidades*, os dados assemelham-se mais às expectativas iniciais deste trabalho. O discurso produzido por mulheres revela uma produção maior de todos os mecanismos de atenuação recolhidos (gráfico 4), podendo então afirmar-se que, neste programa, as falantes do sexo feminino procuram desresponsabilizar-se mais relativamente ao discurso que produzem, retirando assertividade às suas afirmações.



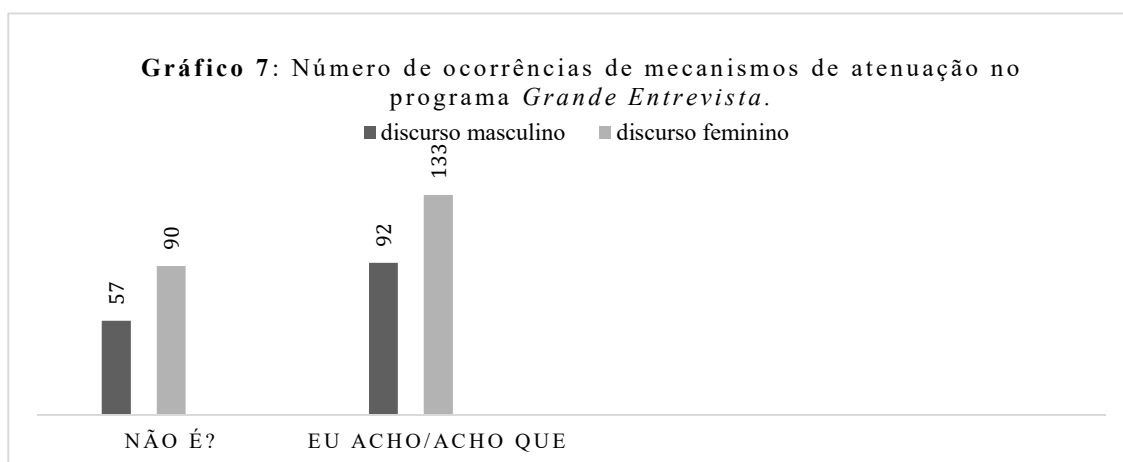
Vejam-se os exemplos:

- (7) *No fundo é aquilo que eu quero, **não é?***
 (8) *Vê-se isso não só nos livros, mas nos próprios jornais, **não é?***
 (9) *Portugal é o país que vive da imitação, **não é?***
 (10) *E, portanto, **acho que** é uma falsa questão.*
 (11) *Pode-se concorrer a um máximo de 45.000€, que é muito dinheiro, **eu acho.***
 (12) ***Eu acho que** isto é muito importante.*

Assim sendo, embora os resultados não sejam tão discrepantes quanto a literatura fazia esperar, temos de discordar de Murphy (2010): apesar de o contexto social ser o mesmo e, por isso mesmo, não se verificar uma considerável variação linguística diastrática, existem diferenças de género quanto ao uso da atenuação. As mulheres utilizam mais construções introdutórias de opinião e partículas interrogativas no seu discurso (gráficos 5 e 6), tornando-o menos assertivo e, se quisermos, menos *ameaçador* no sentido proposto por Brown e Levinson (*apud* Orecchioni 2010), isto é, menos propenso à destabilização do equilíbrio entre as faces dos intervenientes. Inerente a esta noção de ameaça, está também a de que numa interação socio-verbal estão sempre em jogos as faces negativa e positiva dos falantes - o seu território íntimo e o conjunto de imagens positivas construídas sobre o próprio, respetivamente - e todas as intervenções tem um carácter ameaçador latente, isto é, passível de provocar alguma perda ou dano a alguma das faces. Neste sentido, haverá sempre um potencial conflito instalado que deve ser evitado, aplicando-se para tal estratégias atenuadoras como as que aqui analisamos (*ibidem*).



Ao adicionar um terceiro programa televisivo à análise, procurou-se exclusivamente aprofundar o comportamento da partícula interrogativa *não é?* e das construções introdutoras de opinião e com valor modal epistémico como *acho eu, creio eu, penso eu, parece-me*. Também neste programa, os episódios que correspondiam a entrevistas a homens eram em maior número do que aquelas feitas a mulheres. Assim sendo, procedeu-se à análise dos 7 episódios disponíveis relativamente ao sexo feminino e os outros 7 episódios para o sexo masculino foram sorteados. Os resultados obtidos por uma contabilização exclusivamente quantitativa e não em termos percentuais, como os anteriores, que consideravam toda a taxinomia de Briz e Albelda (2013) evidenciam que as mulheres utilizam mais ambos os mecanismos do que os homens (gráfico 7). Quanto à partícula interrogativa, o seu uso no discurso feminino continua a estar associado a uma desintensificação da afirmação anterior (exemplos 13, 14 e 15), mas, por outro lado, há também uma frequente ocorrência de *não é?* à frente de provérbios ou expressões idiomáticas (exemplos 16, 17 e 18) que ilustram a vontade interacional das falantes, podendo constituir uma busca de cumplicidade com o alocutário.



- (13) *Era impensável, não é?*
 (14) *Desde logo o poder é muito grande, não é?*
 (15) *Essa é uma pergunta complicada, não é?*
 (16) *Não estragar as uvas na adega, não é?*
 (17) *E destruir um átomo é muito difícil, não é?*
 (18) *Entre aspas, não é?*

A análise do programa *Grande Entrevista* revelou um outro dado relevante no que diz respeito ao hipotético binómio atenuação/classe social. Quanto ao discurso feminino, há

três episódios onde a partícula interrogativa *não é?* não ocorre uma única vez e nos três casos a mulher entrevistada exerce um cargo político, sendo esse o número total de entrevistadas que se inserem nesse grupo profissional. A partir daqui, poderíamos pensar que, por especificidade deste grupo profissional, não se registaria uso dessa partícula. Porém, no caso do discurso masculino, há 4 dos 7 entrevistados que ocupam cargos políticos, mas em 3 desses casos a produção de *não é?* ocorre frequentemente, o que nos leva a crer que a produção ou não-produção de *não é?* possa estar mais associada a uma questão de género do que necessariamente a uma questão de estratificação social e grupo profissional, ainda que esta última informação contrarie os dados até então recolhidos.

No que diz respeito à ocorrência da partícula interrogativa no discurso masculino, a típica ação de atenuação da afirmação parece ser a função principal, não tendo sido encontrados casos relevantes de usos combinados com provérbios ou expressões idiomáticas. Vejam-se os exemplos:

- (19) *Grande parte daquilo é uma comédia, não é?*
- (20) *É inata, não é?*
- (21) *Era ecológico, ambientalmente limpo, não é?*
- (22) *Está a ver o que isto durou, não é?*
- (23) *Uma pessoa tem saudades, não é?*

Quanto às construções introdutoras de opinião, as ocorrências só se distinguem pelo grau de frequência, já que em ambos os sexos a função é a mesma – diminuir o grau de certeza do enunciado:

Discurso dos homens:

- (24) **Acho que** [ele] *está em condições de fazer de imediato.*
- (25) *Algo que é, julgo eu, de destacar.*
- (26) **Acho que** *é muito difícil.*

Discurso das mulheres:

- (27) **Eu julgo que** *também não seria útil.*
- (28) **Eu acho que** *é assim que nós temos de trabalhar.*
- (29) **Eu penso que** *não podemos minimizar.*

Estes exemplos evidenciam também a função de *disfarce* (Hyland 1998) da origem da opinião ou julgamento, como em (26) ou (28) e, até, uma “particular “attitude” of commitment” (*ibid*, 45) que comporta algum grau de hesitação ou formalidade e que é relativamente evidente em (25) se conhecermos o contexto que consiste no discurso de uma figura política que lista uma série de feitos do partido a que pertence. Isto leva-nos a considerar uma outra questão que é a da relevância que podem ter os variados contextos temáticos e os diferentes géneros discursivos para o comportamento das construções introdutórias de opinião que ocorrem dentro de uma mesma situação comunicativa, aspeto que pode moldar diferentes sentidos pragmáticos e que deverá ser tido em conta numa fase posterior de investigação.

5. Considerações finais

Apesar de esta fase do trabalho ter sido exclusivamente direcionada para a quantidade e qualidade das ocorrências de *não é?* e de construções introdutoras de opinião, houve outros mecanismos que nos pareceram relevantes pela sua frequente utilização. Embora não tenhamos dados concretos para o afirmar, pareceu-nos produtiva em ambos os sexos a utilização já apresentada por Kerbrat-Orecchioni (2010) do condicional, neste caso, em formas do verbo dizer como *eu diria que, diria eu*. Para além disso, suscitou-nos também alguma curiosidade a ocorrência, tanto no discurso produzido por homens como no discurso produzido por mulheres, do minimizador *um bocado* acompanhado do sufixo diminutivo – *inho*: “o minimizador preferido dos falantes” (*ibidem*). Este duplo modificador (externo com um sufixo interno) é, de facto, intrigante, visto que adquire múltiplos e variadíssimos sentidos pragmáticos, funcionando, também, e frequentemente, com uma “função de atenuação da responsabilidade enunciativa” (Duarte 2018: 9). Considerem-se os seguintes exemplos, retirados dos três programas de televisão analisados:

(30) Fizemos **um bocadinho** a viagem do Magalhães.

(31) Como os Lusíadas são *um bocado*, sem querer ofender Luís de Camões, **um bocadinho** lambe-botas.

(32) Nós temos de perder **um bocadinho** essa mania.

(33) Um Portugal cinzento, **um bocadinho** a preto e branco, mas mais cinzento que preto e branco.

6. Conclusão

Se, por um lado, o generativismo veio comprovar que há certas características comuns a todas as línguas do mundo e que há, por um lado, uma estrutura interna e inata a qualquer

língua que acompanha qualquer ser humano desde o seu nascimento, por outro lado, as estruturas de superfície (*surface structures*, em termos chomskianos) são diferentes de língua para língua e podem, em certos casos, refletir padrões sociológicos das próprias comunidades linguísticas. Havendo ainda espaço nestas estruturas de superfície para um certo relativismo linguístico, há também lugar para acreditar que a análise do uso da língua, enquanto organismo vivo que se deixa utilizar e manipular pelos falantes, constitui um espelho sociológico. Neste sentido, e dado os resultados apurados neste trabalho, poderemos afirmar que o uso da língua portuguesa reflete diferenças ao nível do género da mesma forma que elas existem na sociedade que usa essa mesma língua.

Partimos de Lakoff (1972) para avaliar o contexto contemporâneo, já num outro século, chegando à conclusão que de o discurso produzido por mulheres continua a apresentar um maior uso de atenuadores e, principalmente, um maior uso de construções introdutórias de opinião como mecanismo de atenuação. Isto quer dizer que as falantes, ao dizerem “eu acho, eu creio, eu penso” demarcam-se daquilo que dizem e é retirado peso ao enunciado. Isto quer dizer também que o facto de estar aí inserida explicitamente uma opinião, um *em* identitário e com referência indicial torna o enunciado menos forte em termos ilocutórios e o facto de tudo isto acontecer mais no discurso feminino do que no masculino poderá ser interpretado à luz dos padrões sociais dessa mesma comunidade linguística.

Continuam, ainda assim, a faltar mais dados e indicadores de análise e uma clara comparação entre classes sociais para que um verdadeiro mapeamento dos mecanismos de atenuação possa ser rigorosamente erigido e conclusões mais firmes quanto às diferenças de género no uso da língua possam ser aferidas.

REFERÊNCIAS

- Austin, J. L. 1986. *How to do things with words*. New York: Oxford University Press.
- Blank, A. 2001. *Einführung in die lexikalische Semantik für Romanisten*. Tübingen: Niemeyer.
- Biber, D.; Conrad, S. 2009. *Register, Genre, and Style*. New York: Cambridge University Press.
- Briz, A.; Albelda, M. 2013. Una propuesta teórica y metodológica para el análisis de la atenuación lingüística em español y portugués. La base de um proyecto em común (ES.POR.ATENUACIÓN). *Onomázein* 28, pp. 288-319.
- Bussman, H. 1990. *Lexicon der Sprachwissenschaft*. Stuttgart: Kröner.
- Coates, J. 2013. *Women, Men, and Everyday Talk*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

- Duarte, I. M. 2018. Vantagens de uma gramática de usos para o Português Europeu. Alguns exemplos de análise de expressões extraídas de usos orais informais. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, 4, pp. 1-17.
- Guidicini, L, M. 1987. *Feminismo e Linguagem. Uma Relação Signo-Mulher*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
- Hyland, K. 1998. *Hedging in scientific research articles*. Amsterdam: John Benjamins.
- Joos, M. 1967. *The Five Clocks*. New York: Harcourt.
- Kerbrat-Orecchioni, C. 2010. *Análise da Conversação: princípios e métodos*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Lakoff, G. 1973. Hedges: a study in meaning criteria and the logic of fuzzy concepts. *Journal of Philosophical Logic*, 2, pp. 458-508.
- Lakoff, R. 1975. *Language and Woman's Place*. New York: Harper & Row.
- Leech, G. 1983. *Principles of Pragmatics*. London: Longman.
- Macário Lopes, A. C. 2004. De facto. In Oliveira, F.; Duarte, I. M. (eds.), *Da Língua e do Discurso*. Porto: Campo das Letras, pp. 417-429.
- Murphy, B. 2010. *Corpus and Sociolinguistics*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company.
- Oliveira, F.; Mendes, A. 2013. Modalidade. In Raposo, E.; Bacelar do Nascimento, M.; Coelho da Mota, M.; Segura, L. Mendes, A. (eds.), *Gramática do Português*. (Vol. I). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 623-669.
- Spencer, D. 1985. *Man Made Language*. London: Routledge & Paul.

SEQUÊNCIAS CONSONÂNTICAS PROBLEMÁTICAS DO PORTUGUÊS INTUIÇÕES NATIVAS ACERCA DAS FRONTEIRAS SILÁBICAS DENTRO DE SEQUÊNCIAS CONSONÂNTICAS MARCADAS DO PORTUGUÊS

Mariana Ribeiro¹⁸

up201506552@letras.up.pt

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (PORTUGAL)

RESUMO. A divisão silábica das sequências consonânticas Obstruinte \emptyset Obstruinte, Obstruinte \emptyset Nasal e Nasal \emptyset Nasal não é consensual nas descrições fonológicas da língua pelo facto de, de acordo com a literatura, estas sequências de consoantes não poderem constituir Ataques ramificados por violarem o Princípio de Sonoridade e/ou a Condição de Dissemelhança. Este tipo de consoantes também não deve ocupar a posição de Coda na fonologia da língua. Por esse motivo, Mateus & d'Andrade (2000) propõem a separação das duas consoantes em sílabas diferentes e sucessivas, considerando uma Hipótese de Núcleo Vazio regido pela primeira consoante. O objetivo deste trabalho foi verificar se os falantes nativos também consideram essa possibilidade de Núcleo não preenchido quando realizam a divisão silábica deste tipo de sequências consonânticas.

PALAVRAS-CHAVE. Divisão Silábica, Sequências Consonânticas, Ataques Ramificados, Princípio de Sonoridade, Condição de Dissemelhança.

ABSTRACT. The syllable division of the consonant sequences Obstruent \emptyset Obstruent, Obstruent \emptyset Nasal and Nasal \emptyset Nasal is not consensual in the phonological descriptions of the language because, having literature as a solid foundation, these consonant sequences can not constitute Onset clusters due to the fact that they violate the Sonority Principle and/or the Dissimilarity Condition. This type of consonants also should not fill the position of Coda in the language's phonology. For this reason, Mateus & d'Andrade (2000) suggest the separation of the two consonants into different and successive syllables, considering an Empty Nucleus Hypothesis managed by the first consonant. The purpose of this study was to find if native speakers also consider this possibility of an unfilled Nucleus when they prosodize the syllable division of this kind of consonant sequences.

KEYWORDS. Syllable Division, Consonant Sequences, Onsets, Sonority Principle, Dissimilarity Condition.

1. Introdução

¹⁸ Estudante de 3º ano da Licenciatura em Ciências da Linguagem, variante de Linguística.

O presente trabalho tem como objetivo a análise da divisão silábica realizada por falantes nativos do português de três tipos específicos de sequências consonânticas da língua – Obstruinte \wp Obstruinte, Obstruinte \wp Nasal e Nasal \wp Nasal. Estas sequências de consoantes são consideradas problemáticas, marcadas ou excepcionais, devido ao facto de violarem dois princípios silábicos que assentam em restrições fonotáticas – o Princípio de Sonoridade e/ou a Condição de Dissemelhança. Pelo contrário, temos sequências não marcadas ou naturais na língua, quando a primeira consoante (adiante, C1) corresponde a uma Obstruinte e a segunda consoante (adiante, C2) corresponde a uma Líquida Coronal. Este tipo de sequências não viola nenhum daqueles princípios.

A sílaba do português, composta pelos constituintes Ataque, Rima, Núcleo e Coda, é sensível a alguns princípios que ajudam a determiná-la e identificá-la como unidade linguística da língua e que fazem com que ela não seja um mero conjunto de segmentos agrupados de forma aleatória, como afirmam Freitas & Santos (2001).

Como objetivo principal deste estudo ter-se-á a análise do constituinte Ataque e dos segmentos que podem ocorrer nesta posição silábica em português, partindo das definições tradicionais a respeito do conceito de sílaba e da estrutura que esta unidade linguística geralmente possui.

Como objetivo específico, tentar-se-á averiguar se a hipótese proposta por Mateus & d'Andrade (2000), na qual sugerem uma Hipótese de Núcleo Vazio na divisão silábica de palavras que contêm sequências consonânticas marcadas, se verifica no comportamento fonológico de um grupo de falantes nativos do português europeu (adiante, PE).

À parte esta hipótese, que se procurará averiguar no julgamento explícito de fronteira silábica dos falantes, com a prosodização das duas consoantes enquanto Ataque-Ataque (em que as duas consoantes correspondem a Ataque de duas sílabas distintas e sucessivas, sendo que a primeira delas não tem Núcleo preenchido), tentar-se-á perceber também se a silabificação destas consoantes é feita numa única sílaba (seguindo o formato de Ataque ramificado, com as duas consoantes em posição adjacente dentro da mesma sílaba) ou ainda se as duas consoantes são prosodizadas em duas sílabas diferentes (correspondendo C1 à Coda da primeira sílaba e C2 ao Ataque da segunda sílaba).

Em primeiro lugar, irão ser apresentadas algumas definições tradicionais de sílaba, os constituintes que compõem esta unidade linguística e os princípios pela qual esta se organiza. Em segundo lugar, irão ser discutidos os resultados do estudo empírico e as respetivas conclusões que se puderam tirar desses resultados.

Os indivíduos que constituíram a amostra deste estudo foram sujeitos à aplicação de um teste que continha uma lista de 44 palavras apresentadas através de áudio e, após a audição de todas elas, teriam que proceder à divisão silábica explícita de todas essas palavras, sendo que as que eram de maior interesse para o estudo eram as palavras que continham as sequências consonânticas em análise.

2. Conhecimento fonológico

De acordo com Freitas & Santos (2001), o conhecimento fonológico da língua engloba unidades gramaticais de natureza segmental, como os sons da fala ou segmentos, que se encontram na base da hierarquia que caracteriza a organização das unidades fonológicas e de unidades de natureza prosódica, que são unidades de níveis superiores na hierarquia como a sílaba, o acento ou a entoação. Iremos concentrar-nos na análise da unidade sílaba.

É importante salientar o que afirma Roach (2001), a propósito daquilo que para o autor é relevante quando se tenta definir o conceito de sílaba e explicar a importância desta unidade prosódica:

“The syllable is a very important unit. Most people seem to believe that, even if they cannot define what a syllable is, they can count how many syllables there are in a given word or sentence. If they are asked to do this they often tap their finger as they count, which illustrates the syllable’s importance in rhythm of speech.”

Roach (2001: 70)

A sílaba é uma unidade linguística que nos ajuda a compreender a organização fonológica de uma língua (Spencer 1996). Esta organiza-se dentro de uma palavra e é composta por segmentos, que se agrupam de forma hierarquizada e estruturada, com base em certos princípios pela qual se rege e que permitem identificar morfemas e palavras de uma língua específica. O estudo da sílaba é fundamental pelo facto de esta unidade linguística também desempenhar um papel muito importante nos processos fonológicos de uma língua (Bisol 1999).

Na próxima secção será feita a apresentação de algumas definições do conceito de sílaba propostas por diferentes autores.

3. Algumas definições de sílaba para diferentes autores

Desde cedo, na tentativa de definir o conceito de sílaba, foi tida em consideração a existência de uma vogal para estabelecer os limites destas unidades. Tendo uma vogal presente, podemos sempre detetar uma sílaba no português, sendo os restantes elementos (consoantes e semivogais) organizados no contexto desta (Cunha & Cintra 1984: 53; Barroso 1999: 155; Bisol 1999: 702; Freitas & Santos 2001: 20).

A definição do conceito de sílaba também oscilou entre as propostas de esta ser o resultado de um único movimento expiratório e de uma única emissão de voz, como sugerem Viana (1892: 24) e Cunha & Cintra (1984: 53-54).

Mateus, Frota & Vigário (2003) apresenta a seguinte definição de sílaba:

“A **sílaba** é uma construção perceptual, isto é criada no espírito do ouvinte, com propriedades específicas que não decorrem da simples segmentação fonética das sequências de segmentos. Na realidade, a sílaba tem uma **estrutura interna** organizada hierarquicamente.”

(Mateus, Frota & Vigário 2003: 1038)

A definição do conceito de sílaba parece ser relativamente difícil de determinar entre os autores anteriormente citados. No entanto, podemos verificar pontos comuns dentro dos autores consultados, nomeadamente em relação ao facto de que, para existir uma sílaba, tem que existir uma vogal.

No entanto, a intuição dos falantes nativos contraria esta dificuldade de definição (Barbeiro 1986: 49; Roach 2001: 70). Por isso é que Câmara (1976: 43) defende que a sílaba está presente no conhecimento intuitivo dos falantes nativos devido ao facto de ser “uma divisão espontânea”.

Apesar de muito se ter considerado no que diz respeito à definição do conceito de sílaba, a descrição das estruturas silábicas admissíveis na língua é menos frequente e a identificação das fronteiras dentro de sequências marcadas não é suficiente para se tratar o tema de modo adequado.

Na secção 4 será feita a descrição da estrutura interna desta unidade linguística.

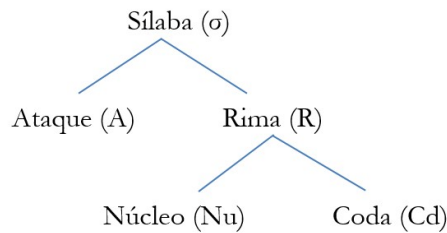
4. Estrutura interna da sílaba

Foi a partir dos anos oitenta que começou a ser descrita a estrutura silábica de várias línguas do mundo, com base em vários modelos fonológicos. Aquele que foi adotado para a descrição da sílaba no português foi o modelo de representação da estrutura silábica de

Selkirk (1984), o modelo 'Ataque-Rima' (Freitas & Santos 2001). Este é o modelo mais produtivo nos estudos descritivos para o português.

A estrutura interna da sílaba corresponde ao diagrama que se apresenta em (1):

- (1) Estrutura interna da sílaba (Selkirk 1984; Blevins 1995; Bisol 1999; Freitas & Santos 2001; Mateus 2003; Veloso 2003)



Com base neste modelo, a sílaba corresponde a uma estrutura que contém constituintes silábicos que apresentam, no máximo, duas posições internas, como se pode observar em Freitas & Santos (2001): a sílaba ramifica em Ataque e Rima e a Rima, por sua vez, ramifica em Núcleo e Coda. Cada constituinte está associado a um ou a dois segmentos, podendo também não estar associado a nenhum material segmental.

Desta forma, cada constituinte pode ser ramificado ou não ramificado. Um constituinte é ramificado quando a ele estão associados dois segmentos e é não ramificado quando está apenas um segmento associado a ele ou quando o constituinte se encontra vazio, sendo preenchido pelo símbolo \emptyset que representa uma categoria vazia.

5. Constituintes silábicos

Irá ser apresentada, em primeiro lugar, uma breve descrição dos constituintes Rima, Núcleo e Coda e só depois se fará a descrição do constituinte Ataque, devido ao facto de ser sobre este constituinte que iremos incidir a nossa análise.

5.1. Rima

A Rima é o constituinte silábico que inclui o Núcleo e a Coda. A existência deste constituinte que se encontra no mesmo nível do Ataque justifica-se pelo facto de, em muitas línguas do mundo, haver uma relação fonológica muito mais forte entre os segmentos que integram a Coda e o Núcleo do que os segmentos que integram o Ataque e o Núcleo (Freitas & Santos 2001).

A Rima pode ser: não ramificada, quando apresenta apenas o Núcleo preenchido (ex. *má, pé*) ou ramificada quando apresenta o Núcleo e a Coda preenchidos (ex. *cul.to, mes.mo*), podendo eventualmente apresentar vogais nasais (ex. *lã*) ou ditongos decrescentes (ex. *mau*)¹⁹.

5.2. Núcleo

O Núcleo é, de acordo com a literatura, o constituinte silábico de preenchimento obrigatório em português. Mais à frente, iremos verificar que esta particularidade deste constituinte será posta em causa por Mateus & d'Andrade (2000).

Contém a vogal da sílaba, podendo esta eventualmente encontrar-se associada a uma semivogal (formando um ditongo crescente se a semivogal (G) preceder a vogal (V), correspondendo ao formato GV, como em *sea.ra*, ou formando um ditongo decrescente se a semivogal surgir depois da vogal, correspondendo ao formato VG, como em *lei.te*) (Freitas & Santos 2001).

O Núcleo pode ser: não ramificado, quando apresenta apenas uma vogal (ex. *lí, pó*) ou ramificado, quando apresenta uma semivogal associada a uma vogal (ex. *ai.po*).

5.3. Coda

A Coda é o constituinte silábico que engloba a(s) consoante(s) à direita da vogal. As únicas consoantes que podem ocorrer nesta posição são: a vibrante alveolar /r/, a lateral alveolar /l/, com o formato fonético velarizado /ɫ/, e a fricativa /S/, com os formatos fonéticos palatais /ʃ/ e /ʒ/. A Coda pode ser ramificada ou não ramificada em várias línguas do mundo, embora o português só apresente Codas não ramificadas (com a exceção de algumas palavras muito raras na língua que apresentam dois segmentos nesta posição, como *pers.pe.ti.va* e *sols.tí.cio*). Este constituinte pode também encontrar-se vazio.

Em português, a Coda é maioritariamente não ramificada, correspondendo apenas um segmento a este constituinte silábico como em *par.to, cul.pa, sismo* e *mosca*.

5.4. Ataque

O Ataque é o constituinte silábico que corresponde à(s) consoante(s) que se encontram à esquerda da vogal. Todas as consoantes do português podem ocorrer em

¹⁹ A propósito deste tema, cf. Mateus & d'Andrade (2000: 46-51).

Ataque de sílaba não inicial de palavra; em Ataque de sílaba inicial só não podem ocorrer as consoantes [ɲ], [ʎ] e [ʀ] (Mateus & d'Andrade 2000; Mateus, Frota & Vigário 2003). Este constituinte também pode encontrar-se vazio.

O Ataque pode ser: vazio, quando não está associado a material segmental (exs. *Øes.pe.lho*, *Øal.ma*); não ramificado, quando está associado apenas a um segmento (exs. *Nunho*, *bloco*) ou ramificado, quando este constituinte é preenchido por dois segmentos (exs. *teclado*, *troca*).

Feita a descrição de todos os constituintes silábicos de forma bastante sucinta, iremos, a partir de agora, incidir sobre este último constituinte.

O Ataque só pode ser ramificado se, como dissemos anteriormente, C1 corresponder a uma Obstruente e C2 corresponder a uma Líquida Coronal. Apenas neste caso é que o Princípio de Sonoridade e a Condição de Dissemelhança são respeitados.

Relativamente às sequências consonânticas compostas por Obstruente \emptyset Obstruente, Obstruente \emptyset Nasal e Nasal \emptyset Nasal, estas não podem corresponder a Ataques ramificados na língua devido ao facto de ser violado ou um ou os dois princípios silábicos.

6. Princípio de Sonoridade e Condição de Dissemelhança

O estudo destes dois princípios pela qual a sílaba se rege deve-se ao facto de existirem algumas sequências consonânticas para as quais não existe consensualidade nas descrições fonológicas da língua.

A dificuldade em definir a fronteira silábica deste tipo de sequências de consoantes é confirmada pelas citações dos seguintes autores citados por Veloso (2003):

“A sílaba tem, portanto, um núcleo, um pólo de atracção, é a sua vogal, por vezes uma combinação de vogais. As consoantes rodeiam este núcleo, e a dificuldade pode surgir do facto de estas consoantes poderem ser duas, três, e por vezes interrogamo-nos a que sílaba pertence esta ou aquela consoante.”

(Morais 1994: 138)

Todavia, (...) [à] evidência intuitiva da sílaba opõe-se (...) a dificuldade de delimitar/estabelecer, com rigor e exactidão, as suas fronteiras. E isto acontece, particularmente, quando se está na presença dos chamados grupos (e/ou encontros) consonânticos, sobretudo no interior de unidade acentual. Em alguns destes casos, não há certezas quanto à sua interpretação ou como **coda** da sílaba anterior, ou como **ataque** da seguinte, ou como uma e outro ao mesmo tempo (uns segmentos constituindo uma, outros segmentos formando outro).

(Barroso 1999: 156-157)

Um dos argumentos que ajudam a provar a complexidade destas sequências consonânticas é o caráter mais natural das sílabas constituídas por uma consoante e uma vogal, correspondendo ao formato CV. A sua alta frequência em línguas do mundo, o facto de algumas línguas usarem apenas este formato e as primeiras produções de crianças serem precisamente sílabas com este formato (Freitas 2017) são provas de que este é o formato mais universal e não marcado (Blevins 1995: 220; Freitas & Santos 2001: 51; Veloso 2003: 95).

De acordo com Vigário & Falé (1994), a estruturação da sílaba assenta em princípios que permitem organizar hierarquicamente a sílaba e que são a aplicação de restrições fonotáticas.

Um deles é o Princípio de Sonoridade. O Princípio de Sonoridade (PS) determina que os segmentos que sucedem dentro de uma sílaba aumentam de sonoridade até ao pico da sílaba, correspondente ao Núcleo silábico, e decrescem de sonoridade a partir deste. As autoras citadas anteriormente definem este princípio da seguinte forma:

(2) Princípio de Sonoridade

“Numa sílaba, a sonoridade dos segmentos tem de decrescer a partir do núcleo até às suas extremidades. A sonoridade dos segmentos é definida pela seguinte escala, apresentada por ordem decrescente de sonoridade: Vogais – Líquidas – Nasais – Fricativas – Oclusivas.”

(Vigário & Falé 1994: 473)

A escala de sonoridade de Vigário & Falé (1994) adaptada ao português, com base em Selkirk (1984), é a principal orientação descritiva para o português e é apresentada pelas autoras da seguinte forma:

(3) Escala adaptada ao português de Vigário & Falé (1994: 474) com base em Selkirk (1984)

Oclusivas		[-voz]	0,5
		[+voz]	1
Fricativas	[-cor]	[-voz]	1,5
		[+voz]	2
	[+cor]	[-voz]	2,5

	[+voz]	3
Nasais		3,5
Líquidas	Laterais	5,5
	Vibrantes	6
Vogais		10

O outro princípio que as mesmas autoras apontam é a Condição de Dissemelhança (CD). Este princípio silábico “deve especificar, para cada língua, o valor da diferença de sonoridade que os segmentos adjacentes numa mesma sílaba devem manter entre si” (Vigário & Falé 1994: 473). A definição proposta pelas autoras é a seguinte:

(4) Condição de Dissemelhança

“Os segmentos adjacentes numa mesma sílaba têm de ter entre si uma diferença de sonoridade igual ou superior a 4 [...], sendo sempre preferível um valor superior e sendo sempre marcada (ou impossível) uma sequência com um valor inferior.”

(Vigário & Falé 1994: 474)

Com base nestes dois princípios, é possível afirmar que há sequências de consoantes que não podem ser admitidas em português, como as sequências de consoantes Obstruinte \emptyset Obstruinte, Obstruinte \emptyset Nasal e Nasal \emptyset Nasal, devido ao facto de o valor da sonoridade não crescer em direção ao Núcleo e decrescer a partir deste ou de a diferença de sonoridade entre os dois segmentos não corresponder a um valor igual ou superior a 4.

7. Hipótese de Núcleo Vazio

Mateus & d'Andrade (2000), tendo em conta a dificuldade de associação ao mesmo ou a diferentes constituintes silábicos deste tipo de consoantes que integram estas sequências problemáticas da língua, afirmam que as duas consoantes não correspondem ao Ataque de uma única sílaba, mas antes ao Ataque de duas sílabas diferentes, sendo a primeira consoante Ataque de uma sílaba sem Núcleo preenchido (fazendo surgir uma Hipótese de Núcleo

Vazio) e a segunda consoante corresponde ao Ataque de uma sílaba com Núcleo preenchido. Desta forma, consideram que não existe violação destes dois princípios e também confirmam a inexistência deste tipo de sequências consonânticas em Ataque ramificado (Vigário & Falé 1994).

Os argumentos empíricos apresentados para sustentar a hipótese que estes dois autores sugerem são os seguintes:

1. dificuldades em atribuir C1 à Coda da primeira sílaba ou ao Ataque da segunda sílaba (ex. *ad.mirar* e *a.dmi.rar*) (Mateus & d'Andrade 2000: 44);
2. as produções de crianças durante a aquisição da linguagem mostram que é inserida uma vogal entre as duas consoantes (ex. *pneu* [pi'new] por ['pnew] ou *afta* ['aftɐ] por ['aftɐ]) (Mateus & d'Andrade 2000: 44; Freitas & Santos 2001: 37; Mateus 2003: 1042);
3. nas produções de crianças nunca se encontra o apagamento do segundo segmento em sequências marcadas enquanto que em sequências naturais já é possível verificar-se esse apagamento (ex. *branco* ['bãku]) (Mateus & d'Andrade 2000: 44-45; Freitas & Santos 2001: 37-38);
4. argumento de natureza fonética: se nas sequências *espaço* e *esbirro*, /S/ corresponder a coda da primeira sílaba, esta consoante assimila o vozeamento da consoante seguinte; no entanto, se houver um Núcleo vazio entre as duas consoantes, este impede que a consoante desencadeie a regra de assimilação (Mateus & d'Andrade 2000: 45);
5. em diversas produções, o Núcleo vazio é preenchido por uma *vogal epentética* (geralmente [ɨ] no PE, [i] ou [e] no PB²⁰) (ex. *pneu*: PE - [pi'new]; PB - [pi'new]/[pe'new]) (Mateus & d'Andrade 2000: 45; Freitas & Santos 2001: 36-37; Mateus 2003: 1042).

Dito isto, nas secções seguintes, será apresentada a motivação do presente estudo e também a descrição da metodologia utilizada para verificar a existência da hipótese proposta por Mateus & d'Andrade (2000).

²⁰ Português do Brasil.

8. Motivação do estudo

Como já dissemos anteriormente, foi a hipótese de existência de um Núcleo vazio proposta por Mateus & d'Andrade (2000) que motivou a realização do presente estudo.

Apesar de os autores apontarem alguns argumentos empíricos para comprovar esta hipótese, não remetem para nenhum estudo experimental em que seja possível verificar as dificuldades de falantes nativos em estabelecer fronteira silábica dentro deste tipo de sequências consonânticas nem é possível comprovar também se os falantes efetivamente consideram a existência de um Núcleo vazio quando apresentam o seu julgamento explícito de fronteira silábica.

Por isso, com o presente estudo tentou perceber-se quais são as efetivas intuições de sujeitos autênticos e de que modo este tipo de sequências consonânticas se encontram representadas no conhecimento fonológico dos falantes.

9. Estudo empírico

9.1. Amostra

Realizou-se um teste com um grupo de 23 indivíduos falantes nativos do português europeu e, mais especificamente, das variedades setentrionais da língua, todos naturais e residentes no distrito do Porto. Foram inquiridas 11 pessoas do sexo masculino (48%) e 12 pessoas do sexo feminino (52%).

Os indivíduos que constituíram a amostra deste estudo foram agrupados em função de uma faixa etária e de um nível de escolaridade.

O primeiro grupo corresponde ao conjunto de adultos escolarizados que se encontravam, à data da aplicação do teste, dentro da faixa etária dos 29-65 anos de idade e possuíam o 12º ano de escolaridade ou grau de escolaridade superior.

O segundo grupo corresponde ao conjunto de adultos não escolarizados que se encontravam, à data da aplicação do teste, dentro da faixa etária dos 29-65 anos de idade e possuíam o 9º ano de escolaridade ou grau de escolaridade inferior.

O terceiro grupo corresponde a jovens escolarizados que se encontravam, à data da aplicação do teste, dentro da faixa etária dos 16-25 anos de idade e a frequentar o 10º, 11º ou 12º ano do ensino secundário ou o 1º, 2º ou 3º de Licenciatura²¹.

²¹ Apesar da descrição concreta que temos da população do estudo, aquilo que nos vai interessar mais para este trabalho não será tanto a idade ou o nível de escolaridade dos informantes, mas sim a forma como realizam a divisão silábica destas sequências consonânticas e se o facto de elas aparecerem em posição inicial ou em posição

9.2. Material linguístico

O teste aplicado era composto por 44 palavras, sendo que 20 dessas palavras eram palavras “distratoras” (contendo sequências consonânticas não marcadas) e 24 dessas palavras continham as sequências consonânticas em análise.

A seleção das 20 palavras “distratoras” foi feita obedecendo às seguintes condições: 4 palavras compostas por CV (2 dissílabos e 2 trissílabos), 4 palavras compostas por CCV (2 dissílabos e 2 trissílabos), 4 palavras compostas por CVC (2 dissílabos e 2 trissílabos), 4 palavras compostas por CCVC (2 dissílabos e 2 trissílabos) e 4 palavras compostas por CVG (2 dissílabos e 2 trissílabos).

As 24 palavras com as sequências consonânticas em análise eram: 9 palavras com sequências consonânticas compostas por Obstruinte \emptyset Obstruinte, 4 em posição inicial de palavra e 5 em posição medial; 10 palavras com sequências consonânticas compostas por Obstruinte \emptyset Nasal, 3 em posição inicial de palavra e 7 em posição medial e, por último, 5 palavras com sequências consonânticas compostas por Nasal \emptyset Nasal, 1 em posição inicial de palavra e 4 em posição medial.

Nas figuras A, B e C temos os exemplares da ficha de apresentação do teste, da lista de palavras selecionadas para aplicação do estudo (que não foi em vez alguma revelada aos informantes, devido ao facto de estes terem que se abstrair o máximo possível do conhecimento gráfico da palavra) e da ficha de anotação das respostas dos informantes por parte do examinador (que continha, naturalmente, apenas as palavras com as sequências consonânticas em análise), respetivamente.

medial de palavra é determinante. Num trabalho futuro, procederemos à associação da faixa etária e nível de escolaridade a estes dois aspetos que serão focados neste trabalho.

Figura A. Ficha de apresentação do teste

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Licenciatura em Ciências da Linguagem
Ano Letivo 2017/2018
Projeto
Mariana Ribeiro

Este teste enquadra-se na unidade curricular de Projeto do 3º ano da Licenciatura em Ciências da Linguagem, do presente ano letivo de 2017/2018, e diz respeito ao estudo da Fonologia do português. Tem como principal objetivo a análise de divisão silábica explícita da língua portuguesa.

A participação neste estudo é anónima, pelo que não serão solicitados, em momento algum, dados pessoais. Os dados recolhidos serão utilizados exclusivamente para efeitos estatísticos.

Agradeço muito pela sua colaboração neste estudo.

Aplicação do teste

1. Irá ouvir uma gravação em que serão ditas 45 palavras.
2. Depois de ouvir cada palavra, segue-se um intervalo de silêncio. Nesse momento, deverá indicar a divisão silábica que considera a mais indicada através de palmas, de contagem pelos dedos ou de batidas com a mão numa mesa.
3. À medida que indicar a divisão silábica para cada palavra, aguarde que o examinador anote os seus resultados.

Figura B. Lista de palavras selecionadas para aplicação do estudo

Lista de palavras

- | | |
|----------------|--------------------|
| 1. ATLETA | 24. ÓMNIA |
| 2. MANEIRA | 25. DRACMA |
| 3. DESPORTO | 26. TURMA |
| 4. CTENÓFORO | 27. MAGMA |
| 5. PRATO | 28. SIGNO |
| 6. OBJETO | 29. EMPLASTRO |
| 7. EDMUNDO | 30. ALMOÇO |
| 8. ACNE | 31. GNOMO |
| 9. PNEUMÁTICO | 32. TMESE |
| 10. COPO | 33. ABRIL |
| 11. PTEROFAGIA | 34. PSICOLOGIA |
| 12. PRISMA | 35. ÓBVIO |
| 13. AMNÉSIA | 36. AULA |
| 14. FACTO | 37. LEITE |
| 15. TRATADO | 38. OMNISCIENTE |
| 16. MNEMÓNICA | 39. RITMO |
| 17. DOURADO | 40. ROSA |
| 18. SISMO | 41. TAPETE |
| 19. AFTA | 42. AMNIÓTICO |
| 20. EXEMPLOS | 43. ETNIA |
| 21. CZARISTA | 44. STANDARDIZAÇÃO |
| 22. GLOBO | 45. EQUIPA |
| 23. ADJETIVO | |

Figura C. Ficha de anotação das respostas dos informantes

Informante 16
 Idade:
 Sexo:
 Nacionalidade:
 Nível de escolaridade:

FALAVRA	ATAQUE RAMIFICADO	CODA-ATAQUE	ATAQUE-ATAQUE	OUTRAS RESPOSTAS
4. CTENÓPORO				
4. OBJETO				
7. EDARUNDO				
8. AGNE				
9. PNEUMÁTICO				
11. PTEROPAGIA				
13. AMNÉSIA				
14. FACTO				
16. MNEMÓNICA				
19. APTA				
21. CZARISTA				
23. ADJETIVO				
24. OÂNIA				
25. DRACMA				
27. MAGMA				
28. SIGNO				
31. GNÓMIO				
32. TMESE				
34. PSICOLOGIA				
35. ÓBVIO				
38. OMINSCIENTE				
39. RITMO				
42. AMNÓTICO				
43. ETNIA				

9.3. Procedimento

O teste foi aplicado individualmente e os estímulos foram apresentados através de uma gravação e em ordem aleatória. Foi solicitado aos participantes do estudo que realizassem a divisão silábica explícita das palavras apresentadas e a silabificação proposta era posteriormente registada na possibilidade prevista correspondente. Com isto, pretendia-se verificar se a silabificação destas sequências consonânticas era realizada enquanto Ataque Ramificado, Coda-Ataque ou Ataque-Ataque.

Quanto às três possibilidades de silabificação consideradas, é conveniente esclarecer os critérios para a categorização das respostas.

Em primeiro lugar, a divisão silábica enquanto Ataque Ramificado seria a resposta registada quando os sujeitos colocavam as duas consoantes na mesma sílaba em posição adjacente e antes de vogal (ex. o.**bje**.to). Estas sequências de consoantes prosodizadas enquanto Ataque Ramificado violam o PS e a CD.

Depois, a possibilidade de silabificação Coda-Ataque, seria a resposta registada quando os sujeitos dividiam as duas consoantes por duas sílabas diferentes articulando uma vogal antes da primeira consoante (ex. **ob**.je.to). Estas sequências de consoantes prosodizadas enquanto Coda-Ataque não respeitam a restrição dos segmentos que podem ocorrer em Coda. Em português, este constituinte silábico não deve ser preenchido por segmento diferente de {r, l, j, ʒ}.

Por último, a prosodização enquanto Ataque-Ataque, seria a resposta registada quando os sujeitos dividiam as duas consoantes por duas sílabas sucessivas separando a

primeira consoante de uma vogal à esquerda (ex. **o.b.je.to**). Estas sequências de consoantes prosodizadas enquanto Ataque-Ataque não violam o PS nem a CD e esta seria a possibilidade de silabificação através da qual, de forma bastante limitada, se poderia verificar se os falantes admitem ou não Núcleos vazios na língua.

9.4. Organização das respostas

Depois de serem analisadas as respostas de todos os indivíduos, procedeu-se à organização dos dados.

Em primeiro lugar, o conjunto de 44 palavras (20 palavras distratoras e 24 palavras com as sequências consonânticas em análise), multiplicado pelos 23 indivíduos que constituíam a amostra do estudo corresponde a um total de 1012 respostas. Dessas 1012 respostas, apenas 552 correspondiam a respostas relativas às sequências consonânticas marcadas (Obstruinte \emptyset Obstruinte, Obstruinte \emptyset Nasal e Nasal \emptyset Nasal).

As respostas que foram conforme as três possibilidades de silabificação previstas foram 518 (94%) e as respostas que foram diferentes das três possibilidades de silabificação previstas foram apenas 34 (6%).

9.5. Análise dos resultados

Os resultados que foram observados após a aplicação do estudo e a organização de todos os dados, provaram que, efetivamente, há alguma dificuldade em definir as fronteiras silábicas de palavras que têm sílabas com este tipo de sequências. Isto deve-se ao facto de, apesar de se poder verificar que há uma grande tendência para a associação dos segmentos que constituem a sílaba marcada a uma mesma sílaba, há alguma hesitação por parte dos indivíduos verificada na oscilação entre as outras possibilidades de silabificação.

Nos pontos seguintes, serão analisados separadamente os resultados de todas as sequências consonânticas e a posição da palavra em que elas ocorrem.

9.5.1. Obstruinte \emptyset Obstruinte

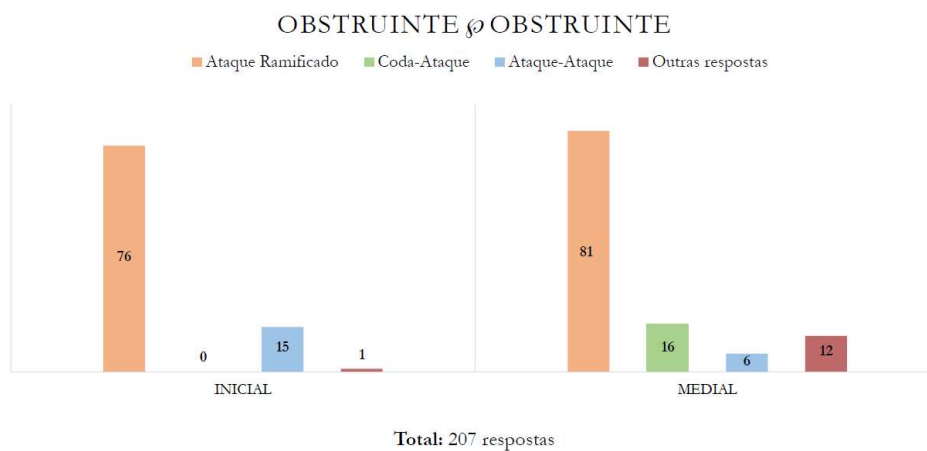
Quanto aos dados relativos às sequências de Obstruinte \emptyset Obstruinte, é possível verificar que tanto em posição inicial de palavra como em posição medial, a grande tendência de silabificação destas sequências é a de Ataque Ramificado, com 76 e 81 respostas, respetivamente.

Como se pode observar no Gráfico 1, foram 16 as respostas de indivíduos que realizaram a separação das duas consoantes em duas sílabas sucessivas, fazendo corresponder C1 a Coda da primeira sílaba e C2 a Ataque da segunda sílaba. Este tipo de prosodização das duas consoantes só se pôde verificar em posição medial de palavra, uma vez que nenhuma silabificação enquanto Coda-Ataque foi registada em posição inicial de palavra.

No que diz respeito à separação das duas consoantes por duas sílabas diferentes e sucessivas, sendo que C1 corresponde a Ataque de uma sílaba com um Núcleo vazio e C2 a Ataque de uma sílaba com Núcleo preenchido por uma vogal, registaram-se 15 respostas nas quais foi possível verificar-se esta possibilidade de silabificação em posição inicial de palavra e 6 respostas em posição medial, como se pode observar no Gráfico 1.

Por último, foi dada 1 resposta que correspondia a uma silabificação diferente das três possibilidades de silabificação previstas em posição inicial de palavra e outras 12 respostas distintas daquelas possibilidades de silabificação em posição medial de palavra.

Gráfico 1. Hipóteses de silabificação de Obstruinte \varnothing Obstruinte em posição inicial e em posição medial de palavra.



9.5.2. Obstruinte \varnothing Nasal

No que diz respeito às sequências de Obstruinte \varnothing Nasal, é possível entender que a possibilidade de silabificação realizada mais frequentemente pelos indivíduos também é a de Ataque Ramificado, com 61 respostas registadas em posição inicial de palavra e 102 respostas registadas em posição medial de palavra, como se pode observar no Gráfico 2.

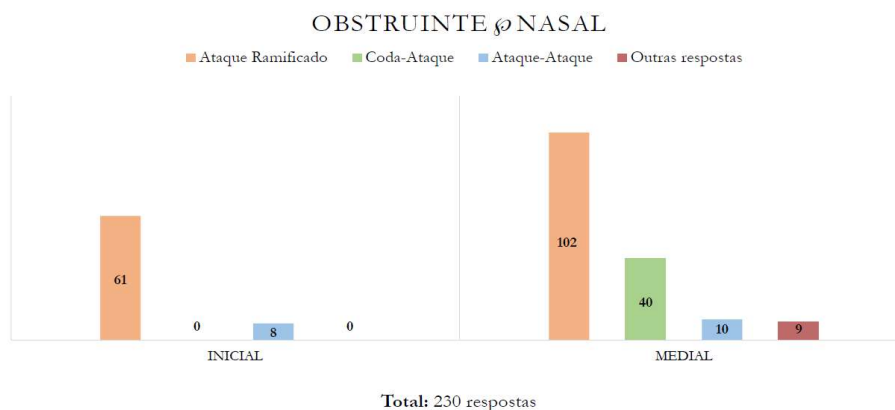
Em relação à possibilidade de silabificação enquanto Coda-Ataque, apenas se puderam verificar respostas em relação às sequências presentes em posição medial de palavra,

uma vez que não há nenhuma resposta registada em posição inicial de palavra. Foram 40 as respostas registadas como Coda-Ataque de sequências consonânticas compostas por uma obstruente precedendo imediatamente uma nasal.

Como vemos no Gráfico 2, as respostas registadas em relação à possibilidade de silabificação de Ataque-Ataque foram 8 em posição inicial de palavra e 10 em posição medial de palavra.

Finalmente, foram 9 as respostas registadas relativas a estas sequências consonânticas presentes em posição medial de palavra que não coincidiram com nenhuma das possibilidades de silabificação previstas para estas sequências consonânticas. Não houve nenhuma outra hipótese de silabificação registada quando estas sequências de consoantes ocorriam em posição inicial de palavra.

Gráfico 2. Hipóteses de silabificação de Obstruente \emptyset Nasal em posição inicial e em posição medial de palavra.



9.5.3. Nasal \emptyset Nasal

Em último lugar, as respostas concernentes às sequências consonânticas compostas por Nasal \emptyset Nasal também revelam que dentro desta amostra, a possibilidade de silabificação que os sujeitos realizaram mais frequentemente foi a de Ataque ramificado, com 13 respostas para a única sequência que ocorre em posição inicial de palavra (*mnemónica*) e 61 respostas para as sequências que ocorrem em posição medial de palavra.

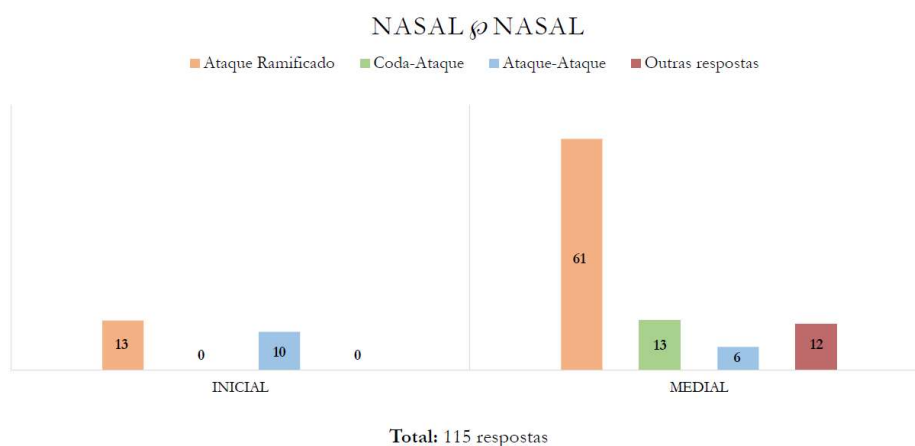
Como podemos observar no Gráfico 3, as respostas registadas enquanto Coda-Ataque para as sequências de duas nasais foram 13 em posição medial de palavra e nenhuma em posição inicial.

Relativamente à prosodização destas sequências enquanto Ataque-Ataque, foram 10 as respostas relativas à sequência em posição inicial de palavra e 6 respostas para as sequências presentes em posição medial de palavra.

Por fim, as respostas registadas em desacordo com as possibilidades de silabificação testadas foram 12 em posição medial de palavra e nenhuma resposta diferente daquelas possibilidades foi registada em posição inicial de palavra.

Neste caso, é importante salientar que a análise dos dados relativos à sequência inicial de palavra (*mnemónica*) não são muito significativos, visto que foi analisada apenas uma palavra com este tipo de sequência nesta posição da palavra, sendo este um caso muito excepcional.

Gráfico 3. Hipóteses de silabificação de Nasal \emptyset Nasal em posição inicial e em posição medial de palavra.



9.6. Discussão dos resultados

Os dados relativos às possibilidades de silabificação propostas pelos indivíduos que constituíram a amostra deste estudo revelam que a prosodização deste tipo de sequências consonânticas, que é realizada mais intuitivamente quando lhes é pedido que estabeleçam explicitamente a fronteira de sílabas que contenham estas sequências é, na sua grande maioria, enquanto Ataque ramificado.

Neste momento, é importante destacar as possibilidades de silabificação representadas no conhecimento fonológico dos indivíduos que fazem parte da amostra e dos princípios que eles respeitam ou violam face ao que se encontra nas descrições fonológicas da língua.

Em primeiro lugar, a silabificação enquanto Ataque ramificado é bastante evidente para os três tipos de sequências consonânticas em análise, sendo que as respostas relativas às

sequências de Obstruinte \emptyset Obstruinte em posição inicial de palavra são, no total, 76 respostas; às sequências de Obstruinte \emptyset Nasal em posição inicial de palavra correspondem 61 respostas e para as sequências de Nasal \emptyset Nasal em posição inicial de palavra foram registadas 13 respostas. Já as respostas relativas às sequências que ocorrem em posição medial de palavra são: para as sequências Obstruinte \emptyset Obstruinte, 81 respostas; para as sequências Obstruinte \emptyset Nasal, 102 respostas e, para as sequências de Nasal \emptyset Nasal, 61 respostas. Neste caso, o que temos a salientar é o facto de os falantes nativos considerarem como Ataques ramificados “próprios” os Ataques ramificados compostos por sequências consonânticas “impróprias”, uma vez que violam o PS e a CD.

Em segundo lugar, a silabificação enquanto Coda-Ataque, apesar de não ser muito significativa, é, ainda assim, realizada por alguns indivíduos em certas palavras que constituíam o material linguístico analisado, o que nos leva a concluir que alguns destes indivíduos consideram que segmentos diferentes de [r], [ʃ], [ʒ] e [ʒ] podem ocorrer em posição de Coda de sílaba em português. Em posição inicial de palavra não se verificou nenhuma resposta relativa a nenhuma das sequências consonânticas em análise. Em posição medial de palavra registaram-se 16 respostas para as sequências de Obstruinte \emptyset Obstruinte, 40 respostas para as sequências de Obstruinte \emptyset Nasal e 13 respostas para as sequências de Nasal \emptyset Nasal.

Por último, a silabificação que nos permitiu verificar se os indivíduos aceitariam ou não a existência de Núcleos vazios, sendo isto contrário àquilo que é possível encontrar na literatura sobre as descrições relativas a este constituinte silábico em português, foi a silabificação enquanto Ataque-Ataque. Para as sequências consonânticas que ocorrem em posição inicial de palavra foram registadas 15 respostas para as sequências de Obstruinte \emptyset Obstruinte; foram 8 as respostas registadas para as sequências de Obstruinte \emptyset Nasal e, por último, foram 10 as respostas relativas às sequências de Nasal \emptyset Nasal. No que diz respeito às sequências consonânticas que ocorrem em posição medial de palavra, foram registadas 6 respostas para as sequências de Obstruinte \emptyset Obstruinte, foram registadas 10 respostas para as sequências de Obstruinte \emptyset Nasal e foram registadas 6 respostas para as sequências de Nasal \emptyset Nasal.

Todos estes resultados podem ser observados na Tabela 1.

Tabela 1. Silabificações possíveis para as três sequências consonânticas em posição inicial e em posição medial de palavra.

SEQUÊNCIAS CONSONÂNTICAS SILABIFICAÇÕES	OBSTRUINTE \emptyset OBSTRUINTE		OBSTRUINTE \emptyset NASAL		NASAL \emptyset NASAL	
	INICIAL	MEDIAL	INICIAL	MEDIAL	INICIAL	MEDIAL
ATAQUE RAMIFICADO (ATAQUES RAMIFICADOS)	76	81	61	102	13	61
	TOTAL: 157		TOTAL: 163		TOTAL: 74	
CODA-ATAQUE (CODAS DIFERENTES DE {r, t, l, s})	0	16	0	40	0	13
	TOTAL: 16		TOTAL: 40		TOTAL: 13	
ATAQUE-ATAQUE (NÚCLEOS VAZIOS?)	15	6	8	10	10	6
	TOTAL: 21		TOTAL: 18		TOTAL: 16	
TOTAL	194		221		103	

10. Considerações finais

Com este pequeno estudo, foi possível verificar uma clara tendência para a prosodização das sílabas das palavras que continham estas sequências consonânticas marcadas como Ataques ramificados.

Isto é o que nos permite perceber que o Princípio de Sonoridade e a Condição de Dissemelhança parecem não ser categoricamente respeitados pelos falantes nativos, uma vez que estes princípios são violados na grande maioria das respostas registadas. Nessas respostas foi possível verificar que os falantes colocavam as duas consoantes em posição adjacente e dentro da mesma sílaba.

Relativamente à Hipótese de Núcleo Vazio proposta por Mateus & d'Andrade (2000) para o português, os resultados deste estudo permitem relativizar, até certo ponto, essa possibilidade. Os dados que recolhemos deste estudo não são muito significativos, porque na aplicação do teste que foi feito com este grupo de indivíduos, não foi possível verificar indícios de epentização (inserção de vogal epentética apontada por vários autores na divisão silábica destas sequências) pela impossibilidade de gravação das sessões e pelo facto de se ter considerado apenas o julgamento explícito de fronteira silábica realizado pelos falantes. No entanto, é possível perceber que os resultados relativos à silabificação de todas as palavras com sequências consonânticas marcadas enquanto Ataque ramificado são muito mais significativos do que os resultados relativos à silabificação dessas mesmas sequências enquanto Ataque-Ataque.

O facto de se ter aplicado o teste apenas a duas dezenas de indivíduos refletiu-se num estudo empírico de pequeníssima escala cujos resultados poderiam ser muito pouco esclarecedores em alguns casos.

Não foram analisadas todas as palavras da língua que contêm este tipo de sequências e por isso é que os resultados também não são muito significativos. Também é importante destacar o facto de muitas das palavras que continham sequências marcadas (*ctenóforo*, *pterosfagia*, *tmese*, etc.) serem palavras que entraram muito tardiamente na língua e que são de origem erudita. Esta marcação fonológica corresponde também a uma marcação lexical, devido ao facto de estas palavras serem mais raras na língua e, de salientar ainda é o caso de só se ter encontrado apenas uma sequência de Nasal \emptyset Nasal em posição inicial de palavra.

Com este pequeno estudo podemos verificar que a associação destas sequências a um mesmo constituinte silábico se apresenta como uma solução artificial e que não corresponde às descrições fonológicas da língua.

A interferência do conhecimento ortográfico de palavras que foram reveladas em alguns casos para a aplicação do teste ser bem sucedida e o conhecimento das regras de translineação em vigor no atual acordo ortográfico da língua podem ter sido determinantes para o tipo de divisão silábica realizada pelos indivíduos e podem ter, também, influenciado de alguma forma os resultados.

REFERÊNCIAS

- Barbeiro, L.F.T. 1986. *Estrutura Silábica do Português. O papel da sílaba na análise dos processos fonológicos e fonéticos*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Barroso, H. 1999. *Forma e Substância da Expressão da Língua Portuguesa*. Coimbra: Almedina.
- Bisol, L. 1999. A Sílaba e os seus Constituintes. In Neves M. H. M. (org.). *Gramática do Português Falado*. São Paulo SP: Humanitas.
- Blevins, J. 1995. The Syllable in Phonological Theory. In Goldsmith J. (ed.). *The Handbook of Phonology*. Cambridge: Blackwell.
- Câmara Jr., J. M. 1976. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Cunha, C.; Cintra, L. 1984. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Sá da Costa.
- Freitas, M. J.; Santos, A. L. 2001. *Contar (Histórias de) Sílabas. Descrição e Implicações para o Ensino do Português como Língua Materna*. Lisboa: Colibri.

- Freitas, M. J. 2017. Aquisição da fonologia em língua materna: a sílaba. In: Freitas, M. J & Santos, A. L. (eds.). *Aquisição da língua materna e não materna: Questões gerais e dados do português*. Berlin: Language Science Press.
- Mateus, M. H. M.; Andrade, E. 2000. *The Phonology of Portuguese*. Oxford: Oxford University Press.
- Mateus, M. H.M.; Frota, S.; Vigário, M. 2003. Prosódia. In Mateus, M. H. M.; Brito, A. M.; Duarte, I.; Faria, I. H. (orgs.). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, pp. 1037-1076.
- Mateus, M. H. M.; Brito, A. M.; Duarte, I.; Faria, I. H. 2003. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- Morais, J. 1994. *L'Art de Lire*. Paris, Odile Jacob. Trad. port, de C. Rodriguez: A Arte de Ler. Psicologia Cognitiva da Leitura. Lisboa, Edições Cosmos, 1997.
- Roach, P. 2001. *English Phonetics and Phonology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Selkirk, E. 1984. On the Major Class Features and Syllable Theory. In: Aronoff, M.; Oehrle, R. T. (eds.). *Language, Sound, and Structure. Studies Presented to Morris Halle by His Teacher and Students*. Cambridge: The MIT Press, pp. 107-136.
- Spencer, A. 1996. *Phonology*. Oxford: Blackwell.
- Veloso, J. 2003. *Da Influência do Conhecimento Ortográfico sobre o Conhecimento Fonológico. Estudo Longitudinal de um Grupo de Crianças Falantes Nativas do Português Europeu*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Viana, A. R. G. 1892. *Exposição da pronúncia normal portuguesa para uso de nacionaes e estrangeiros*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Vigário, M.; Falé, I. 1993. *A sílaba do Português Fundamental: uma descrição e algumas considerações de ordem teórica*. Actas do IX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Lisboa: APL/Colibri.

FAZER SABER NA IMPRENSA YTUANA AS DECLARAÇÕES EM JORNAIS REPUBLICANOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Luiz Henrique Valle-Nunes²²

luizhvnunes@outlook.com

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (PORTUGAL)

RESUMO. Este artigo visa analisar ocorrências de verbos declarativos em jornais republicanos publicados na cidade de Itu (SP, Brasil) entre 1870 e 1950, para detectar a realização de declarações bem performadas. Inclui-se neste objetivo mapear indutivamente as formas realizadas para determinar a existência de algum padrão já estabelecido, partindo dos verbos *participar*, *fazer saber* e *declarar*. Num segundo momento, os dados recolhidos de edições dos jornais *Imprensa Ytuana*, *A Federação* e *A Cidade* são contrastados com ocorrências do *Correio Paulistano*, publicado em São Paulo (SP, Brasil), a fim de determinar se há uma continuidade formal no âmbito desta Tradição Discursiva.

PALAVRAS-CHAVE. Teoria dos Atos de Fala, Tradições Discursivas, Hipergênero, Jornal.

ABSTRACT. This article aims to analyse occurrences of declarative verbs on republican newspapers published in the city of Itu (SP, Brazil) between 1870 and 1950, in order to detect well-performed declarations. It includes an inductive mapping of such occurrences to seek the existence of standardisation, starting with the verbs *participar*, *fazer saber* and *declarar*. Secondly, data collected from issues of *Imprensa Ytuana*, *A Federação* and *A Cidade* are contrasted with occurrences present on *Correio Paulistano*, published in Sao Paulo (SP, Brazil), so that it is possible to determine if there is formal continuity within the scope of this Discourse Tradition.

KEYWORDS. Speech Act Theory, Discourse Traditions, Hipergenre, Newspaper.

1. Introdução

1.1. Objetivos

O presente trabalho tem por objetivo analisar verbos declarativos presentes em jornais republicanos da cidade de Itu (São Paulo, Brasil), publicados entre 1870 e 1950, com o intuito de detectar a realização de atos ilocutórios declarativos na perspectiva taxonômica proposta por Searle (1968, 1975), a partir das relações de intencionalidade entre os locutores e alocutários (Grice 1969) na tradição do hipergênero (Bonini 2008) jornal. Neste objetivo

²² Estudante do 1º ano do Mestrado em Linguística.

também inclui-se determinar a existência de alguma forma padronizada para os atos ilocutórios declarativos, tendo por base os verbos *participar*, *fazer saber* e *declarar*.

Num segundo momento, esta pesquisa visa estudar se as formas presentes nos jornais republicanos aparecem com as mesmas funções no veículo oficial de imprensa do Estado de São Paulo, a fim de perceber se existe de fato uma continuidade (Kabatek 2005) formal na imprensa artesanal interiorana.

1.2. Enquadramento teórico

1.2.1. Atos de fala: os verbos ilocutórios e as declarações

A Teoria dos Atos de Fala (Austin 1962; Searle 1968, 1975) trata da relação entre os enunciados e as ações para além do nível semântico de interpretação proposicional, na qual cada enunciado realizado é visto como detentor de um significado pragmático subjacente (Faria 2003: 73). Ao analisar determinados contextos comunicativos, percebeu-se que "a enunciação de um sintagma é, ou faz parte, da realização de uma ação" (Austin 1962: 5), o que colaborou para a elaboração do conceito de performatividade baseado na competência comunicativa dos falantes.

De fato, nota-se que a enunciação não está somente relacionada aos processos de planejamento discursivo a nível cognitivo, mas também às intenções dos locutores e ao contexto extralinguístico em que a enunciação ocorre. Assim, é possível dizer que os locutores podem modificar significados enunciativos inicialmente atemporais em seus discursos, num processo de significação ocasional que leva em conta as intenções subjacentes às suas mensagens (Grice 1969). No caso das declarações, isso torna-se ainda mais evidente, uma vez que referem-se a um grupo de atos que estabelecem uma relação direta entre o conteúdo proposicional e a realidade. A princípio, uma declaração "só é entendida como tal se for proferida pelo locutor cujo estatuto permite a criação do estado de coisas enunciado" (Faria 2003: 79), mas pode também ocorrer em situações nas quais o fato dos alocutários reconhecerem o estatuto detido pelo locutor é suficiente para a boa formação do ato ilocutório.

Em português, as declarações podem aparecer tipicamente com verbos como *declarar* ou *nomear*, mas também em contextos sem realização em superfície. No segundo caso, como mostra Faria (2003), a modalidade e o tempo são fatores que contribuem diretamente para a sua boa performatividade. É possível em português encontrar atos declarativos realizados com o modo imperativo, conjuntivo ou indicativo, além da presença indireta desses atos em outras categorias, como os compromissivos e os expressivos. Há também o caso das

declarações assertivas, nas quais a força ilocutória, ao relacionar o locutor com o valor de verdade do conteúdo proposicional, também apresenta indiretamente uma “tentativa de controlar verbalmente a relação social entre locutor e alocutário” (Faria 2003: 79). No caso da presente pesquisa, escolheu-se focar em atos declarativos com a realização em superfície dos verbos ilocutórios, já que tem-se o intuito de localizar formas padronizadas na tradição discursiva (Kabatek 2005) do hipergênero jornalístico (Bonini 2008). O estudo da teoria dos atos de linguagem para a análise de textos escritos torna-se possível uma vez que o foco da teoria encontra-se na mensagem em si, como aponta Petrey (1990):

When language is written rather than spoken, when it is literature in the etymological sense that is consists of letters, the speaker-hearer model breaks down even though speech-act theory does not.

(Petrey 1990: 78)

Para concordar com Petrey (1990), uma vez que os atos de fala presentes em textos escritos são passíveis do modelo de análise dos atos de fala aplicado aos textos orais, é preciso considerar o contexto enunciativo e as condições de produção de um determinado texto recolhido, para que o estudo seja efetivamente sólido. Para a presente pesquisa, faz-se necessária uma delimitação do hipergênero jornal e da conjuntura social e histórica em que as edições selecionadas para o *corpus* foram produzidas.

1.2.2. O hipergênero jornal

O jornal enquanto hipergênero e mídia (Bonini 2008, 2011) "apresenta um sistema de disposição dos enunciados que envolve gêneros organizadores [...] e gêneros de funcionamento [...]" (Bonini 2011: 692), os quais estão sujeitos a manutenções, inovações ou apagamentos dependendo de sua centralidade ou periferia (Bonini 2008: 33), i.e., os gêneros discursivos presentes no jornal podem organizar-se de maneira mais fixa ou aparecer apenas esporadicamente de acordo com a sua relevância e importância. Justamente por poder conter diferentes gêneros discursivos, é possível encontrar ocorrências de atos ilocutórios diversos em enunciados que podem ou não ter por locutor a instituição jornalística. Tendo em vista o estudo das Tradições Discursivas (Kabatek 2005: 156), ao tratar de textos interioranos como os jornais de Itu, deve-se levar em conta o nível de repetição (Kabatek 2005) das fórmulas já institucionalizadas para este hipergênero, para então determinar o seu nível de continuidade formal, levando também em conta a interferência das formas dos gêneros fixos sobre os livres. Sobre isso, Kabatek (2005) aponta:

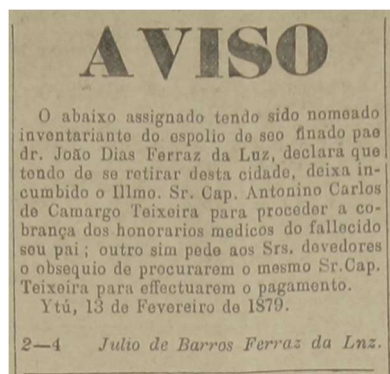
Ampliando el concepto de *Interferencia lingüística*, podemos hablar aquí de "interferencia textual", interferencia entre dos TD. Por definición, siempre que haya transformación de una TD, habrá interferencia. [...] En el estudio de las transformaciones de las TD, el aspecto de la interferencia textual, tanto positiva como negativa, es uno de los más importantes, siendo la transformación muchas veces nada más que la combinación nueva de elementos procedentes de diferentes tradiciones.

(Kabatek 2005: 162-163)

Dentre as seções de gêneros discursivos presentes nos jornais paulistas (1870-1950), a escolhida para a presente pesquisa foi a *Secção Livre*. Embora seja uma seção fixa tanto nos jornais da capital quanto nos interioranos, alguns gêneros que nela aparecem tendem a ser mais esporádicos do que outros, como é o caso de certos tipos de avisos, nomeadamente os de missas de sétimo dia, de falecimentos, de celebrações e de festividades episódicas.

As declarações, como salientam Nascimento e Silva (2011), são gêneros discursivos que aparecem em diferentes práticas sociais de acordo com a finalidade ou circunstância de seu conteúdo. Nos jornais ituanos, elas aparecem intituladas de diferentes formas, como p.e., *Atenção*, *Ao público*, *Aviso*, *Editaes* e *Declaração*, constituindo um dos gêneros estáveis nas *Secções Livres* deste período, com ocorrências em todas as edições selecionadas:

Figura I. Exemplo de ocorrência na *Secção Livre* do Imprensa Ytuana (1879, n.156).



Fonte: Corpus *Jornais de Itu séc. XIX e XX* (SIBiUSP).

Ao olhar para o plano de texto (Adam 2008) das declarações presentes nos jornais paulistanos e ituanos, o que se verifica é que há sempre a presença de um título, seguido de um breve texto, a localidade e a data e, por último, uma assinatura, que aparece tipicamente quando o locutor é uma pessoa e não a instituição jornalística ou alguma outra instância da esfera pública. Por tratarem de diversas temáticas, apresentam diferentes realizações de atos ilocutórios, tais como declarativos, assertivos, expressivos e compromissivos. O facto dos locutores serem sempre membros da elite cafeeira ou empreendedores da cidade de Itu faz

com que as declarações presentes nestes jornais abarquem as condições necessárias para a boa performatividade sobretudo dos atos declarativos, foco deste estudo.

Tendo por pressuposto a interferência textual das formas presentes nas declarações nos gêneros da *Secção Livre*, é necessário determinar em que circunstâncias ocorrem, de fato, os atos declarativos. Além disso, uma vez que busca-se perceber os aspectos de continuidade formal entre o jornal mais institucionalizado da capital, doravante referido como industrial, e o jornal interiorano, aqui representado pelas edições publicadas em Itu, é preciso também determinar as diferenças ou inovações no que diz respeito às relações entre os gêneros discursivos e o hipergênero jornal. Para se chegar ao percurso dos jornais até a cidade de Itu, é necessário, em primeiro lugar, perceber qual o contexto no qual este hipergênero se desenvolveu no Estado de São Paulo.

1.3. Conjuntura sócio-histórica: O processo de industrialização e a Imprensa no Estado de São Paulo

A passagem do século XIX para o XX, no Brasil, marca não só um período de transição do Império para a Primeira República, como também da imprensa artesanal para a imprensa industrial. É o momento em que o processo de padronização estrutural (Sodré 1999; Taschner 1992) desse gênero discursivo acontece de forma acelerada por conta da modernização tecnológica das empresas jornalísticas, que conseguem ampliar sua produção e se sobrepõem aos jornais independentes. Esse período de efervescência é reflexo também do próprio processo de industrialização brasileira, que ocasionou mudanças de vida das populações, especialmente as do interior da então Província de São Paulo, que vão receber e integrar esse gênero discursivo cada vez mais em seu cotidiano.

Os jornais que surgem nessa época no interior da Província vão ter como alocutários as elites e a burguesia cafeeira em ascensão, inseridas em centros urbanos emergentes que se dinamizaram especialmente nas últimas décadas do séc. XIX pela chegada das ferrovias, que movimentaram a indústria e alavancaram São Paulo no cenário econômico nacional (Follis 2004). Dentre as cidades do Oeste Paulista que mais prosperaram está Itu, que viria a ser palco da primeira convenção republicana do país. O crescimento industrial e populacional acelerado em Itu contribuiu para que o jornal se tornasse o meio mais viável de comunicação entre a burguesia cafeeira em ascensão, tornando-se também porta-voz de seus ideais políticos e econômicos (Melani Rocha & Zauith 2011).

Embora nem todos os jornais republicanos do Oeste Paulista tenham se consolidado ou até mesmo sobrevivido até o final da Era Vargas, sua importância para o gênero discursivo

faz-se importante pelo distanciamento da imprensa oficial, diretamente sujeita às censuras do Império e do Estado. A escolha pelos jornais republicanos baseia-se justamente no intuito de compreender e desmistificar a chamada imprensa artesanal em seu aspecto formal, para assim estabelecer pontos de convergência com a mídia oficial.

2. Materiais e método

Para a realização desta pesquisa foram escolhidos 64 jornais publicados no Estado de São Paulo entre 1870 e 1950, sendo 40 deles publicados em Itu e 24 publicados na cidade de São Paulo. Os jornais de Itu são nomeadamente o *Imprensa Ytuana*, *A Federação* e *A Cidade* e foram selecionados a partir da coleção Jornais de Itu séc. XIX e XX da Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e de Documentação Histórica da USP, presente no Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo (SIBiUSP). O jornal da imprensa oficial escolhido foi o *Correio Paulistano*, cujo acervo foi digitalizado e disponibilizado pela Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional (BNDigital).

Foram escolhidos três jornais interioranos diferentes por conta da brevidade de seu período de publicação. O *Imprensa Ytuana* foi escolhido para os anos pré-República, ou seja, de 1870 a 1889. *A Federação* foi escolhido para os anos de 1890 a 1929, cobrindo assim a Primeira República e *A Cidade* foi escolhido para representação de 1930 a 1950, sendo assim referente ao Estado Novo. Os três jornais foram divididos de modo a completar 5 edições ituanas por década. Em relação ao *Correio Paulistano* foram escolhidas 24 edições cobrindo os anos de 1870 a 1950, sendo 3 edições por década.

Após a recolha, as edições dos periódicos ituanos foram analisadas manualmente e as realizações com os verbos *participar*, *fazer saber* e *declarar* foram identificadas e contabilizadas. A escolha desses três verbos deu-se após o entendimento de que estas eram três formas recorrentes nas entradas das “Declarações”, nas Secções Livres dos jornais. Após a identificação, as ocorrências foram então analisadas sob a ótica dos atos de linguagem, especificamente dos atos ilocutórios, para que pudessem ser reavaliadas e colocadas ou não na categoria de atos ilocutórios declarativos. Finalmente, a forma padrão para os atos ilocutórios declarativos foi localizada e confrontada com os resultados obtidos com os periódicos da imprensa oficial, que passaram pelo mesmo processo de estudo.

3. Resultados e discussão

3.1. Ocorrências nos jornais ituanos

Ao analisar os jornais ituanos no período entre 1870 e 1950, foi possível perceber que na seção denominada “Declarações”, as entradas apresentam sempre uma das três

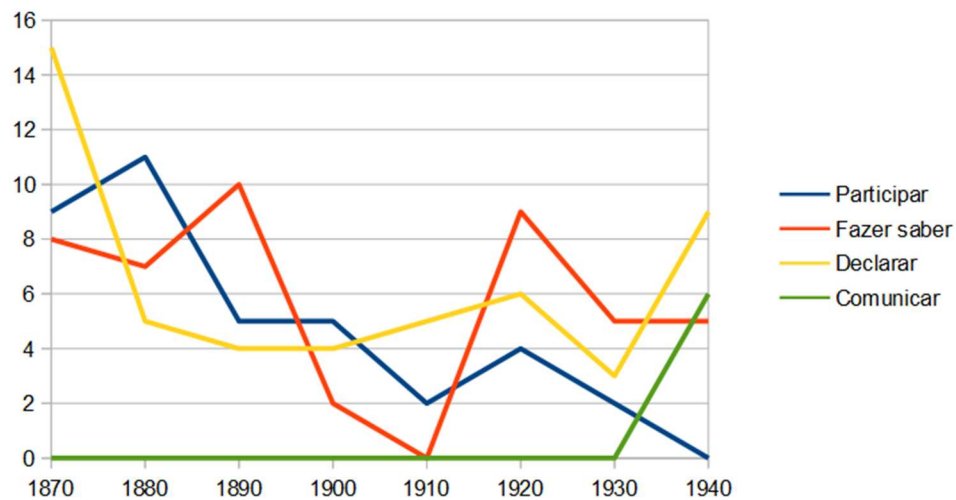
ocorrências: *participar* (também realizado como *partecipar*), *fazer saber* e *declarar*. A partir dessas realizações, foi feita uma contabilização por décadas e os resultados encontrados foram:

Quadro A. Realizações de *participar*, *fazer saber* e *declarar* por década.

Jornais Ituanos								
Décadas	1870	1880	1890	1900	1910	1920	1930	1940
Participar	9	11	5	5	2	4	2	0
Fazer saber	8	7	10	2	0	9	5	5
Declarar	15	5	4	4	5	6	3	9

Conforme o quadro acima, ocorreram no total 38 realizações do verbo *participar/partecipar*, 46 realizações da construção *fazer saber* e 51 realizações do verbo *declarar*. *Fazer saber* e *declarar* têm oscilações, mas continuam a aparecer até o final do período determinado, enquanto observa-se uma queda no uso de *participar*, com nenhum aparecimento nos jornais selecionados para a década de 1940. Foi localizado o aparecimento da forma *comunicar* nos mesmos contextos assim que houve esse declínio, o que mostra um processo de mudança:

Gráfico 1. Ocorrências de verbos ilocutórios nos jornais ituanos por década.



3.1.1. Realizações de *participar*

As realizações de *participar* aparecem em contextos nos quais as relações sociais entre os locutores e os alocutários não apresentam uma verticalidade institucional, ocorrendo em sua maioria em contextos comerciais, nomeadamente os anúncios. Em superfície, vê-se que as frases com *participar* parecem estabelecer uma relação compromissiva, segundo a taxonomia de Searle (1975), uma vez que o conteúdo proposicional sempre relaciona o locutor à uma ação futura, como em:

“DENTISTA - Felipe Bauer Filho **participa** aos seus amigos e ao publico desta cidade, que apremta com perfeição qualquer trabalho que lhe for confiado, **garatindo perfeição nos seus trabalhos** [...]”

(Imprensa Ytuana 1879, n.156: 4)

“Os proprietario desta importante e acreditada fabrica de cerveja, gazoza e licores, **partecipam** ao publico que **no sentido de procurar melhor servir** a sua enorme freguesia [...] **adquiriram novos e aperfeiçoados aparelhos** para o fabrico e arrolhamento da cerveja [...]”

(A Federação 1907, n.93: 4)

Nas entradas acima têm-se em superfície relações C↑I (Falante faça algo), em que existe um comprometimento (C) e uma intenção (I) para a realização de uma ação futura, que seria respectivamente: C↑I (Felippe Bauer compromete-se a realizar qualquer trabalho com perfeição), no primeiro exemplo e C↑I (A fábrica compromete-se a servir melhor a freguesia por conta dos aparelhos novos). Essa relação compromissiva baseia-se na horizontalidade social dos participantes enunciativos. Não obstante, uma vez que estas entradas localizam-se no contexto do gênero jornalístico, a força ilocutória subjacente não é a mesma, partindo do pressuposto das intenções dos locutores.

Na realidade, as relações presentes nas entradas refletem uma condição de sinceridade de desejo e o que se quer dizer é “Venha para minha loja e confira se o que eu digo é verdade!” ou “Venha conferir como o meu trabalho é perfeito!”. Assim, os objetivos ilocutórios encontrados são “attempts (of varying degrees, and hence more precisely, they are determinates of the determinable which includes attempting) by the speaker to get the hearer to do something” (Searle 1975: 355). Portanto, constituem atos ilocutórios diretivos indiretos de caráter apelativo, comuns à tradição jornalística formal (Simon & Dejica-Cartis 2015: 241). Em atos ilocutórios diretivos, os conteúdos proposicionais ficam “inteiramente dependentes da realização futura da ação por parte do alocutário” (Faria 2003: 76) e, por isso, não podem ser interpretados como verdadeiros ou falsos. Ou seja, em ambos os exemplos selecionados, para que a “garantia da perfeição” da realização dos trabalhos seja atingida, o alocutário terá que primeiro conferir se o que o locutor diz é verdade ou não.

3.1.2. Realizações de *fazer saber*

A partir da análise dos casos com *fazer saber*, foi possível estabelecer que as suas realizações ocorrem tipicamente onde há uma relação institucional, na qual o locutor possui legalmente uma posição social que lhe possibilita alterar o estado de coisas por meio de declarações:

“O Capitão José Nardy de Vascoucellos, 2º **Juiz de Paz**, desta Parochia de Ytú etc. **Faz saber** à todos os que o conhecimento deste chegar, que entrando em exercicio de seu cargo, no corrente anno, designou que suas audiencias terão lugar todos os sabbados pelas 4 horas da tarde [...]”

(Imprensa Ytuana 1884, n.459: 3)

Em que D↓∅ (as audiências acontecerão todos os sábados às 4h da tarde) e a posição social do locutor é identificada como *Juiz de Paz*:

“O Dr. João Elias Cruz Martins, **Juiz de Direito** desta comarca de Itú, do Estado de São Paulo, na forma de lei, etc. **FAZ SABER** a todos quantos o presente edital de contra-protesto virem, ou dele conhecimento tivérem, que por parte de Hormindo de Almeida Camargo, **lhe foi dirigida a petição** [...]”

(A Cidade 1936, n.760: 4)

Em que D↓∅ (uma petição foi dirigida a Hormindo de Almeida Camargo) e a posição social do locutor é identificada como *Juiz de Direito*:

“Antônio de Almeida Toledo, **Escrivão de Paz e Oficial do Registro Civil** dêste Distrito de Itú, etc. **Faço saber** que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pela Lei: Sr. Fernando Julio [...] e dona Maria Furlan [...]”

(A Cidade 1944, n.1170: 3)

Em que D↓∅ (o casamento de Fernando Júlio e Maria Furlan foi possibilitado) e a posição social do locutor é especificada como *Escrivão de Paz e Oficial do Registro Civil*:

Nessas entradas, nota-se que as ocorrências atingem os critérios necessários para que o verbo ilocutório seja performado com sucesso, sendo eles nomeadamente a relação hierárquica entre o falante e o ouvinte, a ausência da condição de sinceridade e a realização em estrutura de superfície do conteúdo proposicional atrelado à força ilocutória.

De fato, esse tipo de realização declarativa assertiva, com a expressão do estatuto social do locutor, no gênero jornalístico no Brasil tem um início específico. Sendo o primeiro órgão editorial brasileiro, fundado no século XIX com a chegada da família real ao Rio de Janeiro, a Imprensa Régia foi responsável não só pelos primeiros jornais nacionais, como também pela divulgação dos decretos reais e alvarás com força de lei por meio de folhetos:

"Eu o **Principe Regente Faço saber** aos que o presente Alvará com força de Lei virem [...] que haja o Fiscal creado pelo Cap. V. §. I. dos Estatutos da Junta do Commercio, confirmados pelo Alvará de desaseis de Dezembro de mil setecentos e cincoenta e seis, e hum Juiz Conservador dos Privilegiados, hum Juiz dos Falidos e hum Superintendente Geral dos Contrabandos [...] **Hei por bem crear** os sobreditos Lugares; e Ordenar,

que tenham a mesma graduação, e Jurisdição, que se acha estabelecida na
sobredita Legislação [...]."

(Impressão Régia 1809²³)

Embora não apareçam mais na imprensa física e digital, essas construções
permanecem em textos da jurisprudência nacional, como é o caso do sancionamento de leis
pela Presidência:

"O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso
Nacional decreta e **eu sanciono a seguinte Lei:** Art. 1º Esta Lei institui
a Semana de Mobilização Nacional para Doação de Medula Óssea. Art. 2º
Fica instituída a Semana de Mobilização Nacional para Doação de Medula
Óssea, que será realizada, anualmente, de 14 a 21 de dezembro. [...] Art.
3º **Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.**"

(Diário Oficial da União 2009: Lei 11930)

Estas são verdadeiras declarações assertivas, tendo em vista a manutenção da posição
institucional do enunciador que evidencia o seu estatuto face ao estado de coisas dos
alocutários.

3.1.3. Realizações de *declarar*

As realizações com o verbo *declarar* aparecem de forma muito mais fluída do que nos
outros dois exemplos analisados, permeando diferentes atos em diferentes contextos, como
a seguir:

“AO PUBLICO - Tendo perdido a minha carteira no dia 5 do corrente,
n'esta cidade; com duas obrigações, uma de 600\$000, outra de 1:040\$000
[...] peço quem encontrou a o favor de restituir-me que será gratificada
com 50\$000. **Declaro** em tempo, que as obrigações por si estão
inutilizadas [...].”

(Imprensa Ytuana 1877, n.68: 3)

“A União Diocesana Romana, á vista da permissão da respectiva
autoridade ecclesiastica, **declara** que os catholicos apoiarão algumas das
candidaturas á deputação pelos collegios de Roma [...].”

(A Federação 1909, n.204: 1)

“O abaixo assinado **declara** para os devidos fins, que perdeu sua caderneta
da Caixa Econômica, sob o nº 691 [...].”

(A Cidade 1941, n. 1030: 2)

²³ Páginas não numeradas.

As ocorrências aparecem nas entradas em que há uma verticalização social entre o locutor e a audiência, como já era esperado por *declarar* ser um verbo ilocutório típico desses atos. No entanto, nos casos em que há algum órgão ou representante oficial, *fazer saber* sempre aparece no início das entradas, mesmo que *declarar* apareça em algum outro momento. Elas também aparecem em outros contextos, nos quais é concedido ao locutor o poder para alterar o estado de coisas, mantendo a ausência da condição de sinceridade e a realização em estrutura de superfície do conteúdo proposicional atrelado à força ilocutória. Isso ocorre, por exemplo, nos casos em que os indivíduos declaravam pela imprensa que não se chamavam mais *x* e sim *y*, casos comuns já que no período do Império os nomes brasileiros passaram por um processo delusitanizante, sendo que "abandonavam-se os nomes tradicionais portugueses em proveito de outros, tirados da mitologia, da história, dos romances e até da geografia" (Alencastro 1997: 55). Pode-se dizer que nesses casos, a performatividade é legitimada pelo veículo em que o enunciado se insere, ou seja, o próprio jornal, que adquire um poder institucional e de formação opinativa, faz com que os locutores tenham uma relação de verticalidade em relação à audiência.

3.2. Realizações no Correio Paulistano

Para confirmar se a presença dessas construções é realizada da mesma maneira na imprensa oficial do Estado de São Paulo, foi feita uma análise do Correio Paulistano, cujos resultados mostraram que, de fato, a tradição formal da Imprensa Régia permanece tanto na capital, quanto na imprensa interiorana, como a seguir:

“O dr. Francisco Antonio Dutra Rodrigues, **juiz municipal do commercio supplente nesta Imperial cidade de S. Paulo** e seu termo etc. **Faço saber** aos que o presente edital virem, que Anatole Louiz Garraux [...] apresentou neste juizo a sua respectiva carta de negociante matriculado no meritissimo tribunal [...] **para que assim que habilitado possa gozar das prerogativas e protecção que o código do commercio deste Imperio liberalisa** [...] E para que chegue a noticia de todos mandei expedir o presente que será affixado [...].”

(Correio Paulistano 1870. N.4083: 3)

A continuidade composicional dos textos em ambas as imprensas ocorre sobretudo no caso dos *Editaes*, que apresentam uma estrutura mais fixa em relação aos *Avisos* e às *Declarações*. Este facto está intrinsecamente relacionado às características do gênero edital, já que, como destacam Santos & do Nascimento (2012), é um gênero discursivo fortemente uniforme e de estilo formal, cuja função é ser o mais informativo e conciso possível, acerca dos seus diferentes fins: concursos, proclamações, intimações, e.o. Uma vez que os *Avisos* e

as *Declarações* são tematicamente mais eventuais, i.e., os conteúdos dos textos estão sujeitos a uma maior variação se comparados aos dos editais, que são mais ritualizados, isto explicaria o porquê da imprensa artesanal seguir com maior rigor tal estrutura, já que os processos burocráticos do interior da Província não se diferenciam daqueles da capital.

No entanto, também foi possível encontrar no *corpus* do Correio Paulistano a forte presença do verbo *comunicar* em atos declarativos, tal como nas ocorrências com o verbo *participar*. Significa que há uma oscilação entre essas duas estruturas, que não estava presente no *corpus* analisado dos jornais republicanos. Como foi mostrado no Gráfico 1, as ocorrências com *comunicar* na imprensa ituana só começam a aparecer nos últimos anos do período analisado nesta pesquisa, enquanto que no Correio Paulistano as ocorrências já aparecem na virada do século. Um exemplo disto está em declarações relativamente a abertura de empresas:

"A' praça - **Participo** a praça que em 1.o de janeiro de 1900, **organisei uma sociedade sob a razão social de Carvalho Teixeira & C.^a**, da qual fazem parte os meus amigos interessados [...]."

(Correio Paulistano 1900, n. 13077: 3)

O exemplo acima constitui uma declaração, pois os empreendimentos interioranos da elite eram anunciados de maneira ritualizada, de modo a alterar o estado de coisas daqueles alocutários. A sua proximidade às asserções faz com que seja compreensível o surgimento do verbo *comunicar* nestes contextos.

4. Conclusão

A partir da análise dos jornais ituanos, detectou-se três tipos de construção nas entradas das "Declarações" na Secção Livre: *participar*, por vezes realizado como *partecipar*, *fazer saber* e *declarar*. Depois da contabilização das ocorrências, chegou-se à conclusão de que *declarar* é a forma que apresenta o maior número de entradas e percebeu-se que existe um declínio no uso de *participar*, que é substituído por *comunicar*.

Com base na taxonomia dos atos ilocutórios, foi possível determinar que as entradas com *participar* constituem atos ilocutórios declarativos e assertivos; as com *fazer saber* são, de fato, atos declarativos assertivos com o verbo ilocutório realizado em superfície; e as com *declarar* aparecem em diferentes contextos declarativos, sendo que todas as vezes em que são atos declarativos, de fato, são precedidos necessariamente por *fazer saber*. Ainda sobre *fazer saber*, verifica-se que é uma forma importada, antiga na história do português, e que começou a ser utilizada no Brasil quando a imprensa brasileira foi criada, com a chegada da família real

e o estabelecimento da Impressão Régia. A forma permanece ainda hoje em documentos legislativos, principalmente em sancionamentos da Presidência.

Uma inovação encontrada foi no uso tipicamente declarativo de *declarar* sem a presença de verticalidade social, com locutores que recebem um poder de alteração do estado de coisas por meio da verticalidade atribuída pelo próprio jornal enquanto instituição. Viu-se que esse fenômeno está intimamente relacionado à problemática dos nomes e sobrenomes no Brasil do séc. XIX e que ele também aparece na imprensa oficial de São Paulo. Uma vez que foi feita uma comparação relativa à formalidade estrutural dos jornais artesanais, percebeu-se que embora menores que os impressos do Correio Paulistano, ainda apresentam as mesmas estruturas e realizações que aparecem na imprensa industrial do Estado.

CORPORA

BNDigital. *Correio Paulistano (SP) - 1854 a 1859*. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/correio-paulistano/090972>. Último acesso: 03-12-2018.

SIBiUSP. Imprensa Ytuana, A Federação e A Cidade. In: *Jornais de Itu séc. XIX e XX*. Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e de Documentação Histórica da Universidade de São Paulo. Em: <https://goo.gl/bZTg8n>. Último acesso: 03-12-2018.

BBM-USP. *Folhetos*. Acervo Digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm-ext/4>. Último acesso: 30/12/2018.

Jusbrasil. *Diários Oficiais da União*. Em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/?ref=navbar>. Último acesso: 30-12-2018.

REFERÊNCIAS

Adam, J. M. 2008. *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. Trad.: Rodrigues, M.G.S.; Silva Neto, J.G.; Passeggi, L.; Leurquin, E.V.L.F. São Paulo: Cortez.

Alencastro, L. F. 1997. Vida privada e ordem privada no Império. In: *História da Vida Privada no Brasil Vol. 2 Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 11-94.

Austin, J. L. 1962. *How to do things with Words. The William James Lectures delivered at Harvard University in 1955*. Oxford University Press, Amen House, London.

- Bonini, A. 2008. As relações constitutivas entre o jornal e seus gêneros: relato das pesquisas do 'Projeto Gêneros do Jornal'. In Braga, S.; Moritz, M. E. W.; Reis, M. S.; Rauen, F. J. (orgs). *Ciências da Linguagem: analisando o percurso, abrindo caminhos*. Blumenau: Nova Letra, pp. 21-46.
- Bonini, A. 2011. *Mídia/ suporte e hipergênero: os gêneros textuais e suas relações*. Revista Brasileira de Linguística Aplicada, 11 (3), pp. 679-704.
- Faria, I. H. 2003. O uso da Linguagem. In *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, pp. 55-84.
- Follis, F. 2004. *Modernização urbana na Belle Époque paulista*. 1.^a ed. São Paulo: Editora UNESP.
- Grice, H. P. 1969. Utterer's Meaning and Intention. In: *The Philosophical Review* 78 (2), pp. 147-177.
- Kabatek, J. 2005. Tradiciones discursivas y cambio lingüístico. *Lexis* 29 (2), pp. 151-177.
- Melani Rocha, P.; Zauith, G. 2011. *A história da consolidação da imprensa do interior no contexto da Belle Époque Paulista*. Interin 11(1), pp. 1-11.
- Nascimento, E. P. & Silva, R. F. 2011. *O secretariado e a produção textual: a argumentação no gênero declaração*. *Revista de Gestão e Secretariado*. 2 (2), pp. 145-169.
- Petrey, S. 1990. *Speech acts and literary theory*. New York-London: Routledge.
- Santos, S. M. & do Nascimento, E. 2012. O gênero edital e suas características linguístico-discursivas: para além dos manuais de redação. *Secretariado Executivo Em Revist@* 7, pp. 133-143.
- Searle, J. 1968. Austin on Locutionary and Illocutionary Acts. In: *The Philosophical Review* 77 (4), pp. 405-424.
- Searle, J. 1975. *A Taxonomy of Illocutionary Acts*. University of Minnesota Press: Minneapolis.
- Simon, S; Dejica-Cartis, D. 2015. Analysis and Classification of Directions in Written Advertisements. *Procedia - Social and Behavioral Sciences* 192. Elsevier, pp. 240-243.
- Sodré, N. W. 1999. *História da imprensa no Brasil*. 4.^a ed. Rio de Janeiro: Mauad.
- Taschner, G. 1992. *Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

OS FENÓMENOS DE *PLÁGIO* E DE *CONLUIO* EM TEXTOS REALIZADOS POR ESTUDANTES DO 9.º ANO DE ESCOLARIDADE

Joana da Silva Ferreira²⁴

joana.silferreira@gmail.com

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (PORTUGAL)

RESUMO. O presente trabalho visa um estudo sobre a análise de 6 textos realizados por seis estudantes do 9.º ano de escolaridade, no período situado entre 23 e 25 de abril de 2018, que apresentam vários indícios de que estes alunos plagiaram ou se envolveram num trabalho conjunto com outros estudantes para a redação dos textos. Este estudo permitiu-nos perceber que fenómenos como o plágio e o conluio não só aparecem em contextos de escrita universitária, como também em textos feitos por alunos do Ensino Básico. Da análise, verificamos que três textos apresentam plágio literal e plágio indireto, dois apresentam índices de conluio, e apenas um texto parece não ter desrespeitado direitos de autoria, indo ao encontro dos objetivos propostos pelo *Programa e Metas curriculares de Português do Ensino Básico*.

PALAVRAS-CHAVE. Linguística Forense, Plágio, Conluio ou Colusão, Metas de Ensino do 9.º ano, Programa de Português do Ensino Básico.

ABSTRACT. This paper focused on the analysis of 6 texts made by 6 students of the 9th year made in a period between April 23-25, 2018. The texts present several indications that the students made plagiarism or that they were involved in a collaboration work with other students for the concretization of those texts. This study allowed us to understand that phenomena such as plagiarism and collusion not only appear in contexts of university writing, but also in texts written by students of Basic Education. Of the six texts submitted to the analysis, three of them present literal plagiarism and indirect plagiarism, two of them have collusion indices, and only one of the texts seems to have respected authors rights, respecting the objectives proposed by the *Programa e Metas curriculares de Português do Ensino Básico*.

KEYWORDS. Forensic Linguistics, Plagiarism, Collusion, Teaching Goals of the 9th grade, Programa de Português do Ensino Básico.

1. Introdução

No presente trabalho, propusemo-nos a analisar seis textos realizados por alunos do 9.º ano de escolaridade, com o intuito de observarmos fenómenos de natureza linguístico-

²⁴ Estudante do 1.º ano do curso de Mestrado em Linguística, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

forense, nomeadamente, fenómenos como o plágio e o conluio (ou colosão). Inscrevendo-se a nossa pesquisa no domínio disciplinar da linguística, é nosso desígnio analisar estes dois fenómenos, já que se tratam de um sinal evidente de que os alunos tendem a plagiar textos da *internet* ou a trabalhar em conjunto para realizar determinada tarefa, divergindo do programa e metas curriculares de Português do Ensino Básico, propostos pela Direção-geral da Educação.

Deste modo, neste estudo, apresentamos os mecanismos utilizados pelos estudantes do 9.º ano de escolaridade na constituição dos seus textos, tendo em conta o facto destes terem sido realizados como um “puzzle”, isto é, através da reprodução de textos de autores diferentes, mas também através de *plágio literal*. Acresce ainda o facto de existirem dois textos que indicam ter havido conluio.

Decidimos enveredar pela observação dos aspetos mencionados no parágrafo anterior e não pela observação do plágio na Universidade, uma vez que têm sido realizados vários estudos nesse âmbito. Além disso, não abordámos certas modalidades do plágio, tais como o plágio translingue, o autoplágio, entre outros, já que parecem não ocorrer nos textos que compõem o *corpus*.

Tendo em consideração os objetivos delineados para a prossecução deste trabalho, consideramos especialmente importantes os estudos de Sousa-Silva (2013, 2014), Sousa-Silva & Abreu (2015), Coulthard & Johnson (2007) e Krokosz (2014). Na tentativa de realizar uma análise mais aprofundada, procurámos fontes complementares que poderiam ajudar na compreensão dos fenómenos em estudo, a saber: Borg (2016), Brennand & Kerr (2015), Dobrowska (2007), Fraser (2014) e Pecorari (2008).

Nesse sentido, o presente trabalho está estruturado da seguinte forma: 1) em primeiro lugar, expomos a revisão teórica, ou seja, os fenómenos de plágio (cf. 2.1.) e de conluio (cf. 2.2.). Além disso, fazemos referência às metas curriculares de Português do Ensino Básico que nos parecem ser as mais proveitosas para este estudo (cf. 2.3.); 2) na secção 3, apresentamos a metodologia adotada, bem como a descrição do *corpus*; 3) na secção 4, mostramos os resultados obtidos e a análise dos mesmos. Primeiramente, expomos os resultados relativos aos casos de plágio (cf. 4.1.) e, de seguida, os casos de conluio (cf. 4.2.); 4) a discussão dos dados recolhidos e analisados será apresentada na secção 5; 5) finalizamos com uma secção dedicada às considerações finais (secção 6).

Este trabalho não tem como objetivo primordial avançar com novos dados ou análises teóricas, mas sim fazer um levantamento de várias reflexões relativas ao plágio e ao conluio, averiguando as especificidades sintático-semânticas destes fenómenos.

Devido à limitação do número de textos submetidos a análise, não poderemos assumir que os resultados obtidos neste estudo serão uma característica que se deva associar a todos os textos realizados por estudantes que frequentam o Ensino Básico, mais precisamente, o 9.º ano de escolaridade. Ainda assim, parece-nos que estes fenómenos possam vir a tornar-se cada vez mais frequentes, em consequência do constante contacto que as camadas mais jovens têm com a *internet*.

2. Revisão Teórica

Como acabámos de referir, o principal propósito deste trabalho consiste em investigar fenómenos de plágio e de conluio em textos realizados por alunos de Português do Ensino Básico. Em decorrência dessa opção, decidimos incluir um capítulo dedicado aos conceitos e às características destes dois fenómenos, bem como apresentar o programa e as metas curriculares de Português do Ensino Básico, propostos pela Direção-Geral da Educação.

2.1. O Plágio

Plagiarism is the most serious of the known crimes against scholarship... it amounts to the literal theft of another's words, thereby depriving the victim not merely of the credit for ... the stolen words, but of whatever thought and imagination they embody.

(Maddox 1991: 13 *apud* Coulthard & Johnson 2007: 186)

Na sequência da afirmação citada, de Maddox (1991), o plágio está relacionado com a violação dos direitos de autor. Por outras palavras, o plágio surge quando um determinado indivíduo se apropria, de forma intencional ou acidental, de uma obra ou de uma ideia originais – quer no âmbito intelectual, quer no âmbito artístico, comercial, entre outros – como se fosse sua, sem que o autor primitivo tenha qualquer conhecimento sobre este uso impróprio.

Para além disso, neste estudo, considerámos que a reutilização de informação feita pelo mesmo autor é definida como plágio, ainda que este se trate de um assunto que precisa de ser analisado mais aprofundadamente. Apesar de não se estar a defraudar o autor, dado que se trata dele mesmo (Sousa-Silva & Abreu 2007: 95), é necessário indicar o texto-fonte, não só pelas questões editoriais, mas, e principalmente, porque este alerta o leitor para a existência de uma determinada informação que já havia sido divulgada anteriormente por

esse mesmo autor. Deste modo, isto pode permitir que, por exemplo, um avanço científico seja associado a um e a um só texto publicado por um (ou mais) autor(es). Visto desta ótica, evita-se que sejam associados dois textos diferentes, realizados por um mesmo autor, a um mesmo avanço científico.

Uma condensação ilustrativa do que foi referido nos parágrafos anteriores ocorre nas palavras de Pecorari (*apud* Sousa-Silva & Abreu 2015: 95), que transcrevemos abaixo:

“Um objeto (isto é, linguagem, palavras, texto) que foi utilizado (ou emprestado, roubado, etc.) de uma fonte específica (livros, jornais, Internet) por um agente (estudante, pessoa, académico) sem uma citação (adequada) e com ou sem intenção.”

Ora, dito isto, intui-se que a apropriação indevida de ideias, trabalhos, citações, entre outros, não parece ser apenas um problema jurídico, mas, antes de mais, um problema ético. Este problema, de facto, parece estar a aumentar cada vez mais com o desenvolvimento das novas tecnologias e, conseqüentemente, com a maior facilidade a que se acede aos conteúdos disponíveis *online* (Krokosz 2014: 27; Sousa-Silva & Abreu 2015: 93).

As modalidades de plágio que tendem a aparecer no meio escolar, universitário, jornalístico, entre outros, são, segundo Krokosz (2014: 41), as que se seguem:

- (i) o *plágio direto* que, como o termo indica, corresponde a uma recuperação literal do texto original sem identificar a fonte;
- (ii) o *plágio indireto* que corresponde a paráfrases, ou a alterações mais ou menos complexas do texto original sem identificar a fonte;
- (iii) o *plágio mosaico* que corresponde à recuperação de várias fontes (não identificadas) para construir um texto;
- (iv) o *plágio consentido* que diz respeito à apropriação de trabalhos que “foram cedidos por outros (amigos, colegas, parentes, entre outros) ou comprados” (op cit: 41);
- (v) o *plágio chavão* que se refere à reprodução de “expressões ou frases de feito” (op cit: 41), produzidas por outrem;
- (vi) o *plágio de fontes* que acontece quando são recuperadas citações apresentadas em trabalhos de outrem, sem que a fonte citada tenha sido consultada pelo plagiador;
- (vii) o *autoplágio* que ocorre quando um autor cita os seus próprios textos sem identificar a fonte.

É importante lembrar que, para este estudo, apenas teremos em consideração o plágio direto e o plágio indireto, dado que os textos que compõem o *corpus* são escritos por estudantes do Ensino Básico, não se tratando, neste sentido, de artigos de investigação ou

de textos de grandes dimensões – que, tipicamente, pelo menos no enquadramento teórico, implicam um “confronto” entre textos vários.

2.2. O Conluio ou Colosão

Na escrita académica, tem-se observado um fenómeno semelhante ao plágio, mas que difere deste, na medida em que não ocorre a reprodução de uma informação de determinado(s) autor(es) sem a identificação deste(s). Ao invés, este fenómeno acontece quando dois ou mais estudantes, sem permissão, “work collaboratively on the same assignment and subsequently submit it as their own individual work” (Sousa-Silva 2013: 60). A esta atividade ilegítima, autores como Sousa-Silva & Abreu (2015), Coulthard & Johnson (2007), Krokosz (2014) e Borg (2016) atribuem a designação de Conluio ou Colosão (tradução do inglês *Collusion*). A título de exemplo, vejamos os trechos abaixo transcritos, pertencentes a três alunos, e retirados de Coulthard & Johnson (2007):

A. It is essential for all teachers to understand the history of Britain as a multiracial, multi-cultural nation. Teachers, like anyone else, can be influenced by age-old myths and beliefs. However, it is only by having an understanding of the past that we can begin to comprehend the present.

B. In order for teachers to competently acknowledge the ethnic minority, it is essential to understand the history of Britain as a multi-racial, multicultural nation. Teachers are prone to believe popular myths and beliefs; however, it is only by understanding and appreciating past theories that we can begin to anticipate the present.

(Coulthard & Johnson 2007: 187)

De facto, apesar de os trechos transcritos serem aparentemente diferentes, o que realmente se verifica é a manutenção de ideias de forma subsequente. Com efeito, os autores do texto A e do texto B parecem ter colaborado na realização de ambos os textos. Isto porque, como relembram Coulthard & Johnson (2007: 187), recuperando o *princípio da singularidade do enunciado*, de Chomsky (1965) e de Halliday (1975), um mesmo indivíduo, perante situações de escrita em que o tema é o mesmo, mas num evento distinto, não produz as mesmas escolhas linguísticas. Consequentemente, se isto sucede com um único indivíduo, então a probabilidade de duas pessoas produzirem algo tão semelhante, nas circunstâncias descritas, é praticamente nula.

Mais uma vez, e em conformidade com o que se passa com o plágio, estamos perante um ato que viola os princípios éticos, pelo que, consequentemente, poderão vir a ser aplicadas sanções aos estudantes que pratiquem conluio. Contudo, convém referir que este ato, ainda que se trate de um ato imoral e de se assemelhar ao plágio, parece não levantar

problemas relacionados com os direitos de autor, já que não há reprodução de um texto de outrem, mas sim uma colaboração entre dois ou mais estudantes para realizar uma determinada tarefa.

Note-se, ainda, que, para Borg (2016: 415), o plágio e o conluio são “related instances of the desirable phenomenon of intertextuality, but which are defined as transgressive”. Por outras palavras, estes dois fenómenos entram na esfera da *intertextualidade*, com a ressalva de que não respeitam os direitos dos autores originais, ponto de vista este que é consensual a todos os autores que temos mencionado até aqui.

Como referido na introdução a este trabalho, seguidamente, serão apresentados o *Programa e as Metas Curriculares de Português do Ensino Básico*, mais precisamente, do 3.º Ciclo.

2.3. Programa e Metas Curriculares de Português do Ensino Básico – 3.º Ciclo, 9.º ano

Neste ponto, iremos apresentar, resumidamente, as metas curriculares de Português do Ensino Básico que, neste trabalho, merecem atenção, direcionadas especificamente para os estudantes do último ano do 3.º Ciclo do Ensino Básico.

Segundo o Ministério da Educação e Ciência (2015: 86), no que concerne à produção escrita, é especialmente importante a capacidade dos estudantes em produzirem um texto coeso, coerente e linguisticamente correto, respeitando as características do género indicado e as sequências textuais a serem utilizadas.

Para além disso, um dos aspetos mais relevantes é o facto de os alunos do 9.º ano terem o dever de “escrever para expressar conhecimentos” (Buescu et. al. 2015: 86). Com efeito, desde o 7.º ano de escolaridade, os estudantes devem ser capazes de produzir, autonomamente, textos expositivo-argumentativos, bem como saber identificar corretamente as fontes que podem vir a ser utilizadas (Buescu et. al. 2015: 75-76).

Na secção seguinte, deter-nos-emos sobre a metodologia adotada para a constituição deste trabalho e, posteriormente, sobre a apresentação dos dados e a sua análise.

3. Metodologia

Como referido anteriormente, neste estudo, propomos a análise de um *corpus* constituído por seis composições, realizadas por seis alunos que frequentam o 9.º ano de escolaridade, no período compreendido entre 23 e 25 de abril de 2018. De notar que os textos foram escritos pelos alunos do Agrupamento de Escolas Abel Salazar que se voluntariaram para o efeito. Foi-lhes pedido, presencialmente, durante uma aula de

Português, que escrevessem, em formato papel, um texto, respeitando os seguintes limites requeridos pelo Ministério da Educação e Ciência (na Prova Final de Português do 3.º Ciclo do Ensino Básico), a saber: entre as 180 e as 200 palavras. Além disso, a produção escrita foi realizada em casa, tendo-lhes sido pedido que não acessem à *internet*. Para a identificação do plágio, utilizámos a ferramenta computacional *Turnitin*.

Decidimos optar por um *corpus* como o descrito acima, porque, ao contrário do que seria expectável em textos concretizados por alunos do 9.º ano (cf. Secção 2.3.), algumas composições realizadas por estes, apresentam, entre outras coisas – como o plágio a partir de *sites* da *internet* –, conluio ou colosão (cf. Secção 4).

Como todos os autores dos textos são menores de idade – a idade dos informantes varia entre os 14, os 15 e os 16 anos –, foi pedida uma autorização aos pais ou às pessoas responsáveis pela guarda parental destes.

Além disso, com o objetivo de manter o anonimato dos autores, decidimos atribuir a estes textos, de forma aleatória, as designações de “*Autor A*”, “*Autor B*”, “*Autor C*”, “*Autor D*”, “*Autor E*” e “*Autor F*”.

Desta forma, foi pedido a cada aluno que respondesse à questão pertencente ao Grupo IV, da 2.ª fase da Prova Final de Português do 3.º Ciclo do Ensino Básico, de 5 de julho de 2015. Confira o seguinte extrato retirado da Prova Final de Português:

«Beatas de cigarro, escovas de dentes, garrafas de todos os tamanhos e feitios, palhinhas, tampas, pedaços de mobiliário, embalagens de alimentos, centenas de detritos plásticos indistintos e coloridos deixaram Luís Quinta, conhecido fotógrafo de natureza, angustiado com o estado da praia da Fonte da Telha, popular areal da costa sul do Tejo.

Pedro Miguel Santos, «Quando o mar é de lixo, as baleias são de plástico», in *Visão Verde*,
18 de julho de 2014

Imagina que és surpreendido por uma paisagem semelhante à que é descrita no texto. Escreve um texto de opinião, que pudesse ser publicado num jornal escolar, sobre o tema da poluição ambiental, apresentando razões que sustentem o teu ponto de vista.

O teu texto deve ter um mínimo de 180 e um máximo de 200 palavras.»

Apresentamos abaixo uma tabela com as informações gerais acerca dos textos realizados pelos informantes:

Tabela 1. Informações acerca do sexo dos autores, número de palavras de cada texto e data de entrega do mesmo.

	Sexo	Número de Palavras	Data de Entrega
<i>Autor A</i>	Feminino	202	25.04.2018
<i>Autor B</i>	Feminino	198	25.04.2018
<i>Autor C</i>	Masculino	215	25.04.2018
<i>Autor D</i>	Feminino	187	25.04.2018
<i>Autor E</i>	Masculino	177	23.04.2018
<i>Autor F</i>	Masculino	192	23.04.2018
		Total	1171

Assim, na sequência deste texto, principiaremos por fazer uma caracterização geral das composições em apreço e, no seu seguimento, apresentaremos os resultados que obtivemos – restringindo-nos aos fenómenos de plágio e de conluio –, sempre com observações pertinentes e fundamentadas pela bibliografia adotada.

4. Análise e Resultados

4.1. Os Casos de Plágio

Começaremos por expor os trechos que demonstram ter havido plágio. Com o intuito de tornar a apresentação destes dados mais clara e simples, optámos por apresentar, em formato de tabela, os resultados que nos parecem mais pertinentes para a constituição deste estudo.

Nesse sentido, iniciaremos pelo plágio literal, por ser o mais facilmente identificável e demonstrável, na medida em que é feita uma reutilização direta da informação original – que tanto pode ser constituída por trechos pequenos, por frases ou por parágrafos inteiros (Sousa-Silva & Abreu 2015: 99).

Observemos a tabela abaixo²⁵:

Tabela 2. Exemplos de plágio literal e de alterações na grafia.

Texto Original	
	<p>“O plástico, pelas suas características, como durabilidade, foi muito utilizado, sendo incorporado em atividades industriais, medicina ou acondicionamento de alimentos e compras. É difícil imaginar uma sociedade sem plástico. No entanto, esta característica acabou por tornar-se um problema.”</p> <p>(https://www.publico.pt/2014/07/12/economia/opiniao/o-problema-da-poluicao-do-plastico-e-a-necessidade-de-adotar-habitos-mais-sustentaveis-1662651)</p>

²⁵ Nesta e nas tabelas que se seguem, todas as alterações dos textos dos autores que plagiam serão assinaladas a sublinhado. Já nas partes dos textos que são idênticos ao original, não apresentamos qualquer tipo de sinalização.

Autor A	O plástico, pelas suas <u>caraterísticas como</u> durabilidade, foi muito utilizado, sendo incorporado em <u>várias atividades</u> .
Texto Original	“Nos dias de hoje, com a conscientização a respeito da reciclagem tomando cada vez mais corpo na sociedade, falar nos benefícios e impacto do plástico no meio ambiente é complicado, mas eles de fato existem. Em termos de embalagens, o plástico é imbatível, mas há outras coisas boas por trás dessa indústria. Por incrível que pareça, o plástico trouxe uma certa economia ao meio ambiente.” (https://www.ecycle.com.br/component/content/article/35/686-pros-e-contras-do-plastico-para-o-meio-ambiente.html)
Autor A	<u>Especialmente nos dias de hoje</u> . Com a conscientização a respeito da reciclagem tomando cada vez mais corpo na sociedade, falar nos benefícios <u>e no</u> impacto do plástico no meio ambiente é complicado, mas eles de <u>facto</u> existem. Em termos de embalagens, o plástico é imbatível, mas há outras coisas boas por trás dessa indústria. Por incrível que pareça, o plástico trouxe uma certa economia ao meio ambiente.
Texto Original	“Este alterou tudo, nomeadamente, a forma como comemos, fazemos compras ou até viajamos. (...) Como resultado, o oceano, o nosso maior recurso mundial, está sob ataque e todos nós temos de assumir a responsabilidade por isso.” (https://www.ambientemagazine.com/opiniao-dia-da-terra-2018-acabemos-juntos-com-a-poluicao-do-plastico/)
Autor E	Este alterou tudo, nomeadamente, a forma como comemos, fazemos compras <u>ou viajamos</u> . Como resultado, o oceano, o nosso maior recurso mundial, está sob ataque e todos nós temos de assumir <u>a responsabilidade</u> .

A Tabela 2 mostra não só exemplos de plágio literal, como também de alterações de grafia em relação ao texto fonte. Posto isto, como exemplos ilustrativos para a alteração de grafia, destacamos as seguintes passagens²⁶:

- (i) “(...) falar nos benefícios e impacto do plástico no meio ambiente é complicado, mas eles **de fato** existem.” (Texto Original)
- (ii) “(...) falar nos benefícios e **no** impacto do plástico no meio ambiente é complicado, mas eles **de facto** existem.” (Autor A)

Um dos motivos que nos levou a considerar que o *Autor A* tenha feito plágio, mesmo antes de tentar detetar qualquer tipo de ato ilícito, foram as desigualdades de estilo, bem como a falta de coesão linguística e de coerência que o terceiro parágrafo apresenta comparativamente com o primeiro e com o segundo parágrafos. Com efeito, verifica-se que as relações de sentido entre as três macroestruturas não representam, de facto, um *continuum*.

²⁶ Os negritos nos excertos transcritos como exemplo são nossos.

Atentando agora na tabela 3, observa-se que, para além de os *Autores F e E* plagiarem literalmente uma frase retirada do *Ambiente Magazine*, acrescentam informação que lhes pareceu ser útil e, conseqüentemente, tentaram ofuscar a reutilização do texto plagiado. Tal como é observado nos textos do *Autor A*, o texto suspeito do *Autor F*, ao tentar fazer alterações, mostra erros de pontuação, neste caso, a ausência de vírgula antes de “sendo”.

Tabela 3. Exemplo de plágio literal com acrescento de informação.

Texto Original	“O desafio para o Dia da Terra deste ano é a eliminação da poluição do plástico que ameaça o nosso mundo. Governos, empresas e organizações já assumiram o compromisso de combater a questão da poluição causada pelo plástico, mas este também é um problema pessoal e que diz respeito a cada um de nós.” (https://www.ambientemagazine.com/opiniao-dia-da-terra-2018-acabemos-juntos-com-a-poluicao-do-plastico/)
Autor F	O Desafio para o Dia da Terra deste ano é a eliminação da poluição do plástico que ameaça o nosso mundo <u>sendo a poluição mais utilizada pelo ser humano.</u>
Autor E	O desafio para o Dia da Terra deste ano é a eliminação da poluição do plástico que ameaça <u>os oceanos, ou seja, combater a questão da poluição causada pelo plástico, mas este também é um problema pessoal e que diz respeito a cada um.</u>

Ainda relativamente ao *Autor F*, quando tentamos detetar outros tipos de plágio, deparamo-nos com o plágio indireto (Krokosz 2014: 41). De facto, e voltando a evocar a argumentação de Sousa-Silva & Abreu (2015: 100), esta modalidade do plágio é mais complexa do que a anterior, porquanto se faz um esforço maior para tentar disfarçar a fonte original e “passar o texto por seu” – utilizando estratégias que dizem respeito à pontuação, à estrutura sintática, à semântica, ao vocabulário, entre outras -, ou se tem o “objetivo de escrever adequadamente – como acontece, frequentemente, nos casos de escrita académica.” (*ibidem*: 100)

Neste sentido, verifiquemos o que foi dito com a Tabela 4:

Tabela 4. Exemplo de plágio indireto.

Texto Original	“Um bom exemplo é recusar as palhinhas em restaurantes e bares (...) Mas fazer pequenas trocas, como por exemplo usar um copo reutilizável para o seu café da manhã. (...) Aderir às iniciativas para eliminar o plástico existente: (...) É também uma possibilidade de envolver os seus amigos, colegas de trabalho ou a sua
-----------------------	--

	comunidade local, e de os ajudar a perceber a importância de combatermos este problema juntos.” (https://www.ambientemagazine.com/opiniao-dia-da-terra-2018-acabemos-juntos-com-a-poluicao-do-plastico/)
<i>Autor F</i>	<u>Para prevenirmos isto existem escolhas do dia a dia como por exemplo usar um copo de café reutilizável, recusar quando nos oferecem uma palhinha para a sua bebida, reutilizar tudo em casa incluindo o nosso lixo e aderir às iniciativas para eliminar o plástico existente como organizações ou empresas para ajudar o mundo a entender a importância e o estrago que este problema pode causar e que juntos podemos confrontar esta ameaça.</u>

4.2. O Caso de Conluio

Passaremos agora para um fenómeno diferente do anterior: o conluio. Nas palavras de Fraser (2014: 182), relembramos que o conluio pode ser considerado como “middle ground in a spectrum of practices ranging from collaboration to outright plagiarism, and it is best defined as unpermitted collaboration”.

Com efeito, verificamos que, entre os textos analisados, dois deles apresentam várias semelhanças, principalmente, a nível do conteúdo, a saber: os textos do *Autor B* e do *Autor D*. De facto, estes dois textos não só compartilham as mesmas palavras-chave, mas também quase toda a informação contida em cada um deles, como veremos abaixo.

Posto isto, apresentamos, na Tabela 5²⁷, algumas passagens que demonstram que, na realização destes dois textos, houve uma colaboração entre os dois autores (*B* e *D*).

Tabela 5. Exemplos de Conluio ou Colosão.

<i>Autor B</i>	Infelizmente, <i>o ser humano não pensa no próximo.</i> (...) Já não pensamos em mais ninguém a não ser em nós mesmos.
<i>Autor D</i>	Definitivamente, <i>o ser humano não pensa no próximo.</i>
<i>Autor B</i>	Com a rotina que a maioria das pessoas, de stress e <i>exaltada,</i> está se a tornar um <u>hábito danificar o ambiente</u> , a Terra.
<i>Autor D</i>	Com a rotina agitada que a maioria das pessoas levam atualmente, está se a tornar cada vez mais <i>habitual</i> nos dias de hoje <i>poluir e degradar o ambiente.</i>
<i>Autor B</i>	Já não pensamos em mais ninguém a não ser em nós mesmos. Mas mesmo assim, <i>contaminamo-nos a nós próprios.</i> E pior, <i>contaminamos os outros e a fauna e a flora, os solos, o ar, a água.</i> Por isso, tem-se vindo a testemunhar os <i>efeitos da poluição ambiental</i> cada vez mais <i>avassaladores.</i> Somos uns inconscientes que contribui para a destruição do planeta. Não pensamos que os <i>problemas vão estar sempre a aumentar,</i> sobretudo com a <i>poluição da água.</i>

²⁷ Nestas circunstâncias, decidimos que os segmentos que estivessem escritos de forma idêntica estão a **negrito** e que a *itálico* estão as palavras-chave ou conjunto de segmentos-chave.

Autor D	Além de <i>contaminar a si próprio</i> , <i>contamina</i> de igual forma as <i>plantas e animais</i> que habitam no mesmo meio. Os <i>efeitos da poluição</i> são <i>avassaladores</i> , que muitas vezes nem nos encaramos das ações que realizamos e contribuimos para algo tao destrutivo. Incontestavelmente, as <i>atividades humanas contaminam a água, os solos, o ar</i> . Os <i>problemas aumentam</i> , especialmente com a <i>poluição das águas</i> ; o lançamento de lixo e o esgoto nos mares e rios; e a produção de lixo.
Autor B	Se não te preocupas com os outros ou com o planeta, preocupa-te contigo porque <i>estas ações prejudicam-te</i> e podem <i>provocar doenças respiratórias e doenças infecciosas</i> .
Autor D	Todas <i>estas ações prejudicam</i> , podendo <i>provocar doenças respiratórias, assim como doenças infecciosas</i> .

Como se observa na Tabela 5, são muitos os indícios de que houve realmente uma colaboração entre os autores dos textos. Observa-se que, por vezes, há sobreposição do léxico ou da estrutura das frases, com pequenas alterações ou nenhuma (cf. (iii) e (iv), respetivamente). Além disso, podemos verificar que, nalguns casos, existem alterações significativas quanto ao vocabulário e à estrutura sintática, mantendo o seu significado semântico (cf. (v)):

- (iii)
 - a. Com a rotina que a maioria das pessoas, de stress e exaltada, está se a tornar um hábito danificar o ambiente, a Terra. (Autor B)
 - b. Com a rotina agitada que a maioria das pessoas levam atualmente, está se a tornar cada vez mais habitual nos dias de hoje poluir e degradar o ambiente. (Autor D)
- (iv)
 - a. “Infelizmente, o ser humano não pensa no próximo.” (Autor B)
 - b. “Definitivamente, o ser humano não pensa no próximo.” (Autor D)
- (v)
 - a. Já não pensamos em mais ninguém a não ser em nós mesmos. Mas mesmo assim, contaminamo-nos a nós próprios. E pior, contaminamos os outros e a fauna e a flora, os solos, o ar, a água. (Autor B)
 - b. Além de contaminar a si próprio, contamina de igual forma as plantas e animais que habitam no mesmo meio (...) as atividades humanas contaminam a água, os solos, o ar. (Autor D)

De facto, de entre os seis textos em análise, dos seis informantes, só o *Autor C* parece ter realizado o seu texto com autonomia, criatividade e originalidade, sem recurso a outros meios de informação e, por essa razão, parece não ter cometido qualquer ato imoral.

Antes de partirmos para a discussão do que temos vindo a expor nas secções precedentes deste texto, deve salientar-se que foram apresentados diferentes indicadores que apontam para uma reutilização de um texto original ou para a existência de dois ou mais autores colaborantes na realização de uma tarefa, ainda que essa colaboração não seja legítima.

Efetivamente, estes indícios podem ser detetados com maior ou menor facilidade, dependendo da modalidade de plágio que o texto suspeito apresenta. Os casos de plágio literal são detetados mais facilmente por representarem uma sobreposição (quase) total do texto original; já os casos de plágio indireto tendem a ser mais dificilmente descobertos, uma vez que o texto original pode sofrer várias alterações, não só do ponto de vista da sua estrutura, mas também do seu vocabulário.

Por seu turno, os dois casos que demonstram ter havido conluio, além de apresentarem pontualmente a mesma estrutura sintática, apresentam, essencialmente, as mesmas palavras-chave, o que nos permite afirmar, com efeito, que os textos dos *Autores B* e *D* parecem ter a mesma ordem de ideias. Isso, para um ser humano, como vimos na secção precedente, não é possível (cf. 2.2.).

5. Discussão

Neste ponto, debruçar-nos-emos sobre a discussão dos dados recolhidos nos seis textos em apreço, testados através de uma questão retirada da 2.^a fase da Prova Final de Português do 3.^o Ciclo do Ensino Básico, datada de 5 de julho de 2015 (cf. Secção 3).

Nestes últimos anos, vários autores têm observado que os estudantes universitários, ao invés de realizarem os seus trabalhos individualmente, estão, de facto, a recorrer, frequentemente, ao plágio de textos de outrem, ou a colaborar com um ou mais estudantes, para a realização de determinada tarefa (Coulthard & Johnson 2007; Sousa-Silva 2013, 2014; Sousa-Silva & Abreu 2015; Brennand & Kerr 2015). A par do que está a acontecer no Ensino Universitário, e ainda que os textos que constituem o *corpus* sejam em número bastante reduzido, podemos verificar, pela análise dos dados recolhidos, que também os alunos do Ensino Básico estão a aderir ao plágio e ao conluio – pelo menos, quando lhes é pedido que realizem composições expositivas-argumentativas.

No entanto, conforme o que se pode extrair do programa e das metas curriculares de Português no Ensino Básico (Buescu *et al.* 2015), os estudantes que frequentam o 9.º ano de escolaridade, nesta altura, já deveriam ser capazes de produzir textos de forma autónoma e de dominar as normas de identificação das fontes que por eles são utilizadas. Relembramos que estes são dois dos objetivos para os alunos do 7.º ano de escolaridade. Além disso, um dos objetivos traçados para estudantes do 9.º ano é que estes sejam capazes de “escrever para expressar conhecimentos” (Buescu *et. al.* 2015: 86) anteriormente adquiridos. Deste modo, com esta experiência de análise de produções escritas, deduz-se, portanto, que a prática de plagiar se inicia demasiado cedo, o que nos permite inferir que o contacto constante com a *internet* resulta numa maior necessidade de os estudantes recorrerem a *sites* para realizar qualquer tipo de tarefa escolar (ou universitária).

Apesar de modalidades de plágio, como o plágio mosaico, o plágio consentido, o plágio chavão e o autoplágio (Krokosc 2014: 14) não serem encontradas neste tipo de texto, quer pela sua extensão, quer pela sua natureza, pelo menor grau de exigência e pelo nível de conhecimentos dos estudantes em causa, apenas encontramos, com efeito, casos de plágio literal e de plágio indireto. Por isso, uma das diferenças que podemos encontrar em relação a textos realizados por estudantes do Ensino Universitário é precisamente a variedade de modalidades de plágio que podem ser detetadas.

Ainda que se tenham encontrado vários casos de plágio literal, este pode surgir acompanhado com alterações de grafia ou com acrescento de informação. Sem contar com os segmentos/frases/textos completos em que há sobreposição total dos textos originais, acreditamos que estes são exemplos que se aproximam do conceito de plágio indireto, tendo em conta que o primeiro tipo de plágio corresponde a uma recuperação total do texto original, sem identificar a fonte, e que o segundo tipo pode corresponder a alterações mais ou menos complexas do texto original, sem identificar a fonte (Krokosc 2014: 14).

Relativamente ao plágio indireto, de facto, concordamos com Sousa-Silva & Abreu (2015: 100), quando afirmam que o “processo de análise é comparativamente mais complexo”, visto que o autor plagiador tenta disfarçar a reprodução do texto original, fazendo alterações mais ou menos complexas:

- (vi) “É também uma possibilidade de envolver os seus amigos, colegas de trabalho ou a sua comunidade local, e de os ajudar a perceber a importância de combatermos este problema juntos.” (<https://www.ambientemagazine.com/opiniao-dia-da-terra-2018-acabemos-juntos-com-a-poluicao-do-plastico/>) (Texto Original)

- (vii) (...) aderir às iniciativas para eliminar o plástico existente como organizações ou empresas para ajudar o mundo a entender a importância e o estrago que este problema pode causar e que juntos podemos confrontar esta ameaça. (Autor F)

Mais uma vez, como já referido, na escrita académica, observam-se situações de conluio (Sousa-Silva & Abreu 2015, Coulthard & Johnson 2007, Krokosz 2014, Borg 2016). De igual forma, encontramos dois textos, no *corpus* analisado, que apresentam vários indícios linguísticos e estruturais, sugerindo que os dois autores dos textos cooperaram para a realização dos mesmos, ainda que não fosse permitida tal ação. Destarte, tal como nos casos de escrita académica, verificou-se a preservação de ideias e de palavras-chave, algo que não seria possível tendo em conta o *princípio da singularidade do enunciado*, de Chomsky (1965) e de Halliday (1975).

Para além disso, concordamos com Borg (2016: 415), quando afirma que tanto o plágio, como o conluio, são dois tipos distintos de intertextualidade, que, ao contrário de outros tipos de intertextualidade (como a intertextualidade temática), violam os princípios éticos e os direitos de autor.

Com tudo o que foi exposto até aqui, questionamo-nos sobre o que poderá levar os estudantes a plagiarem e a colaborarem na realização de tarefas, como a produção de um texto que tem um máximo de 200 palavras. De facto, dos seis textos analisados, pareceu-nos que apenas o texto do *Autor C* vai ao encontro dos objetivos propostos pelo *Programa e Metas curriculares de Português do Ensino Básico* (doravante, PMCPEB). Outra questão que se levanta é se, de facto, os estudantes são sensibilizados, pelos professores, relativamente a estes atos de imoralidade ética, conforme é exigido pelo PMCPEB.

Dito isto, como atuar para que se consiga inverter este problema? Em primeiro lugar, antes de se ensinar as normas de identificação da fonte, nos momentos que se pensam ser os mais adequados ou mais produtivos, é necessário consciencializar os alunos acerca das agravantes que atos como os descritos neste trabalho podem implicar. Contudo, mesmo antes desta fase, acreditamos ser necessário desenvolver estratégias para recolha e uso de informação de outros autores, e desenvolver o domínio de recursos linguísticos, que virão a ser bastante úteis, como sabemos, em trabalhos académicos, por exemplo.

Por meio desses alicerces, numa situação em que um estudante tivesse de trabalhar com várias fontes, para a realização de uma determinada tarefa, ele teria já várias ferramentas para concretizar verbalmente o seu objetivo.

6. Considerações Finais

A realização do presente estudo, que apresenta não só conteúdos teóricos, com referência a dados obtidos anteriormente, como também uma parte empírica, permitiu-nos perceber que fenómenos como o plágio e o conluio aparecem em contextos de escrita universitária, mas também em textos feitos por alunos do Ensino Básico.

Foi nosso intuito tornar evidente a pouca probabilidade de estudantes do Ensino Básico plagiarem, uma vez que um dos objetivos definidos pelas metas curriculares e pelo programa de Português é a capacidade destes expressarem conhecimentos, através da escrita, sem que seja necessário recorrer a outras fontes de informação, ainda para mais quando lhes é solicitada a realização de um texto de opinião.

Tendo em conta esta primeira observação, a análise dos dados empíricos permite-nos retirar as conclusões que se seguem:

- (i) tal como acontece com estudantes do ensino superior, os alunos do ensino secundário tendem a plagiar, pelo menos, quando lhes é pedido que realizem um texto expositivo-argumentativo;
- (ii) para além de termos exposto casos de plágio, apresentamos também dois textos com indícios de conluio;
- (iii) consoante o que se verificou na análise, os fatores que promovem a deteção de conluio podem ser a sobreposição do léxico ou das estruturas das frases (podem ter pequenas alterações ou nenhuma), mas também as alterações quanto ao vocabulário e quanto à estrutura sintática, conservando o seu significado semântico;
- (iv) os dois tipos de plágio encontrados nos textos do *corpus* foram o plágio literal e o plágio indireto;
- (v) os casos de plágio literal são detetados mais facilmente por representarem uma sobreposição (quase) total do texto original, enquanto os casos de plágio indireto tendem a ser mais dificilmente detetados, porquanto o texto original pode sofrer várias alterações, não só no atinente ao vocabulário, como também à estrutura frásica.

Com tudo isto, nestas observações finais, defendemos que, efetivamente, os problemas que os estudiosos têm observado em textos académicos também estarão a acontecer em textos dos alunos que frequentam o ensino básico. Parece-nos que a desonestidade académica e intelectual tem tendência a aumentar cada vez mais. Provavelmente, isto acontece porque os estudantes não estão sensibilizados e avisados acerca das implicações que atos imorais, como o plágio e o conluio, podem trazer. Além disso, como foi anteriormente referido, pensamos que uma causa para este problema é o facto de os

estudantes não estarem suficientemente treinados a pensar autonomamente e, para facilitar a realização de uma determinada tarefa, procuram informação alheia ou unem-se e cooperam com outros estudantes.

Terminamos o texto do presente trabalho com um conjunto de tópicos que ficaram por tratar nesta investigação e que poderão servir para desenvolvimento futuro. Primeiramente, seria interessante, num estudo posterior, explorar e aprofundar a questão da análise de fenómenos como o conluio, com o intuito de facilitar a deteção dos mecanismos adotados pelos autores. Para além disso, seria conveniente realizar um estudo comparativo entre as estratégias utilizadas por estudantes do Ensino Básico e Secundário e por estudantes do Ensino Superior, adotando uma análise quantitativa, de modo a tentar verificar quais os mecanismos mais proeminentes nos dois grupos. Ademais, interessaria realizar um estudo sociolinguístico que aferisse quais as opiniões dos estudantes portugueses acerca do plágio e do conluio, o modo como são sensibilizados pelos seus professores para este assunto, e, no caso de serem cúmplices destes atos imorais, procurar compreender quais as motivações que os levam a desenvolver tal comportamento.

REFERÊNCIAS

- Buescu, H. C.; Morais, J.; Rocha, M. R.; Magalhães, V. F. 2015. *Programa e metas curriculares de português do ensino básico*. Disponível na Internet em: http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Basico/Metas/Portugues/pmcpeb_jul_ho_2015.pdf, acedido em 07.05.2018.
- Borg, E. 2016. Local Plagiarisms. *Assessment and Evaluation in Higher Education* 34(4), pp. 415-426.
- Brennand, M.; Kerr, D. 2015. *Software to detect collusion in academic institutions*.
- Chomsky, N. 1965. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Coulthard, M.; Johnson, A. 2007. On textual borrowing. In *An Introduction to Forensic Linguistics. Language in Evidence*. London: Routledge, pp. 184-199.
- Dobrovská, D. 2007. *Avoiding Plagiarism and Collusion*. International Conference on Engineering Education – ICEE. Portugal: Coimbra.
- Fraser, R. 2014. Collaboration, Collusion and Plagiarism in Computer Science Coursework. *Informatics in Education* 13(2), pp. 179-195.
- Halliday, M. A. K. 1975. *Learning How to Mean*. London: Edward Arnold.

- Krokosz, M. 2014. *Outras Palavras: Análise dos conceitos de autoria e plágio na produção textual científica no contexto pós-moderno*. Tese de Doutoramento, Universidade de São Paulo.
- Pecorari, D. 2008. *Academic Writing and Plagiarism: A Linguistic Analysis*. London: Continuum.
- Sousa-Silva, R. 2013. *Detecting Plagiarism in the Forensic Linguistics Turn*. Tese de Doutoramento, Universidade de Aston.
- Sousa-Silva, R. 2014. Investigating Academic Plagiarism: A Forensic Linguistics Approach to Plagiarism Detection. *International Journal for Educational Integrity*. 10(1), pp. 30-41.
- Sousa-Silva, R.; Abreu, B. B. 2015. Plágio: um problema forense. *Language and Law* 2(2), pp. 90-113.
- Sousa-Silva, R. 2015. Plágio jornalístico: Uma matéria de linguística forense?. In *Linguagem e Direito: Eixos temáticos*. Recife: Alidi, pp. 38-63.

MASEM ARTIGOS DE OPINIÃO VALORES E RELAÇÕES RETÓRICAS

Beatriz Fachada²⁸

up201304832@letras.up.pt

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (PORTUGAL)

RESUMO. O presente trabalho identifica os diferentes valores que o conector *mas* pode adquirir em artigos de opinião e, para além disso, identifica as relações retóricas que o *mas* marca em artigos de opinião. Tendo por base a relação retórica de Contraste proposta por Kehler (2002), são propostas, neste estudo, quatro especificações dessa mesma relação retórica. Pretende-se, ainda, averiguar de que forma a presença do *mas* contribui para a construção dos textos de opinião, tendo em conta a estrutura prototípica da sequência argumentativa (Adam, 1992).

PALAVRAS-CHAVE. Semântica, Mas, Relação Retórica de Contraste, Sequência Argumentativa, Artigos de Opinião.

ABSTRACT. This paper identifies the different values that the connector *mas* (but) can have within opinion articles. Additionally, it identifies the rhetorical relations *mas* (but) marks within opinion articles. Having in mind the Contrast rhetorical relation proposed by Kehler (2002), this study suggests four specifications of that rhetorical relation. We also aim at examining how the presence of *mas* (but) allows the construction of opinion articles, considering the prototypical structure of the argumentative sequence (Adam, 1992).

KEYWORDS. Semantics, Mas (But), Rhetorical Relation of Contrast, Argumentative Sequence, Opinion Articles.

1. Introdução

O conector *mas* é, vulgarmente, entendido como um conector com valor apenas adversativo (de contraste). No entanto, existem outros valores associados ao conector *mas*, sobretudo em artigos de opinião, que iremos abordar neste trabalho.

Admitimos, assim, que o conector *mas* é multifuncional, podendo exprimir diferentes tipos de contraste, adquirindo diferentes valores consoante os segmentos que estão à direita e à esquerda.

²⁸ Estudante do 1.º ano do curso de Mestrado em Linguística, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Em português europeu, o valor contrastivo está associado a dois processos a nível sintático, sendo estes: a coordenação adversativa e a subordinação concessiva (Amaro, 2010).

O género artigo de opinião veicula a opinião do locutor e apresenta argumentos com o objetivo de fazer o interlocutor aderir à sua opinião. Assim, o conector *mas* (bem como outros conectores com valor argumentativo) é uma forma veiculadora de expressar a opinião, estando, prototipicamente, muito presente nos artigos de opinião.

O conector *mas* marca relações retóricas em artigos de opinião, concretamente uma relação que implica que o segundo segmento se ligue ao primeiro e que estabeleça com este algum tipo de contraste. As relações retóricas (ou discursivas) são entendidas, no âmbito da semântica, como relações de sentido estabelecidas entre situações descritas num determinado texto.

O objetivo deste trabalho consiste em identificar todas as ocorrências de *mas* no *corpus*, identificando os valores que o conector assume e, posteriormente, identificar e analisar as relações retóricas marcadas por *mas* em artigos de opinião.

Numa primeira parte, irá fazer-se uma breve introdução aos valores que o *mas* pode assumir em artigos de opinião, ao conceito de relações retóricas e às principais teorias acerca das relações retóricas, e, mais precisamente, à relação retórica marcada pelo conector *mas*. Será ainda feita uma explanação acerca da sequência textual subjacente ao género artigo de opinião – sequência argumentativa. Em seguida, irá tratar-se da análise do *corpus*, no que respeita aos valores que o *mas* adquire, efetivamente, no *corpus* selecionado e, de seguida, às respetivas relações retóricas que o *mas* marca. Por fim, serão apresentadas as principais conclusões que obtivemos com este trabalho, comparando, sempre que possível, a teoria apresentada com os resultados obtidos através da análise do *corpus*.

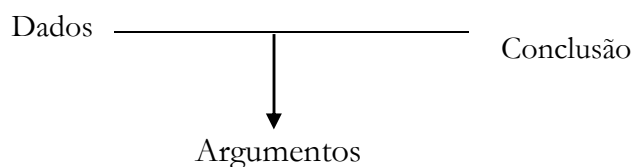
2. Enquadramento Teórico

2.1. A sequência argumentativa

Segundo Adam (1992), o conceito de sequência textual consiste numa parte de um texto que possui autonomia dentro do texto a que pertence, sendo, assim, constituída por macroproposições prototípicas que correspondem a cada sequência. A sequência argumentativa surge com o objetivo de expressar a opinião, descrever o problema e tentar convencer ou procurar a adesão do interlocutor. O objeto que serve a sequência argumentativa é, tipicamente, um tema polémico ou controverso que admite vários pontos de vista. Esta é uma sequência textual muito frequente, quer como sequência dominante, quer como sequência secundária. Adam (1992) propõe um esquema correspondente à

sequência argumentativa, recuperando Van Dijk (1980) e Toulmin (2003), que se apresenta na figura 1.

Figura 1. Esquema da sequência argumentativa



Neste contexto, a sequência argumentativa procura uma relação entre os argumentos e uma determinada conclusão. O locutor toma uma posição face a um determinado assunto, pelo que o texto argumentativo possui um caráter fortemente polémico e dialógico. A sequência argumentativa possui, assim, recorrência a determinadas marcas linguísticas que se evidenciam nos textos argumentativos, tais como: frequência elevada de conectores argumentativos, antonímia, uso da deixis pessoal, entre outras.

O género textual artigo de opinião insere-se, portanto, na sequência argumentativa proposta por Adam (1992).

2.2. Os valores do conector *mas*

Relativamente aos valores do conector *mas*, foi publicado já em 1977, por Anscombre e Ducrot, uma distinção entre dois valores de *mas* (mais) em francês, possuindo estes funções semânticas e pragmáticas e comportamento sintático diferentes (*apud* Amaro, 2010). Embora em francês (tal como em português), estes dois valores de *mas* não alterem a forma da palavra, em espanhol e alemão, existem duas formas diferentes que correspondem a estes dois diferentes valores de *mas*. Estes autores propuseram: um *mas* designado PA - que tem valor contra argumentativo (que deriva das designações de *pero* e *aber*, em espanhol e alemão, respetivamente); e um *mas* designado SN - com valor refutativo-retificativo (que deriva das designações de *sino* e *sondern*, em espanhol e alemão, respetivamente).

Segundo Amaro (2010), o conector *mas* pode surgir associado a diferentes valores em artigos de opinião. O *mas* pode, assim, surgir: 1) como introdutor de contra-argumento (recuperando a designação de *mas* PA); 2) como *mas* fático ou de segmentação discursiva; 3) como conector correlativo; 4) como *mas* refutativo (recuperando a designação de *mas* SN).

Relativamente ao conector *mas* com valor contra-argumentativo, o “*mas* introduz contra-argumentos, após um movimento inicial em que, seja através da concessão seja através da negação, o Locutor faz ouvir a posição que pretende contestar – evidenciam

posicionamentos estratégicos válidos num contexto argumentativo em que se preza a negociação de posições distintas e em que, simultaneamente, os interlocutores não abdicam das posições respetivas, mantendo sempre a relação ao nível da cortesia.” (Amaro, 2010: 73). O exemplo (1) ilustra este valor de *mas*.

- (1) Ainda pode perder? Pode. **Mas** se assim for, teremos de aceitar humildemente que tudo aquilo que julgamos saber sobre o comportamento dos eleitores terá de ser revisto. (T5) [Amaro, 2010:73]

No exemplo acima está exemplificado um uso do *mas* com valor contra-argumentativo. Neste valor de *mas* é introduzido um argumento no primeiro segmento, e no segundo segmento é introduzido por *mas* um argumento que é contra o primeiro segmento.

O conector *mas* com valor fático ou de segmentação discursiva verifica-se, essencialmente, em início de frase ou de parágrafo, surgindo então como advérbio conetivo. Este valor de *mas* parece estar relacionado com a estruturação discursiva, marcando posições que o locutor assume, desenvolvendo-as e argumentando-as, contribuindo para a progressão textual (cf. Amaro, 2010). Os segmentos introduzidos por *mas* com valor fático podem reorientar o discurso ou adicionar, marcando, essencialmente, o “relançamento do discurso” (Amaro, 2010: 79). Assim sendo, e segundo Amaro (2010), o valor de contraste (valor básico do conector *mas*) é, nestes casos, pouco significativo. Em alguns casos deste *mas* com valor fático, o conector pode ser suprimido, o que não altera o significado. O conector *mas* pode ainda, em alguns casos, ser substituído pelo conector *e*, também sem provocar alterações ao nível do significado (cf. Amaro, 2010).

O *mas* fático tem ainda outra vertente, mais precisamente a utilização, no modo escrito, de marcas de interatividade e de aproximação ao discurso oral e de conversação, marcas estas que podem ocorrer através da presença de frases interrogativas, do recurso à ironia, e de interjeições no interior de um texto. No exemplo (2) está ilustrado um *mas* com valor fático, mais concretamente o *mas* fático que remete para a interatividade e conversação, conseguido através da frase interrogativa.

- (2) E não foi por ele ser negro, **mas** que sei eu? Perguntem antes a alguém que tenha apoiado a guerra do Iraque, e vibrado com a criatividade do sistema financeiro. (T6) [Amaro, 2010:81]

O *mas* como conector correlativo – não só ... mas (também) – verifica-se, segundo Amaro (2010), entre constituintes da mesma natureza. O nexos semântico que este conector estabelece é de adição. No entanto, os dois segmentos não possuem uma posição argumentativa igual, sendo estabelecida uma hierarquia: enquanto que o primeiro segmento (informação conhecida) possui menor força argumentativa, o segundo segmento (informação nova) possui maior força argumentativa e permite a progressão discursiva (cf. Amaro, 2010). Este valor correlativo de *mas* não funciona somente como adição informativa, mas permite “uma maior eficácia argumentativa.” (Amaro, 2010: 84). O exemplo 3 ilustra este valor de *mas*.

- (3) A crise financeira contribuiu não apenas para piorar essas percepções **mas também** para silenciar todos os outros temas de campanha. [Amaro, 2010:83]

O valor correlativo de *mas*, exemplificado em (3), apresenta uma ligação entre dois constituintes da mesma natureza (ou seja, os dois constituintes são compostos pela preposição *para* seguida de um verbo no infinitivo), sendo estes: “para piorar (...)” e “para silenciar (...)”. Para além da adição do segundo segmento, verifica-se uma força argumentativa maior desse segmento (relativamente ao primeiro segmento), que corresponde à informação nova. O primeiro segmento possui uma negação, enquanto que o segundo possui a palavra “também”, que estabelece o nexos semântico de adição face ao primeiro segmento.

O *mas* com valor refutativo – não X, mas SN Y – dá-se com a refutação do primeiro segmento através de uma voz externa ao locutor, e com a qual o locutor não se identifica; assim, remete para um efeito dialógico do discurso. Este *mas* (introdutor do segundo segmento) corrige, então, a voz do outro, anulando-a. Este *mas* está ilustrado no exemplo 4.

- (4) É verdade que o Obama não é um utópico e experimentalista, graças a Deus, **mas** sensato e moderado. Sabe falar e ouvir; vamos ver se também sabe fazer. (T29) [Amaro, 2010:83]

No exemplo (4) está ilustrada uma ocorrência de *mas* com valor refutativo em que se verifica a refutação do primeiro segmento, seguida de uma correção no segundo segmento.

Assim, o conector *mas* pode ocorrer enquanto advérbio conetivo, quando surge em início de frase ou parágrafo; ou como conjunção, quando surge ligando segmentos incluídos na mesma frase.

Baseamo-nos na proposta de Amaro (2010) relativamente aos valores que o *mas* pode assumir em artigos de opinião. No entanto, a análise dos dados motivou a proposta de um novo valor de *mas*, o valor aditivo argumentativo.

Consideramos, assim, neste trabalho, quatro valores que o *mas* pode assumir: o valor contra-argumentativo, o valor refutativo, o valor fático e o valor aditivo argumentativo.

O último valor – valor aditivo argumentativo - é proposto no presente trabalho, uma vez que caracteriza melhor algumas das ocorrências presentes no *corpus*. Este valor partilha algumas características com o valor correlativo do *mas* proposto por Amaro (2010), tais como o nexos semântico ser a adição e o segundo segmento apresentar uma força argumentativa maior relativamente ao primeiro. Todavia, no corpus nunca está presente a primeira parte da correlação – negação - pelo que nos pareceu mais adequada a designação de aditivo argumentativo, uma vez que introduz um novo argumento que parece adicionar algo ao que foi dito anteriormente, adquirindo este argumento uma força argumentativa mais forte. Além disso, no corpus, os segmentos ligados não são da mesma natureza (sendo que Amaro (2010) propõe que os segmentos ligados por *mas* correlativo são da mesma natureza).

2.3. As relações retóricas

O conceito de relações retóricas foi introduzido nos estudos sobre o discurso como forma de explicar a organização do discurso (Hobbs, 1985; Mann e Thompson, 1988). Atualmente, as relações retóricas são utilizadas e explicadas também no domínio da semântica e têm sido incluídas em várias teorias propostas por diversos autores, pelo que existem várias designações (Mann e Thompson, 1988; Kehler, 2002; Asher e Lascarides, 2003). As relações retóricas são entendidas, no âmbito da semântica, como relações de sentido estabelecidas entre situações descritas num determinado texto.

De referir ainda que as relações retóricas, entendidas como relações de sentido, estabelecem-se tanto entre frases simples como em frases complexas.

Dado que apenas vamos trabalhar relações de contraste entre segmentos, de seguida, fazemos uma breve revisão das relações retóricas que exprimem este tipo de ligação de acordo com diferentes propostas teóricas.

Mann e Thompson (1988) propõem a relação retórica de “Concession”, cujo sinal prototípico é “an ‘although’ (*apesar*) clause”. Esta relação pressupõe um contraste entre os segmentos.

Kehler (2002) propõe a relação retórica de “Contrast” (contraste), que é marcada pela conjunção *mas* (*but*) e tem como restrições “ $p(p_1)$ and $\neg p(p_2)$, $q_i(a_i)$ and $q_i(b_i)$ ” e “ $p(p_1)$ and $p(p_2)$, $q_i(a_i)$ and $\neg q_i(b_i)$ ” (Kehler, 2002).

No que respeita à designação de uma relação retórica que estabeleça algum tipo de contraste, Asher e Lascarides (2003) propõem a relação retórica de Contraste, mas colocam-na ao nível das relações do texto, não só a nível semântico como sintático. Assim, a relação estabelece-se quando os dois segmentos possuem estrutura sintática semelhante, estabelecendo, entre eles, uma oposição.

Assim e no que diz respeito às relações retóricas, optamos, neste estudo, pela teoria de Kehler (2002), uma vez que inclui a relação retórica de Contraste que se assemelha às relações retóricas presentes nos artigos de opinião analisados. Embora consideremos a relação retórica de Contraste proposta por Kehler (2002), consideramos necessária uma análise mais especificada de vários tipos de contraste. Assim, através da análise do corpus, foi possível observar que o *mas* é multifuncional, expressando diferentes tipos de contraste. Propomos, então, quatro especificações da relação retórica de Contraste de Kehler (2002): contra argumentativo, refutativo, fático e aditivo argumentativo. Assim, os segmentos introduzidos por *mas* introduzem a relação retórica de Contraste, especificada em contra-argumentativo, fático, refutativo e aditivo argumentativo, dependendo do valor que o conector *mas* adquire nesse segmento.

A relação retórica de Contraste contra-argumentativo dá-se quando existe num primeiro segmento uma posição com a qual o locutor não concorda e que no segundo segmento (introduzido por *mas*) é dado um contra-argumento, apresentando um confronto de pontos de vista.

A relação retórica de Contraste fático é observável quando o segundo segmento (introduzido por *mas*) representa uma mudança do rumo discursivo ou uma tendência para a aproximação ao discurso oral.

A relação retórica de Contraste refutativo verifica-se quando no primeiro segmento existe uma negação e no segundo segmento (introduzido por *mas*) é verificada uma correção dessa negação.

A relação retórica de Contraste aditivo argumentativo dá-se quando o segundo segmento adiciona algo ao que foi apresentado no primeiro segmento, possuindo o segundo segmento uma força argumentativa maior face ao primeiro.

3. Análise do Corpus

3.1. Descrição do corpus

De forma a identificar os valores que o conector *mas* pode assumir e analisar as relações retóricas introduzidas por este conector em artigos de opinião, foi selecionado um *corpus* composto por 14 artigos de opinião. Estes artigos de opinião foram publicados entre novembro de 2016 e maio de 2017 em quatro jornais portugueses, sendo estes: o *Jornal de Notícias*, o *Jornal SOL*, o *Jornal Económico* e o *Diário Económico*. Os 14 artigos são sobre as áreas da economia ou da política, sendo todos escritos por autores distintos e em português europeu.

3.2. Análise quantitativa do corpus

Numa primeira fase foi realizada uma análise a nível quantitativo. O *corpus* selecionado para este estudo possui um total de 7238 palavras, das quais 36 são ocorrências de *mas*. O conector *mas* representa apenas 0,5% do número total de palavras do *corpus*. Das 36 ocorrências de *mas*, 20 ocorrências são de *mas* como advérbio conetivo e 16 são ocorrências de *mas* como conjunção. Nos seguintes exemplos retirados do *corpus*, verifica-se o *mas* utilizado como advérbio conetivo (5) e o *mas* utilizado como conjunção (6):

- (5) Ora, com toda esta enorme oposição – dos sindicatos, dos partidos da esquerda, do Tribunal Constitucional, do próprio Presidente da República, para não falar da oposição interna do PSD -, seria quase impossível a direita governar. **Mas** se, mesmo assim, conseguisse fazer qualquer coisa e levar a cabo algumas reformas, quando a esquerda voltasse ao Governo encarregar-se-ia de desfazer o que tivesse sido feito, como recentemente aconteceu. (Texto 8)
- (6) Reparem que o desemprego desceu para 9,9% em fevereiro, neste enquadramento. De forma distorcida perante valores éticos ou morais, **mas** desceu. (Texto 12)

Relativamente à média da presença de *mas* nos textos é de 2,6 *mas* por texto. Dos 14 textos pertencentes ao corpus: 3 textos não possuem qualquer ocorrência de *mas*; 2 textos possuem 1 ocorrência de *mas*; 2 textos possuem 2 ocorrências de *mas*; 3 textos possuem 3 ocorrências de *mas*; 1 texto possui 4 ocorrências de *mas*; 2 textos possuem 5 ocorrências de *mas*; e, 1 texto possui 7 ocorrências de *mas*. Veja-se no quadro seguinte, os resultados destas ocorrências.

Quadro 1. Número de ocorrências de *mas* por número de textos.

Ocorrências de <i>mas</i>	Número de textos
---------------------------	------------------

	1	2	3
0			X
1		X	
2		X	
3			X
4	X		
5		X	
7	X		

Relativamente aos valores que o conetor *mas* pode assumir, como descrito anteriormente, consideramos: o contra argumentativo, o refutativo, o fático e o aditivo argumentativo²⁹. No *corpus*, verificam-se 20 ocorrências de *mas* com valor contra argumentativo, 1 ocorrência de *mas* com valor refutativo, 6 ocorrências de *mas* com valor fático e 9 ocorrências de *mas* com valor aditivo argumentativo. Veja-se os resultados relativamente ao número de ocorrências de cada valor de *mas* no *corpus* sob a forma de quadro.

Quadro 2. Relações retóricas de Contraste e valores de *mas* no corpus.

Relação retórica	Contraste Contra-argumentativo	Contraste Fático	Contraste Aditivo argumentativo	Contraste Refutativo
Valor de <i>mas</i>	Contra-argumentativo	Fático	Aditivo argumentativo	Refutativo
Ocorrências	20	6	9	1

Assim, o valor de *mas* mais presente no corpus é o valor contra argumentativo, com uma diferença bastante significativa face aos restantes valores. Segue-se o valor aditivo argumentativo, depois o valor fático e, por fim e com apenas uma ocorrência no corpus, o valor refutativo.

3.3. Análise qualitativa do corpus

Realizou-se uma análise qualitativa, averiguando os casos particulares da ocorrência dos diferentes valores do conetor *mas* e as respetivas relações retóricas inferidas.

O valor de *mas* como introdutor de um contra-argumento é o que possui maior presença no *corpus*, sendo este o valor de *mas* considerado prototípico associado a este género textual. Consideramos, agora, três exemplos de *mas* com valor contra argumentativo:

²⁹ O valor aditivo argumentativo é uma proposta do presente trabalho que será explicada em detalhe no presente trabalho.

- (7) Sim, este é um resultado que custa. **Mas** a inação é, certamente, a pior das respostas.
(Texto 1)
- (8) O Brexit pode sofrer, ao longo das negociações arrastadas que se antevêm, múltiplos ajustes, **mas** uma coisa é certa: já não há volta. (Texto 4)
- (9) Até porque o PS e os Republicanos estão enfraquecidos nas sondagens, **mas** ainda têm muita influência. (Texto 14)

Os casos de *mas* com valor contra-argumentativo são, inequivocamente, os mais utilizados no corpus. Este valor verifica-se, uma vez que é explicitada, no primeiro segmento, uma posição com a qual o locutor não se identifica, e, no segundo segmento (introduzido por *mas*) é dado um argumento contra aquele que estava explicitado no primeiro. Isto pode dever-se ao facto de “o *mas* contra argumentativo emerg(ir) da consideração da palavra do outro – o *mas* democrático de Ducrot – e pretende(r) convencê-lo da validade de outra posição” (Amaro, 2010: 86). Assim, neste género textual artigo de opinião, o *mas* com valor contra-argumentativo é o mais produtivo - tendo em conta o objetivo deste género de texto (convencer o outro à tomada de posição do locutor).

O valor refutativo de *mas* é o que está menos expresso no corpus, ocorrendo apenas uma vez. O *mas* com valor refutativo consiste na negação/refutação de um ponto de vista presente no primeiro segmento e numa posterior correção do que foi refutado. O conector *mas* no segundo segmento é, portanto, introduzido de forma a corrigir o primeiro segmento. Vejamos, então, a única ocorrência de *mas* com valor refutativo do corpus:

- (10) O que significa, desde logo, que uma democracia não se esgota em haver eleições de quatro em quatro ou de cinco em cinco anos, **mas** fazer sentir às pessoas – seja através de mecanismos mais diretos ou mais representativos – que são efetivamente escutadas e que a sua opinião conta para mais do que escolher os seus representantes. (Texto 1)

Seria expectável que o valor de *mas* com valor refutativo fosse o menos representativo no corpus, uma vez que corrige e anula a voz de outro no discurso, o que não provoca um “confronto discursivo” (Amaro, 2010: 86), prototipicamente presente nos artigos de opinião.

Consideram-se, agora, três exemplos de ocorrência de *mas* com valor fático:

- (11) Dir-me-ão os crentes que foram verbas correspondentes a muitos anos de poupanças e que “fugiram” do país devido à crise. Até poderão ser. **Mas**, desculpem-me a pergunta, quantas destas “poupanças” pertencem a empresários que clamam a impossibilidade de aumentar o salário mínimo nacional para 600euro/mês? (Texto 3)
- (12) Ou seja, lá teria de ir a direita fazer outra vez de bombeiro e apagar o fogo ateadado pela esquerda. **Mas** o que aconteceria neste caso? (Texto 8)
- (13) Em suma, António Costa refere com clareza o que não é admissível nas relações precárias. **Mas** sobre medidas concretas, o que propõe? (Texto 12)

Todos estes exemplos de *mas* com valor fático ocorrem em frases interrogativas, ilustrando a vertente do *mas* fático que inclui, no texto escrito, marcas do discurso oral, tendencialmente interativas, que remetem para um paradigma de conversação. É esta a vertente do *mas* com valor fático que está mais presente no corpus.

Vejam-se três exemplos de *mas* com valor aditivo argumentativo, valor proposto no presente trabalho.

- (14) A crescente desigualdade, o empobrecimento das classes médias e o desemprego de quase 25 milhões de europeus, sobretudo os mais jovens, vão ter efeito duradouro, certamente. **Mas** são, também, a prova acabada do falhanço das políticas dominantes e da arquitetura da União. (Texto 2)
- (15) Este escândalo vai fazer correr muita tinta sobre os malefícios dos paraísos fiscais; **mas** também sei que, passadas umas semanas, nos imporão a ideia de que não há nada a fazer e que os offshores são um... “mal necessário”! (Texto 3)
- (16) Na semana passada escrevi que o PS tem de se libertar rapidamente dos seus parceiros de extrema-esquerda, que bloquearão qualquer reforma que o Governo decida fazer para responder às pressões externas. **Mas** há mais: António Costa não quererá que o défice deste ano seja superior ao do ano passado. (Texto 8)

Nos exemplos de *mas* descritos acima com valor aditivo argumentativo verifica-se uma maior força argumentativa do segundo segmento (tal como é proposto por Amaro (2010) para o *mas* correlativo), também verificável pelas palavras “também” e “mais” presentes nos exemplos. Para além disso, também se verifica a progressão textual através deste valor de *mas* nos exemplos. Pelo contrário, e afastando a hipótese de Amaro (2010) de

que este pudesse ser um *mas* com valor correlativo, estes e todos os outros exemplos de *mas* com aquele valor no *corpus* não possuem qualquer negação no primeiro segmento, e também não estão ligados a elementos da mesma natureza (como propõe Amaro (2010)), pelo que propusemos a designação de *mas* aditivo-argumentativo para nomear este último valor de *mas* que analisamos no *corpus*.

Um aspeto relevante quanto aos segmentos ligados por *mas* que também foi analisado diz respeito à sua adjacência, ou não. De facto, o locutor tanto pode optar por estabelecer uma relação de contraste com um segmento descrito imediatamente antes como com um segmento mais distante. Na maior parte dos casos do *corpus*, os segmentos introduzidos por *mas* estabelecem relação com o segmento imediatamente anterior. No entanto, em alguns casos, estes estabelecem relação com um segmento mais distante. Apresentamos, assim, um exemplo de um segmento que estabelece relação com o segmento imediatamente anterior (17) e um em que a relação é estabelecida com um segmento que não está imediatamente antes (18).

(17) Começo por dizer que a precariedade me aflige imenso pela tremenda injustiça que representa; **mas** também sei que neste conceito entram diversas realidades, desde a efetiva precariedade que tão bem conheço até ao trabalho sazonal ou a substituição de pessoas por razões de baixas médicas, mais ou menos prolongadas, reais ou fraudulentas. (Texto 12)

(18) Meia Europa suspirou de alívio com a vitória de Emmanuel Macron nas presidenciais francesas. O alívio compreende-se: apesar do facto de as sondagens apontarem claramente para a eleição do candidato centrista e pró-europeísta, no último ano não faltaram ocasiões em que os eleitores trocaram as voltas às previsões, a começar pela eleição de Donald Trump nos EUA e pela vitória do Brexit no Reino Unido. **Mas a vitória de Macron** não permite descanso a quem defende a liberdade, a democracia e o projeto europeu. (Texto 14)

No exemplo (17) observa-se a relação estabelecida entre dois segmentos próximos.

Já no exemplo (18) pode observar-se uma relação entre dois segmentos que estão afastados. Neste caso, o locutor utiliza a reiteração lexical no segundo segmento – “a vitória de Macron” - para o leitor identificar mais facilmente o primeiro segmento – “a vitória de Emmanuel Macron”.

Os valores de *mas* observados através da análise do nosso corpus mostram que uma relação retórica única de Contraste não é suficiente para capturar as diferentes relações de sentido que o *mas* pode estabelecer.

4. Considerações Finais

Com a realização deste trabalho, pretendíamos averiguar os valores que o *mas* adquire em artigos de opinião e, conseqüentemente, quais as relações retóricas que marca.

De modo a averiguar estes valores, foi selecionado um *corpus* composto por artigos de opinião de quatro jornais portugueses. Na análise do *corpus*, identificamos, primeiramente, todas as ocorrências de *mas* no *corpus* selecionado e, posteriormente, as respetivas relações que o *mas* marca em artigos de opinião.

A proposta de Adam (1992) relativamente à delimitação de sequências textuais identifica uma estrutura prototípica da sequência argumentativa (sequência dominante no género artigo de opinião), em que é apresentada uma tese, seguida dos argumentos e uma dada conclusão. A sequência argumentativa tem como uma das marcas linguísticas prototípicas a frequência elevada do uso de conectores argumentativos. O conector *mas* é, prototipicamente, uma forma de marcar a introdução de opinião e também de argumentos, pelo que teoricamente se considera um conector marcante nos artigos de opinião. Contudo, verificamos que a frequência de utilização do conector *mas* (assim como de outros conectores) se apresentou relativamente baixa.

Através da análise do corpus selecionado, foi, ainda, possível observar que os artigos de opinião que fazem parte deste corpus não estão organizados nem estruturados de acordo com a tipologia de Adam (1992), que propõe uma estrutura prototípica para a sequência argumentativa, como já referimos, incluindo a apresentação dos dados, os argumentos, e uma determinada conclusão. Os artigos de opinião estudados possuem divisões em parágrafos. No entanto, estes parágrafos não são regulares entre os artigos de opinião e não parecem obedecer a nenhuma estruturação. Para além disso, não possuem uma estrutura idêntica uns aos outros, não sendo possível estabelecer padrões ou regularidades, relativamente à estrutura. Os artigos de opinião do *corpus* incluem, ainda, uma frequência muito baixa de uso de conectores - o que não seria expectável, uma vez que a frequência elevada de conectores é uma das características prototípicas do texto argumentativo. Foi, assim, relativamente difícil estabelecer relações de sentido entre as frases, devido à pouca utilização de conectores que marcam, habitualmente, relações de sentido. Por outro lado, algumas das relações que se podiam inferir, bem como a interpretação do próprio sentido do texto implicavam e

dependiam do domínio do conhecimento sobre a área em questão, neste caso a política ou a economia.

No nosso corpus encontramos quatro valores de *mas*: o valor contra-argumentativo, o valor refutativo, o valor fático e o valor aditivo argumentativo. Os primeiros três valores constam da proposta de Amaro (2010).

No presente trabalho foi proposto um novo valor de *mas*: o valor aditivo argumentativo - que se caracteriza pela adição de uma informação nova (segundo segmento) que possui maior força argumentativa do que o primeiro segmento. Este valor baseia-se no valor correlativo proposto por Amaro (2010), no entanto, possui diferenças face a este. O que possuem em comum é o facto de adicionarem algo ao que foi dito anteriormente e o segundo segmento ter maior força argumentativa. Contudo, o valor aditivo argumentativo proposto neste trabalho não liga segmentos de natureza igual, nem está presente a negação no primeiro segmento. Ainda relativamente a este valor, parece ser frequente o uso de palavras como “também” e “mais”, que conferem um carácter aditivo ao segundo segmento.

Relativamente às relações retóricas, e partindo da relação retórica de Contraste de Kehler (2002), propomos, neste trabalho, quatro especificações dessa relação retórica: a contra argumentativa, a fática, a refutativa e a aditiva argumentativa, que são marcadas pelos diferentes valores do *mas* observados.

Como pistas para trabalho futuro, consideramos interessante e necessário alargar a amostra, de modo a determinar se se mantêm os valores de *mas* propostos neste trabalho, e também se existem outros artigos de opinião que também não obedecem à estrutura proposta por Adam (1992). Ainda verificar se a proposta de quatro tipos de relação retórica de Contraste é produtiva noutras sequências textuais.

REFERÊNCIAS

- Adam, J. M. 1992. *Les textes: types et prototypes – Récit, description, argumentation, explication, et dialogue*. Paris: Nathan.
- Amaro, A. M. 2010. *Valores de mas em textos de opinião*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Asher, N.; Lascarides, A. 2003. *Logics of Conversation*. Cambridge: University Press.
- Coelho, A. S. 2015. *Tempo e aspeto no texto: as relações temporais e retóricas*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

- Hobbs, J. 1985. *On the Coherence and Structure of Discourse*, Report no CSLI-85-37, Center for the Study of Language and Information.
- Kehler, A. 2002. *Coherence, Reference, and the Theory of Grammar*. United States: CSLI Publications.
- Mann, W. C. & Thompson, S. A. 1988. Rhetorical Structure Theory: A Theory of Text Organization. *Text* 8, pp. 243-281.
- Monteiro, T. 2016 Relações Retóricas em Notícias. *elingUP* 5.
- Oliveira, F.; Cunha, L. F.; Silvano, P. 2010. Rhetorical Relations in Texts: the Contribution of Aspect. *Estudos Linguísticos* 5. Lisboa: Edições Colibri, pp. 277-292.
- Silva, F.; Ferreira, I.; Leal, A.; Silvano, P.; Oliveira, F. 2015. Marcas linguísticas da apreciação crítica. In Ferreira, E.; Viegas, F.; Aldo, J. P.; Redes, L.; Ferreira, P.; Cunha, Te. (orgs.) *Atas do 11.º Encontro Nacional da APP - Literatura e Gramática. Um diálogo infinito*. Lisboa: Associação de Professores de Português.
- Silva, P. N. .2012. *Tipologias Textuais Como Classificar Textos e Sequências*. Coimbra: Almedina.
- Silvano, P. 2010. Temporal and Rhetorical Relations: The Semantics of Sentences with Adverbial Subordination in European Portuguese. PhD dissertation. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Silvano, P. 2013. A Semântica das Frases com Subordinação Adverbial: o Contributo das Relações Retóricas. *Textos Seleccionados do XXVIII Encontro Nacional da APL*, Lisboa: APL, pp. 595-614.
- Silvano, P. 2015. Mecanismos de ligação retórica no discurso e nas frases complexas com subordinação adverbial: semelhanças e diferenças. In Azzopardi, S. ; Sarrazin, S. (dir.) *Langage et dynamiques du sens. Études de linguistique ibéro-romance*, Bern: Peter Lang, pp. 81-96.
- Sousa, S. 2007. Contributos para o estudo das construções refutativo-rectificativas em PE. In *Textos seleccionados do XXII Encontro Nacional da APL*. Lisboa: APL, pp. 435-449.

**JOAQUIM B. DE CARVALHO. 2013. WHY
THERE IS NO BACKNESS: THE CASE FOR
DISMISSING BOTH [CORONAL] AND [DORSAL].
IN J.-L. LÉONARD & S. NAÏM (ED.) *BACKNESS
AND BACKING*. MUNICH: LINCOM, PP. 45-58.**

Carlos Sousa e Silva³⁰

silvacarlosrogerio@gmail.com

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
CENTRO DE LINGUÍSTICA DA UNIVERSIDADE DO PORTO

1.

A demanda dos primitivos fonológicos tem sido, desde pelo menos Jakobson, Fant & Halle (1952), uma das maiores questões em que se empenham os fonólogos de todo o globo.

A ideia de que existe um conjunto de elementos básicos, universalmente disponíveis, de cuja combinação resultam todos os sons possíveis em todas as línguas do mundo, esteve na base da criação do modelo SPE (Chomsky & Hale 1968), bem como dos modelos de traços que o sucederam (Clements 1985).

No entanto, a obsessão por chegar a um número reduzido primitivos na Fonologia, semelhante à tabela periódica da Química, ganha especial relevo com a emergência da Teoria dos Elementos que, apesar de ter surgido sob o escopo da Fonologia das Partículas (Schane 1984), hoje abarca várias correntes teóricas, como a Fonologia das Dependências (Anderson & Ewen 1987), a Fonologia do Governo (Kaye, Lowenstamm & Vergnaud 1985) e a Fonologia CV Estrita (Hulst 1994).

Os primeiros modelos (Chomsky & Hale 1968) postulavam, como primitivos, um conjunto de traços binários e não hierarquizados, maioritariamente de base articatória, por exemplo, [+/- anterior], [+/- coronal], mas também de base fonológica, como [+/- silábico]. A estes seguiram-se as propostas da Geometria de Traços (Clements 1985), nas quais se

³⁰ Estudante do 1.º ano do curso de Mestrado em Linguística, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

admite a existência tanto de traços binários como unários, que caracterizam um segmento, dispostos numa forma hierárquica de árvore.

A grande novidade da Teoria dos Elementos, inaugurada por Schane (1984), foi a determinação de elementos unários de base acústica para as vogais, cada um deles foneticamente pronunciável em “estado puro”. Contudo, rapidamente, esta teoria é reformulada e aplicada às consoantes, tanto por Anderson & Ewen (1987) como por Kaye, Lowenstamm & Vergnaud (1985), que voltam a “arborizar” os elementos e se distanciam um pouco da plausibilidade fonética. Esta última perde toda importância em modelos como o de Hulst (1994), em que os únicos elementos são |C| e |V|, e nos quais se defende que apesar de não serem foneticamente pronunciáveis, estes dois elementos, em função do gesto ou subgesto a que pertencem, são foneticamente interpretáveis; perspectiva partilhada por outras correntes mais *substance-free* (Hale & Reiss 2000).

A verdade é que os modelos elementaristas sempre tiveram dificuldade em aplicar os elementos às consoantes e, quando o fazem, reconhecem que a base acústica não é suficiente, recuperando, por isso, muito da “primitividade” articulatória, patente nos traços unários de Clements (1985), traduzindo-a quer em gestos e subgestos (Hulst 1994) quer em elementos propriamente ditos (Anderson & Ewen 1987; Kaye, Lowenstamm & Vergnaud 1985; Carvalho, Nguyen & Wauquier 2010; Backley 2011).

2.

Joaquim Brandão de Carvalho, investigador na Universidade de Paris VIII, é um dos fonólogos mais conceituados que trabalha do ponto de vista teórico e descritivo na Teoria dos Elementos.

Neste sentido, comprometido na demanda de reduzir ao mínimo o número de primitivos fonológicos, este autor, no artigo “Why there is no backness: the case for dismissing both [coronal] and [dorsal]”, propõe a exclusão dos primitivos [coronal] e [dorsal], importados de Clements (1985). Advoga-se, assim, que os primitivos “articulatórios” devem ser dispensados em favor de primitivos de “cavidade” (laríngea ou supra-laríngea) e de abertura. O grande argumento é o de que as consoantes velares, tal como as coronais, são subespecificadas quanto ao ponto de articulação num nível abstrato, como prova tanto a tipologia como a diacronia das línguas.

3.

O artigo abre com uma breve introdução e divide-se posteriormente em cinco partes.

Primeiramente, a secção “1. Why should velars be underspecified” divide-se em duas subpartes, a primeira uma exposição de provas tipológicas e a segunda de fenómenos diacrónicos. De seguida, em “2. Explaining two paradoxes”, descreve-se uma espécie de estado de arte, preparando a secção “3. From default to nonexistent features”, que reflete a nova ideia do autor e os argumentos para a sua defesa. Em “4. Dorsals and coronals as cavity states”, representa-se a classe das coronais e das dorsais em termos de elementos.

O estudo encerra com uma pequena conclusão (5.), à qual se seguem as referências bibliográficas que o autor referiu ao longo do texto.

4.

As consoantes velares, tradicionalmente caracterizadas com o traço articulatorio [DORSAL] na Teoria dos Traços, parecem, segundo alguns autores, ser subespecificadas quanto ao ponto de articulação. Os principais argumentos que sustentam esta perspetiva são: 1) o facto de sofrerem facilmente fenómenos de assimilação; 2) a posição nas cadeias unidireccionais de mudança fonética; 3) a transparência às vogais.

Na secção 1, alegando a amplitude com que a questão da transparência já foi estudada (Trigo 1988; Hulst & Smith 1989; Hulst 1991; Paradis & Prunet 1994), Carvalho (2013: 45) decide centrar-se nos dois primeiros pontos.

Em primeiro lugar, naquilo que diz respeito à *dorsal colorability*, este fonólogo apresenta como principais argumentos:

- i. A palatização das consoantes velares adjacentes a vogais anteriores que é:
 - a. Universal;
 - b. Obrigatória (/ki/ é sempre realizado como [ki], enquanto a realização de /ti/ como [ti] é facultativa);
 - c. Não perceptível aos falantes sem treino fonético especializado (enquanto a realização de [ti] é facilmente discriminada se estiver presente em determinada variedade dialetal de uma língua).
- ii. As consoantes mais *vowel-sensitive* são sobretudo as dorsais em todas as línguas do mundo, ou seja:
 - a. /k/ + I = /c/ dorso-palatais
 - b. /k/ + U = /k^w/ lábio-velares
 - c. /k/ + A = /q/ uvulares

Por outro lado, nas cadeias de mudança histórica, parece haver um movimento espontâneo e unidirecional de [CORONAL] para [DORSAL], como se demonstra em (1):

(1)

- a. Soantes:

- . Lapesa (1967): pa[n] (castelhano padrão) > pa[ŋ] (dialetos meridionais e da América do Sul).
- . Carvalho (1989). Em posição de coda silábica:
 - [l] > [ɫ] > [w] (português, alemão holandês e francês).
 - [r] > [ʀ] > [ʁ] (português, alemão holandês e francês).
- b. Oclusivas:
 - . Rice (1996): [tu] ‘água’; [tən] ‘gelo’; [səta] ‘meu pai’; [yaɫti] ‘ela fala’ > [ku]; [kən]; [səka]; [yaɫki] (língua dos Chipewyan).
- c. Fricativas:
 - . Lapesa (1967): [ʃ] > [x] (castelhano).

Estas mudanças não derivam da assimilação, mas antes, conforme o autor, de uma perda de traços.

O duplo paradoxo com que o autor se depara na secção 2 é:

- i. Como é que as coronais e as velares podem ser subespecificadas quanto ao ponto de articulação e mesmo assim contrastar?
- ii. Como é que as coronais e as velares podem não ter ponto de articulação definido na cavidade oral e, ainda assim, sofrem “desbocalização”³¹?

Uma primeira proposta para resolver este problema foi a de Archangeli & Pulleyblank (1986), que dizia que algumas línguas opunham [coronal] a \emptyset e outras [velar] a \emptyset . A segunda, ainda baseada na Teoria da Subespecificação Radical (Archangeli 1984), foi proposta por Rice (1996), que advoga que tanto as coronais como as dorsais são universalmente subespecificadas. Assim, estas classes distinguem-se apenas pela aplicação ou não da *Coronal default rule*, conforme se verifica em (2), que explica elegantemente a variação histórica do havaiano. Nesta língua, nas mesmas posições em que /t/ se converteu em /k/, /k/ transformou-se em /ʔ/.

- (2)
- $$\begin{aligned} /t/ &= \{\text{[raiz, ponto, coronal]}\} > /k/ = \{\text{[raiz, ponto]}\} \\ /k/ &= \{\text{[raiz, ponto]}\} > /ʔ/ = \{\text{[raiz]}\} \end{aligned}$$

Contudo, esta hipótese representativa reintroduz [dorsal] na descrição das dorsais marcadas, como as uvulares, o que a enfraquece em termos da pretendida subespecificação. Por seu lado, mesmo quando estão em causa as não marcadas, é perigoso dizer que as coronais e as dorsais têm a mesma representação nas línguas em que este contraste é importante na oposição de itens lexicais.

³¹ Esta é uma tentativa de tradução própria do termo *debuccalization* usado pelo autor, que designa a perda do ponto de articulação na cavidade oral e movimento em direção à glote.

Carvalho (2013: 49-50), apesar de, como Rice (1996), defender que tanto as coronais como as dorsais não têm ponto de articulação especificado, vai mais longe ao dizer que não há traços como [coronal] ou [dorsal]. Deste modo, contrariando Rice (1996), afirma-se a inexistência da *Coronal Default Rule* e, como tal, assume-se que as coronais e as dorsais têm representações subjacentes diferentes.

Neste sentido, com recurso à Tipologia Fonológica, nomeadamente no que diz respeito aos inventários de vogais altas nas línguas do mundo, o autor mostra que, sempre que existe /y/, existe também /i/; todavia, não é obrigatória a existência de /u/ onde existe /ɯ/. Para além disso, encontram-se, tipologicamente, muitos casos de harmonização vocálica por arredondamento, anterioridade³², altura e ATR³³, mas não exemplos claros de *back harmony*. Como tal, Carvalho (2013: 50) representa as vogais altas da seguinte maneira:

- . /y/ = [high/ATR, front, rounded]
- . /i/ = [high/ATR, front]
- . /u/ = [high/ATR, rounded]
- . /ɯ/ = [high/ATR]

Segundo este fonólogo, [recuado/dorsal] é, no fundo, a realização básica de [alto/ATR], na ausência de [arredondado] ou de [anterior], sendo que, na base da relação entre as vogais altas e as consoantes velares³⁴, o mesmo funciona para estas últimas (Carvalho, 2013: 51):

- . /k/ = [high/ATR]

Portanto, na penúltima secção do artigo, o autor advoga que a coronalidade e a velaridade devem ser representadas como *estados de cavidade*. Quer isto dizer que, se as velares forem definidas primariamente pela sua configuração faríngea, isto é, pelo Avanço da Raiz da Língua, então:

- i. O contraste entre consoantes velares e faríngeas, tal como entre /ɯ/ e /ɑ/, passa a ser representado, respetivamente, por [ATR]= faringe aberta e [RTR]= faringe fechada.
- ii. A coronalidade torna-se o único *gesto de língua*³⁵ dentro da cavidade oral, tornando-se esta a articulação básica da língua nas cavidades superiores.
- iii. O único articulador “marcado” para as consoantes é [labial].

³² Usamos aqui anterioridade no seu sentido fonético, como tradução de ‘front’.

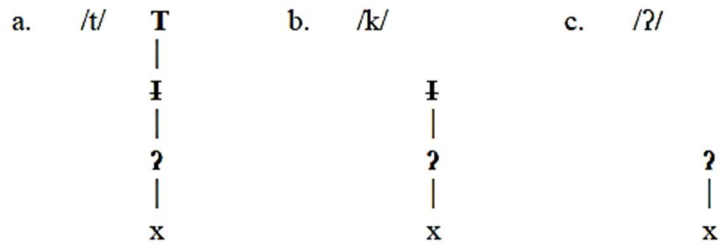
³³ *Raiz da Língua Avançada* traduz [ATR] ‘Advanced Tongue Root’.

³⁴ O autor apresenta, extensivamente, dados do dialeto de Colónia (Alemanha), de Antuérpia (Bélgica), corroborados por referências a algumas línguas asiáticas, africanas e americanas, como o Piranha, na qual /h/ é realizado como /k/ antes de /i/ ou /u/.

³⁵ Tradução nossa de ‘lingual gesture’.

Em termos de elementos, Carvalho (2013: 54) propõe a representação em (3). Note-se que os elementos estão dispostos numa relação de dominância invertida, sendo que os de baixo “governam” os de cima.

(3)



Este fonólogo conclui o seu estudo reiterando a ideia de que: 1) as coronais e as dorsais são subespecificadas quando ao ponto de articulação; 2) o contraste entre estes grupos está codificado diretamente nas respetivas representações segmentais; 3) subespecificar um traço significa eliminá-lo do conjunto dos primitivos fonológicos; 4) o contraste coronal-dorsal tem de ser atribuído numa base diferente da dos pontos de articulação orais.

5.

Este artigo, tanto pelos dados que apresenta como pela proposta teórica que nele é feita, é de extremo valor para quem estuda ou se interessa pelo tema dos primitivos fonológicos.

A ideia de que a perda de material autosegmental nas codas está associada à subespecificação lexical³⁶ dos segmentos, desenvolvida na secção 1, é interessante, mas o material analisado é escasso e exclusivamente direcionado à comprovação do ponto de vista teórico do autor. Seria interessante entrar em confronto com Kiparsky (2006, 2008) e ver, neste processo, “o que é que é perdido” numa abordagem, tipologicamente, mais ampla.

Por outro lado, quando o autor fala da representação das vogais altas, deduz-se, pelas representações propostas, que /ɯ/ é menos marcado do que /u/, o que parece ser aceitável na Teoria da Subespecificação Radical (Archangeli 1984), mas é incoerente com a Teoria dos Elementos (Schane 1984; Kaye, Lowenstamm & Vergnaud 1985; Anderson & Ewen 1987; Backley 2011).

³⁶ O autor não usa este termo.

No entanto, a eliminação dos traços primitivos [dorsal] e [coronal] é uma proposta teórica corajosa por parte deste investigador e, neste artigo, fortemente fundamentada com dados fonológicos, quer da diacronia quer da tipologia. Assim, esta hipótese não deve ser, de forma alguma, desconsiderada. É preciso, porém, continuar o trabalho de aplicação da mesma a novos dados fonológicos, de forma a dar-lhe consistência ou a reformulá-la.

REFERÊNCIAS

- Anderson, J. M.; Ewen, C. J. 1987. *Principles of dependency phonology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Archangeli, D. 1984. *Underspecification in Yawelmani phonology and morphology*. Dissertação de Doutorado, MIT.
- Archangeli, D.; Pulleyblank, D. 1986. *The content of phonological representations*. Unpubl. ms., University of Arizona; University of British Columbia.
- Backley, Phillip. 2011. *An introduction to Element Theory*. Edinburgh: University Press.
- Carvalho, J. B. de. 1989. L'évolution des sonantes ibéro-romanes et la chute de -N-, -L- en gallaico-portugais. *Revue de linguistique romane* 53, pp. 159-188.
- Carvalho, J. B. de. 2013. Why there is no backness: the case for dismissing both [coronal] and [dorsal]. In J.-L. Léonard; S. Naïm (ed.) *Backness and backing*. Munich: Lincom, pp. 45-58.
- Carvalho, J.; Nguyen, N.; Wauquier, S. 2010. *Comprendre la phonologie*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Chomsky, N.; Halle, M. 1968. *The sound pattern of English*. New York: Harper & Row.
- Clements, G. N. 1985. The Geometry of Phonological Features. *Phonology Yearbook* 2, pp. 225-52.
- Hale, M. & Reiss, C. 2000. Substance abuse and dysfunctionism: Current trends in phonology. *Linguistic Inquiry* 31, pp. 157-169.
- Hulst, H. van der. 1991. The molecular structure of phonological segments. Unpubl. ms., University of Leiden.
- Hulst, H. van der. 1994. Radical CV Phonology: the locational gesture. *University College London Working Papers in Linguistics* 6, pp. 439-477.
- Hulst, H. van der.; Smith, N. 1989. The structure of (complex) consonants. Paper presented at the MIT Conference on Features and Underspecification Theories.

- Jakobson, R.; Fant, G.; Halle, M. 1952. *Preliminaries to Speech Analysis The Distinctive Features and their Correlates*. Massachusetts: MIT Press.
- Kaye, J., Lowenstamm, J.; Vergnaud, J.-R. 1985. The internal structure of phonological elements: a theory of charm and government. *Phonology yearbook* 2, pp. 305-328.
- Lapesa, R. 1967. *Dialectología española*. Madrid: Gredos.
- Schane, S. 1984. The fundamentals of particle phonology. *Phonology yearbook* 1, pp. 129-155.
- Paradis, C.; Prunet, J.-F. 1994. A reanalysis of velar transparency cases. *Linguistic review* 11, pp. 101-140.
- Rice, K. 1996. Default variability: the coronal-velar relationship. *Natural language and linguistic theory* 14, pp. 493-543.
- Trigo, L. 1988. *On the phonological behavior and derivation of nasal glides*. Dissertação de Doutoramento, MIT.